

Relatório e Contas 2023

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

NÔS BANCO NA NÔS TERA

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

NÔS BANCO NA NÔS TERA

Relatório e Contas 2023

Índice

1. ÓRGÃOS SOCIAIS 5
2. DIREÇÕES E REDE COMERCIAL 6
3. CAPITAL SOCIAL 9
4. PRINCIPAIS INDICADORES 10
5. MENSAGEM DO PRESIDENTE 11
6. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL 14
6.1. INTERNACIONAL 14
6.2. NACIONAL 16
6.2.1. Dados Gerais 16
6.2.2. Nova Legislação do Sistema Financeiro 18
6.2.3. Rede de Balcões e Canais Digitais 20
7. VISÃO ESTRATÉGICA 24
8. ATIVIDADE COMERCIAL 26
8.1. RECURSOS 26
8.2. CRÉDITO 28
8.2.1. Análise da Carteira de Crédito 28
9. OUTRAS ATIVIDADES 32
9.1. RECURSOS HUMANOS 32
9.2. GESTÃO DO RISCO E CONTROLO INTERNO 37
9.3. MARKETING E COMUNICAÇÃO 45
9.4. GESTÃO INTERNACIONAL E DE LIQUIDEZ 50
9.5. OUTRAS ATIVIDADES DE SUPORTE 51
10. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA 60
10.1. EVOLUÇÃO DO BALANÇO 60
10.2. CONTAS DE RESULTADOS 64
10.3. ANÁLISE DE RÁCIOS 67
10.4. RÁCIOS PRUDENCIAIS 67
11. APLICAÇÃO DE RESULTADOS 69
12. BANCOS CORRESPONDENTES 70
13. ANEXOS 72

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Na sequência da reunião da Assembleia Geral Ordinária do Banco Comercial do Atlântico (BCA), realizada no dia 26 de Maio de 2023, foram eleitos, nos termos do Artigo 13º dos seus Estatutos, novos membros dos Órgãos Sociais para o mandato 2023-2025. Todavia, em virtude do falecimento em 01 de setembro de 2023 do Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Manuel Lázaro Oliveira de Brito, na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 07 de Dezembro de 2023, foi eleito como Presidente do Conselho Fiscal do BCA o Dr. José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues, ficando assim constituído os Órgãos Sociais:

Assembleia-Geral

Presidente:
Dr. Miguel António Ramos

Vice-Presidente:
Dr. Victor Paulo Gonzalêz Ribeiro
(até 24/08/2023)

Dra. Paula Cristina Rodrigues Morais
(a partir 25/08/2023)

Secretário:
Dra. Dulce Patrícia Dias Lopes Chantre
(até 24/08/2023)

Dra. Elsy do Rosário da Graça
(a partir 25/08/2023)

Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração:
Dra. Maria Manuela Martins Ferreira

Presidente da Comissão Executiva:
Dr. Francisco José dos Santos Silva

Administradora:
Dr.ª Anabela Conceição Freire Tomás

Administradora:
Dr.ª Herminalda Augusta Fonseca Modesto Rodrigues

Administrador:
Dr. Hernâni Lopes Trigueiros

Administrador:
Dr. Rui Pedro Vieira Vidal

Administradora (Não Executiva):
Dr.ª Carla Maria Moniz Brigham Gomes

Administradora (Não Executiva):
Dr.ª Cristina Maria Neves de Sousa Nobre Leite

Administrador (Não Executivo):
Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso
(até 20/07/2023)

Administrador (Não Executivo):
Dr. Alexandre José Matias Nunes Mendes
(a partir 25/08/2023)

Conselho Fiscal

Presidente:
Dr. Manuel Lázaro Oliveira de Brito
(até 31/08/2023)
Dr. José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
(a partir de 07/12/2023)

Vogal:
Dr. José Emanuel Tavares Moreira

Vogal:
Dra. Maria Conceição Mendes Landim

Vogal Suplente:
Dra. Florence Mendes Correia Carp Pinto Basto

Comissão Executiva

Nomeada pelo Conselho de Administração é composta por cinco administradores:

Presidente:
Dr. Francisco José dos Santos Silva

Administradora:
Dr.ª Anabela Conceição Freire Tomás

Administradora:
Dr.ª Herminalda Augusta Fonseca Modesto Rodrigues

Administrador:
Dr. Hernâni Lopes Trigueiros

Administrador:
Dr. Rui Pedro Vieira Vidal

2. DIREÇÕES E REDE COMERCIAL

Direção Comercial de Empresas – DCE
Gilda Monteiro
Diretora

Direção Comercial de Particulares e Negócios - DPN
Luis Ramos
Diretor

Direção Contabilidade e Gestão Financeira – DCG
Maria Fátima Veiga Pires
Diretora

Direção Gestão de Risco – DGR
Luis Santos
Diretor

Direção de Meios e Canais – DMC
Américo Andrade (até 31/08/2023)
Diretor

Direção de Organização e Inovação – DOI
Sara Silva
Diretora

Direção de Sistemas Informáticos - DSI
Luís Barbosa
Diretor

Direção de Compras e Logística – DCL
Adalberto Melo (até 29/09/2023)
Emanuel Miranda (a partir 01/10/2023)
Diretor

Direção de Suporte Operacional – DSO
Sandra Camacho
Diretora

Direção Planeamento Estratégico e Controlo Gestão - DPC
Evaldo Lima
Diretor

Direção de Recursos Humanos – DRH
Paulo Soares
Diretor

Gabinete de Assessoria Jurídica – GAJ
Dulce Lopes
Diretora

Direção de Auditoria Interna – DAI
Emanuel Miranda (até 29/09/2023)
João Oliveira (a partir 01/10/2023)
Diretor

Gabinete de Marketing e Comunicação – GMC
Edilton Rodrigues
Coordenador

Direção de Riscos de Crédito – DRC
Danielson Fortes Pinto
Diretor

Gabinete Recuperação Crédito – GRE
Nuno Cabral
Coordenador

Direção de Património e Segurança – DPS
Marco Barbosa
Diretor

Gabinete de Suporte Corporativo - GSC
Lina Sousa
Coordenadora

Direção de Função *Compliance* – DFC
Mónica Sanches
Diretora

Direção Comercial de Empresas – DCE

Gabinete Empresas Norte – GEN
António Évora (até 31/08/2023)
Vera Zego (a partir 01/09/2023)
Coordenador(a)

Gabinete Empresas Sul – GES
Dinolita Moreno
Coordenadora

Direção Comercial de Particulares e Negócios – DPN

CAN – Área de coordenação Agências Norte: **Maisa Crisóstomo Rodrigues - Coordenadora**

CAS I - Área de coordenação Agências Sul I: **Celmira Mendes - Coordenadora**

CAS II - Área de coordenação Agências Sul II: **Romina Tavares – Coordenadora**

CAN – Área de Coordenação Agências Norte

Agência de São Vicente – ASV
Nelson Gomes (até 21/07/2023)
Danilo Almeida (a partir 24/07/2023)
Gerente

Agência da Praça Nova - PNA
Valdina Monteiro (até 21/07/2023)
Hélder Monteiro (a partir 01/09/2023)
Gerente

Agência Monte Sossego – MAS
Danilo Almeida (até 21/07/2023)
Valdina Monteiro (a partir 24/07/2023)
Gerente

Agência Fonte Filipe – AFF
Virgínia Correia
Gerente

Agência Ribeira Grande – ARG
Prolongamento Paúl – APL
Prolongamento Ponta do Sol - APS
Osvaldina Brito
Gerente

Agência do Porto Novo – APN
Elder Rodrigues
Gerente

Agência de São Nicolau – ASN
Prolongamento Tarrafal de São Nicolau – ATS
Carlos Santos
Gerente

Agência do Sal – ASA
Balcão do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral
Carla Santos
Gerente

Agência Santa Maria – ASM
Carla Santos
Gerente

Agência Boa Vista – ABV
Liliana Mendes
Gerente

CAS I - Área de Coordenação Agências Sul I

Agência da Praia – APA
Sofia Barbosa
Gerente

Agência Achada Santo António I – ASTI
Elizabeth Alexandre
Gerente

Agência Achada Santo António II – ASTII
Dúnia Ramos
Gerente

Agência do Maio – AMA
Cláudia Hernandez
Gerente

Agência de São Filipe - Fogo – AFG
Mónica Tavares
Gerente

Agência dos Mosteiros – AMO
Mónica Tavares
Gerente

Agência da Brava – ABR
Paula Reverdes
Gerente

CAS II - Área de Coordenação Agências Sul II

Agência Palmarejo
Iliana Rocha
Gerente

Agência de Achada São Filipe – ASF
Prolongamento São Domingos - PSD
Isabel Costa
Gerente

Agência Assomada – ADA
Miguel Landim
Gerente

Agência do Tarrafal – ATA
Onivalda Delgado
Gerente

Agência Avenida – AVE
Jose Moniz
Gerente

Agência de Santa Catarina – ASC
Miguel Landim
Gerente

Agência de Santa Cruz – STC
Marisa Ramos
Gerente

3. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social do BCA é de 1.324.765.000$00 (mil trezentos e vinte e quatro milhões, setecentos e sessenta e cinco mil escudos) e, em 31 Dezembro de 2023 era detido pelos acionistas constantes do quadro seguinte. Destacam-se nominalmente os detentores de participações superiores a dois por cento (2%) do capital.

Está em curso a venda da participação da Caixa Geral de Depósitos (CGD) e do agrupamento CGD/Banco Interatlântico no capital social do BCA.

Quadro 1 - Capital Social do BCA

		CVE
Accionista	**Valor**	**Percentagem**
CGD/INTERATLÂNTICO	697 446 000	52,65%
INPS	166 078 000	12,54%
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	89 504 000	6,76%
GARANTIA	76 622 000	5,78%
ASA - AEROPORTO E SEGURANÇA AÉREA, SA	28 780 000	2,17%
TRABALHADORES	26 491 000	2,00%
OUTROS ACCIONISTAS	239 844 000	18,10%
TOTAL	**1 324 765 000**	**100,00%**



4. PRINCIPAIS INDICADORES

Quadro 2 - Principais Indicadores de Atividade e Resultados

	Unidades	2022	2023	Variação
BALANÇO				
Ativo Total	milhões CVE	94 001	95 622	1,7%
Crédito Total Líquido	milhões CVE	54 536	56 200	3,1%
Passivo Total	milhões CVE	84 157	85 191	1,2%
Recursos De Clientes	milhões CVE	82 191	83 284	1,3%
Situação Líquida	milhões CVE	9 844	10 431	6,0%
CONTA DE EXPLORAÇÃO				
Margem Financeira	milhões CVE	2 957	3 216	8,7%
+Margem Complementar	milhões CVE	949	780	-17,8%
=Produto Bancário	milhões CVE	3 906	3 996	2,3%
-Custos Administrativos	milhões CVE	1 730	1 854	7,2%
=Cash-Flow de Exploração	milhões CVE	2 176	2 142	-1,6%
+ Resultados Filiais Excluídas Cons. Assoc.	milhões CVE	91	132	45,1%
-Amortizações do Exercício	milhões CVE	201	232	15,4%
-Imparidade/Provisões Líquidas do Exercício	milhões CVE	193	(128)	-166,0%
-Impostos s/Lucros	milhões CVE	75	241	221,3%
=Resultados Líquidos do Exercício	milhões CVE	1 798	1 929	7,3%
RÁCIOS				
Crédito Vencido/Crédito Clientes	%	7,7%	6,2%	-1,5
Crédito Vencido a + 90 dias/Crédito a Clientes	%	7,2%	5,6%	-1,7
Imparidade de Crédito Vencido/Crédito Vencido	%	79,3%	85,5%	6,3
Imparidade para Crédito e Obrigações/Crédito Vencido	%	86,7%	94,7%	8,0
Crédito Clientes/Depósitos Clientes	%	46,6%	46,6%	0,0
Resultado Líquido/Capitais Próprios (ROE)	%	18,3%	18,5%	0,2
Resultado Líquido/Ativo (ROA)	%	2,0%	2,0%	0,1
Rácio Solvabilidade	%	28,2%	29,0%	0,8
FUNCIONAMENTO				
Cost-to-Income	%	49,4%	52,2%	2,8
Ativo Total /Total Empregado no Activo	milhões CVE	224	232	3,2%
Crédito e Depósito Total/Nº Empregados Ativo	milhões CVE	285	295	3,3%
Crédito e Depósito Total/ Nº de Balcões	milhões CVE	3 518	3 928	11,7%
Número Empregados Ativos Totais	Unidade	419	413	-1,4%
Número Empregados Ativos do Quadro	Unidade	344	349	1,5%
Número de Balcões	Unidade	34	31	-8,8%

5. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Mensagem conjunta da Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva – Relatório e Contas de 2023

Os desafios e os níveis de incerteza da conjuntura internacional têm escalado nos anos mais recentes. Depois da pandemia de covid-19 em 2020, com efeitos desfasados que ainda se fazem sentir, veio a guerra na Ucrânia em fevereiro de 2022, e ainda sem um desfecho à vista, e já no 4º trimestre de 2023, eclodiu a guerra entre Israel e o Hamas, com consequências imprevisíveis.

A Guerra entre Israel e o Hamas e o seu impacto no mar vermelho está a criar novamente uma pressão nas cadeias de abastecimento, nomeadamente pelo aumento dos preços do transporte marítimo, com impacto nos custos das empresas cabo-verdianas e impacto nos preços.

À instabilidade geopolítica acresce o agravamento da emergência climática, com intensificação de eventos extremos, como por exemplo o recorde mundial de calor no Planeta registado em novembro de 2023, centrando o foco da comunidade internacional nos novos equilíbrios geoestratégicos e na questão do crescimento sustentável.

Neste contexto bastante adverso, o FMI projeta que o ritmo de crescimento económico mundial tenha diminuído em 2023, pelo segundo ano consecutivo, registando 3,0%, face aos 3,5% de 2022 e 6,3% de 2021. Esse crescimento é um dos mais baixos dos últimos anos (entre 2000-2019 a taxa média de crescimento mundial foi de 3,8%) e é explicado, sobretudo pelo abrandamento sincronizado tanto das Economias Avançadas como também das Economias Emergentes e em Desenvolvimento.

Para 2024, a previsão é de manutenção da desaceleração do crescimento económico, passando para 2,9%, em reflexo da persistência de desafios atuais, como a continuidade das políticas de aperto monetário adotadas pelos Bancos Centrais para controlar a inflação e as incertezas associadas às questões geopolíticas em curso e suas repercussões nos mercados financeiros, contribuindo para um ambiente económico mais cauteloso e desafiador.

A nível nacional, o Banco de Cabo Verde prevê uma desaceleração significativa do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023, com o PIB a crescer 4,5%, após uma expansão muito relevante, verificada em 2022 (17,1%), refletindo efeitos negativos da inflação no consumo privado e na contenção da procura externa. Para 2024 a expetativa é de ligeira recuperação ou estabilização do ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto, com o BCV a apontar para um crescimento de 4,7% e o FMI para 4,5%.

Apesar do contexto desfavorável, os indicadores de atividade do BCA continuam a evidenciar um reforço gradual e consistente da solidez da instituição.

Os Resultados Líquidos registaram um crescimento expressivo de 7,3%, relativamente ao ano de 2022, tendo atingido um novo máximo histórico de 1.929 mil contos.

O Produto Bancário cresceu 2,3%, quase 90 mil contos, muito influenciado pelo bom desempenho da Margem Financeira, que cresceu 8,7%, quase mais 260 mil contos, relativamente a 2022. Esta componente do produto bancário, beneficiou do contexto favorável de taxas de juro mais elevadas nos mercados internacionais e também no mercado interno, em menor escala, decorrente dos proveitos obtidos com as aplicações em OIC no exterior e no BCV.

Num contexto ainda marcado pelos efeitos das pressões inflacionistas, os Custos Operacionais aumentaram 8%, atingindo o valor de cerca de 155 mil contos, anulando o impacto do crescimento do Produto Bancário nos Resultados de Exploração e provocando um ligeiro agravamento do rácio de eficiência, *Cost-to-income*, de 49,4% para 52,2%.

A evolução positiva dos Resultados Líquidos beneficiou também de desagravamento no registo de Imparidades, principalmente imparidades de crédito e de ativos não correntes detidos para venda, depois do reforço substancial efetuado em 2022, por razões prudenciais.

A carteira de Crédito Normal cresceu 4,5%, cerca de 1.554 mil contos, com destaque para os segmentos de empresas privadas e particulares, o que representou o maior crescimento da carteira de crédito normal registado nos últimos 10 anos.

O Crédito Vencido evidenciou um decréscimo muito significativo, de quase 18%, resultado da resolução de alguns processos mais antigos e reestruturações em operações NPL relevantes, tendo o rácio de crédito vencido passado de 7,7% em 2022 para 6,2% em 2023.

Os Depósitos de clientes aumentaram em cerca de 1.123 mil contos (+1,4%) denotando um abrandamento do ritmo de crescimento comparativamente a 2022, mas continuando a contribuir para reforçar a situação de liquidez bastante favorável do BCA.

O rácio de rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) manteve-se elevado, registando 18,5% em 2023, ligeiro crescimento de 0,2 pp. Os Capitais Próprios do BCA situaram-se em cerca de 10,4 milhões de contos e o rácio de solvabilidade aumentou para 29%, reforçando a robusta situação de solvabilidade não obstante o reforço do rácio de *pay-out* para 75%.

O bom desempenho do BCA em contexto de crescente complexidade e incerteza, está alicerçado na implementação das iniciativas que visam materializar a sua estratégia, orientada pelos pilares da qualidade de serviço e extração de valor da base de clientes, eficiência operacional e rentabilidade e

desenvolvimento do capital Humano, aos quais, em 2023, foi adicionado um quarto pilar focado na sustentabilidade (ESG).

O BCA celebrou em 2023 o seu trigésimo aniversário, com o lançamento de duas novas plataformas de banca digital, BCA Direto e APP para *mobile,* mais moderna e melhor preparada para acomodar os novos desenvolvimentos que pretendemos implementar numa lógica de conveniência e rapidez na interação com os nossos clientes.

Face ao exposto, podemos afirmar que o ano de 2023 voltou a ser um ano muito positivo para o BCA. Para isso, foi fundamental a colaboração e contributo de todos os nossos *stakeholders,* nomeadamente os nossos Colaboradores que, num contexto de elevada exigência e crescente complexidade souberam corresponder com dedicação, profissionalismo e elevado sentido de responsabilidade aos desafios que tiveram que enfrentar. Por isso, uma palavra de agradecimento a todos e a todas que fazem parte da equipa BCA.

Gostaríamos de agradecer também aos nossos fornecedores pela sua parceria e esforço crescente na adaptação a novas exigências, que nos ajudam a melhor responder às necessidades e expetativas dos nossos clientes.

Aos nossos clientes deixamos uma palavra de agradecimento pela confiança depositada e a garantia de que estamos motivados para continuar a trabalhar para corresponder às suas necessidades e criar soluções que ajudem a resolver os seus problemas e continuarmos a ser o Banco de referência no apoio à economia Cabo Verdiana.

Às entidades oficiais e de supervisão, nomeadamente Governo de Cabo Verde, BCV/AGMVM, Bolsa de Valores de Cabo Verde, Câmaras Municipais agradecemos a forma transparente e colaborativa como sempre se relacionaram com o BCA.

Ao acionista Caixa Geral de Depósitos deixamos ainda o reconhecimento da importância do apoio especializado que nos disponibiliza e todos os nossos acionistas deixamos o agradecimento pela confiança e pela permanente colaboração, fatores que muito contribuem para os resultados obtidos e para a consolidação de uma marca de referência em Cabo Verde.

Francisco Santos Silva

Presidente da CE

Manuela Ferreira

Presidente do CA

6. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL

6.1. INTERNACIONAL

O ano de 2023 continuou a ser marcado por um cenário macroeconómico de grandes desafios. O mundo continuou sob os efeitos desfasados da crise pandémica provocada pela SARS-COV-2 (Covid-19) e sob os efeitos da crise inflacionista e energética alimentada pela invasão da Ucrânia pela Rússia. A crise climática e ambiental registou efeitos mais frequentes e mais intensos e as tensões geopolíticas agravaram-se com a guerra no médio oriente e mais recentemente com os ataques aos navios mercantes no Mar Vermelho.

Com o objetivo de controlar a inflação, foram adotadas medidas de política monetária restritivas, com aumento das taxas de juro dos principais Bancos Centrais, desaceleração da procura internacional e a manutenção de pressões cambiais. Consequentemente, projeta-se que o crescimento económico mundial diminua em 2023, pelo segundo ano consecutivo, para 3,1% face aos 3,5% de 2022 e 6,3% em 2021.

O crescimento económico estimado para 2023 é um dos mais baixos dos últimos anos (entre 2000-2019 a taxa média de crescimento mundial foi de 3,8%). Este crescimento mais reduzido é explicado sobretudo pelo abrandamento estimado tanto para as Economias Avançadas como para as Economias Emergentes e em Desenvolvimento.

O abrandamento das Economias Avançadas deve-se principalmente ao baixo crescimento estimado para a Zona Euro, em torno de 0,5% face aos 3,4% do ano anterior (2022), pois a economia dos EUA deverá crescer 2,5%, taxa superior em 0.6p.p., à verificada em 2022 (1,9%).

Relativamente às Economias Emergentes e em Desenvolvimento, estas deverão registar uma taxa média de crescimento de 4,1%, puxadas principalmente pela India e pela China, 6,7% e 5,2%, respetivamente.

Para 2024, a previsão é de uma contínua desaceleração do crescimento económico, em reflexo da persistência de desafios atuais, como: a continuidade das políticas de aperto monetário adotadas pelos Bancos Centrais para controlar a inflação, as incertezas associadas às questões geopolíticas em andamento e suas repercussões nos mercados financeiros, contribuindo para um ambiente económico mais cauteloso e desafiador. Assim, estima-se que a economia mundial cresça 3,1% em 2024 (Projeção FMI in *WEO Update, January* 2024), registando o mesmo crescimento de 2023.

O crescimento da economia Global em 2024 será muito condicionado pelas projeções para as Economias Avançadas, nomeadamente, os EUA que deverão crescer 2,1% (desaceleração face aos 2,5% de 2023) e da Zona Euro com um crescimento previsto de 0,9% (ligeira aceleração face aos 0,5% de 2023). As Economias ditas Emergentes e Desenvolvidas a taxa de crescimento deverá manter-se estável, em torno dos 4,1%, muito puxado pela previsão de crescimento da África Subsariana (+3,8%), pois as projeções para a India e a China são de redução do ritmo de crescimento, para 6,5% e 4,6%, respetivamente.

Estas estimativas foram avançadas pelo FMI no WEO (*World Economic Outlook*) Update, de Janeiro de 2024, quando reviu em alta o crescimento mundial para 2024 em +0.2p.p. (WEO de Outubro de 2023 projetava o crescimento mundial para 2024 em 2,9%), devido à resiliência maior do que o esperado nos EUA e em grandes mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

A taxa de inflação Global deverá reduzir-se em 2023, após as elevadas taxas verificadas em 2022 (8,7%). Assim, para 2023 estima-se uma taxa de inflação média de 6,8% e projeta-se uma taxa de 5,8% em 2024, refletindo as medidas adotadas para estabilizar os preços, embora permaneça essencial monitorar de perto os fatores económicos que podem influenciar a continuidade desse declínio, visando garantir um ambiente económico mais controlado e estável.

As estimativas de reduções nas taxas de inflação Global são bastante impulsionadas pelo maior controle verificado nas economias mais desenvolvidas (EUA e Zona Euro), pois nas Economias Emergentes (8,5%|2023 e 7,8%|2024), sobretudo na África Subsariana (15,8%|2023 e 13,1%|2024), as taxas de inflação continuam em níveis considerados elevados, pese embora os sinais de abrandamento.

Em relação ao panorama do desemprego, as tendências variam entre as principais economias globais. Espera-se um ligeiro aumento do desemprego nas principais economias, particularmente nos EUA e no Reino Unido. Na Zona Euro a evolução deverá ser o contrário, com ligeira redução do desemprego. Ainda assim, e de uma forma geral, estes mercados de trabalho deverão continuar robustos.

No Reino Unido, a taxa de desemprego deverá aumentar para 4,2% e 4,6% em 2023 e 2024 respetivamente (3,7% em 2022) e reduzir para 4,3% em 2025. Nos EUA, deverá manter-se nos 3,6% em 2023, e aumentar para os 3,8% e 3,9% em 2024 e 2025.

Na Área do Euro, a taxa de desemprego deverá reduzir em 0,2 pontos percentuais em todo o horizonte da projeção, para 6,6%, 6,5% e 6,4% em, respetivamente, 2023, 2024 e 2025 (o que compara com 6,7% em 2022).

Preocupações económicas

A redução do crescimento económico e o aumento do custo de vida, num contexto global, além das elevadas taxas de juro, devem nortear as discussões da agenda económica. O Banco Mundial alertou recentemente que a economia global está a caminho de terminar 2024 com a meia década de crescimento do PIB mais lento em 30 anos.

Embora os receios de uma recessão global tenham diminuído graças ao crescimento um pouco mais estável da economia dos EUA e da projeção de crescimento para a China (5,2%|2023 e 4,6%|2024), primeira e segunda maiores economias do mundo, respetivamente, ainda persistem preocupações, nomeadamente, de que o aumento das tensões geopolíticas possa inviabilizar a recuperação económica mundial. Junta-se a isso a estagnação da economia Japonesa, que levou o país a perder a sua posição de terceira maior economia do mundo para a Alemanha.

Outro assunto que também ocupou a agenda da 54ª edição do Fórum Económico Mundial é o colossal nível de dívida que as Economias em Desenvolvimento acumularam nos últimos anos para lidar com múltiplas crises, como a pandemia da COVID-19, a escassez de energia e as alterações climáticas.

Segundo o relatório mais recente da Organização das Nações Unidas, 3,3 mil milhões de pessoas vivem hoje em países que gastam mais em serviço da dívida do que em educação ou saúde.

6.2. NACIONAL

6.2.1. Dados Gerais

A nível nacional, a economia do país é bastante influenciada pelos eventos internacionais, mas igualmente por ocorrências internas, nomeadamente, relacionados com o clima.

Assim, a conjugação dessas várias crises, com destaque para a guerra na Ucrânia, que estimulou a alta dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas (sobretudo alimentares) bem como pressões nas cadeias de distribuição e consequente restrições na oferta, Cabo Verde, como país importador, sentiu os efeitos de forma imediata, com aumentos significativos nas taxas de inflação.

A inflação que há vários anos se encontrava estabilizada em torno de 1%, em 2022 elevou-se para os 7,9% e alcançou os 8% no início de 2023, antes de começar a dar sinais de abrandamento nos meses seguintes. Para 2023 estima-se uma taxa de inflação média de 4%, uma taxa ainda em níveis historicamente elevado. Em 2024, a previsão é para uma redução gradual, projetando-se uma taxa média de 2,2% (BCV, outubro 2023) e 2,0% (FMI in WEO, october 2023).

Não obstante este contexto externo desfavorável, o relatório das Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta a economia numa trajetória de crescimento, todavia a um ritmo mais lento. No 3º trimestre de 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) registou, em termos homólogos, uma variação positiva de 2,7%, em volume, taxa inferior em 0.7 pontos percentuais (p.p.) face à verificada no 2º Trimestre de 2023.

Para 2023, o BCV, na mesma linha dos dados reais do 3ºT2023 do INE, prevê uma desaceleração significativa do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em comparação com o ano anterior. Assim, estima que o PIB cresça 4,5%, após uma expansão notável verificada em 2022, de 17,1%. O consumo privado e a procura externa (particularmente a procura turística) mais contida, condicionada pelo impacto negativo do aumento da inflação no rendimento disponível real dos potenciais turistas e os critérios de concessão de crédito ligeiramente mais restritivos para as empresas, condicionaram o crescimento económico no período. O abrandamento do crescimento do PIB alargou-se a quase todos os setores de atividade, com particular destaque para os serviços ligados ao turismo.

Com relação a 2024 espera-se uma recuperação gradual do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em volume (4,7%|BCV e 4,5%|FMI). Essa recuperação será impulsionada pela melhoria dos rendimentos reais das famílias, que será sustentada pela diminuição da inflação. Além disso, antecipa-se um aumento na procura externa turística, em linha com as melhores perspetivas económicas dos principais parceiros emissores de turistas (Zona Euro e Reino Unido). No entanto, é importante notar que o crescimento perspetivado continuará a ser influenciado por repercussões na economia real da maior restrição nas condições de oferta de crédito (com implicações na redução da procura de crédito e, por conseguinte, nas decisões de consumo e investimento dos agentes económicos). Ainda, a retirada gradual das medidas de apoio orçamental para compensar o aumento dos preços da energia, poderá afetar o cenário económico nos próximos anos.

Quanto às estatísticas monetárias e financeiras, o Banco de Cabo Verde (BCV) prevê para o ano de 2023 uma desaceleração do crescimento da massa monetária para os 5,2% (em 2022 a massa monetária cresceu 5,9%). Levando em consideração as expectativas de um aperto nas condições de oferta de crédito, o crescimento do crédito interno líquido também deverá desacelerar-se para +6,6% (+7,4%|2022), assim como o crédito à economia deverá reduzir o ritmo de crescimento para +4,5% (+5,3%|2022 e +6,1%|2021).

Para o ano de 2024, prevê-se que o crescimento da massa monetária continue a desacelerar-se, atingindo os 5%, pelas mesmas razões apontadas para 2023 (expectativas de um aperto nas condições

de oferta de crédito) – o crescimento do crédito interno líquido deverá desacelerar-se para 6% e o crédito à economia para os 4,3%.

No tocante à política monetária, importa referir que apesar de os bancos centrais, nomeadamente o Banco Central Europeu e a Reserva Federal Americana, terem optado por reduzir o grau de acomodação e apertar as condições monetárias e financeiras, através de alterações das taxas de juro diretoras, visando conter o aumento persistente da inflação observada desde a segunda metade de 2021, o BCV, até meados de 2023, optou pela manutenção de uma orientação acomodatícia da política monetária. Contudo, em maio de 2023, considerando a necessidade de reduzir as pressões inflacionistas no país e, principalmente, garantir a estabilidade dos preços e o regime do peg fixo ao Euro, o BCV optou por uma política mais restritiva e aumentou as taxas de juro, reforçando o aumento por altura da publicação do Relatório de Política Monetária de outubro de 2023.

As contas públicas apresentaram uma tendência de melhoria em 2023, pelo que a perspetiva é do défice público evoluir dos -4% do PIB, registado em 2022, para os -3,5%. Esta tendência de evolução das contas públicas deve-se ao aumento das receitas fiscais, das outras receitas e das transferências (em donativos), bem como, ao abrandamento das despesas correntes e das despesas com ativos não financeiros.

A dívida pública é considerada sustentável em termos de volume e percentual do PIB, apesar do risco de sobre-endividamento permanecer significativo. Igualmente, o serviço da dívida pública é considerado sustentável, principalmente da divida externa (≈67% do total da divida publica), que são na sua maioria contraídas com condições financeiras “concessionais”, i.e., protegidas por taxas de juros reduzidas e fixas, câmbio fixo e por um nível adequado de reservas internacionais líquidas.

Relativamente ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego apresentou flutuações nos últimos anos. Passou de 15% em 2016 para aproximadamente 12% nos anos seguintes, 2017, 2018 e 2019. Em 2020, com a pandemia da Covid19 e a paralisação de muitos setores da economia, o desemprego agravou-se para cerca de 14,5%, voltando depois para os níveis médios pré-pandemia (aproximadamente 12%).

6.2.2. Nova Legislação do Sistema Financeiro

Em 2023 foram publicados diversos diplomas legais e regulamentares com impacto nas atividades prosseguidas pelo BCA, de entre os quais destacam-se os seguintes:

Resolução nº 94/X/2023, de 16 de fevereiro - Aprova, para ratificação, o Acordo entre o Governo de Cabo Verde e o Governo dos Estados Unidos da América, para reforçar o cumprimento fiscal e

implementar *o Foreing Account Tax Compliance Act* (FATCA), assinado na Cidade da Praia, no dia 30 de março de 2021.

Comunicado do Banco de Cabo Verde, de 08 de maio de 2023, sobre a orientação da Política Monetária - O Conselho de Administração (CA), reunido ordinariamente no dia 04 de maio de 2023 e sob recomendação do Comité de Política Monetária (CPM), decidiu aumentar as principais taxas de juro do Banco de Cabo Verde, designadamente a taxa diretora e as taxas da facilidade permanente de cedência de liquidez e da facilidade permanente de depósito para 1%, 1,25% e 0,55%, respetivamente, com efeitos a partir de 16 de maio de 2023. Decidiu também terminar o programa de financiamento de longo prazo (OMF) a 30 junho de 2023.

Portaria nº 24/2023, de 18 de maio de 2023 - Procede à primeira alteração à Portaria nº 55/2013, de 14 de novembro, que estabelece os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deva ser acompanhada pela Repartição Especial dos Grandes Contribuintes.

Lei nº 29/X/2023, de 21 de junho - Procede à segunda alteração à Lei nº 47/VIII/2013, de 20 de dezembro, alterada pela Lei n.º 86/IX/2020, de 28 de abril, que aprova o Código Geral Tributário.

Lei nº 30/X/2023, de 21 de junho - Regula a prestação de serviços com ativos virtuais e a constituição de bancos digitais.

Lei nº 32/X/2023, de 04 de agosto - Procede à terceira alteração ao Código Laboral Cabo-verdiano, aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de outubro, alterado pelo Decreto-Legislativo nº 5/2010, de 16 de junho e pelo Decreto-Legislativo nº 1/2016, de 3 de fevereiro.

Decreto-lei n.º 27/2023, de 20 de outubro - Estabelece as normas aplicáveis aos serviços de confiança e regula a validade, eficácia e valor probatório dos documentos eletrónicos, o reconhecimento e aceitação, na ordem jurídica cabo-verdiana, dos meios de identificação eletrónica de pessoas singulares e coletivas e prevê as normas aplicáveis ao Sistema de Certificação Eletrónica.

Portaria nº 53/2023, de 22 de dezembro de 2023 - Procede à segunda alteração à Portaria nº 55/2013, de 14 de novembro, alterada pela Portaria nº 24/2023, de 18 de maio, que estabelece os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deva ser acompanhada pela Repartição Especial dos Grandes Contribuintes.

Aviso nº 2/2023, de 28 de dezembro - Estabelece os requisitos para a identificação e a classificação dos bancos de importância sistémica no sistema bancário cabo-verdiano, bem como introduz a reserva de conservação de fundos próprios, a qual deve ser eficaz e proporcional para atenuar os riscos.

Portaria 56/2023, de 29 de dezembro - Regulamenta a elaboração de faturas pelo próprio adquirente de bens ou serviços, em nome e por conta do sujeito passivo fornecedor.

Lei nº 35/X/2023, de 31 de dezembro - Aprova o Orçamento do Estado para o ano económico de 2024.

6.2.3. Rede de Balcões e Canais Digitais

O BCA procedeu à reorganização das Direções Comerciais, visando proporcionar melhores condições para a implementação da sua estratégia. A divisão das áreas de negócio em Retalho e Empresarial fomenta a implementação de uma estratégia única de âmbito nacional tanto para os clientes Particulares, empresários em nome individual e Micro Empresas, como também para os clientes Empresariais – Pequenas, Médias e Grandes Empresas.

Com efeito, as Direções Comerciais Norte e Sul, de âmbito regional, passaram a designar-se Direção Comercial de Empresas (DCE) e Direção Comercial de Particulares e Negócios (DPN), respetivamente, ambas de âmbito nacional.

A reorganização passou igualmente pelos quatro Gabinetes de Empresas do BCA. Os dois Gabinetes de empresa da Zona Norte, o GEN e o GESA, foram fundidos por incorporação, resultando no Gabinete de Empresas Norte (GEN). Procedeu-se de igual forma com os dois Gabinetes da Zona Sul, GES I e GES II, passando a designar-se Gabinete de Empresas Sul (GES).

Deste modo, a rede de balcões do BCA, incluindo os gabinetes de empresa, passou de 34 balcões em 2022 para 31 em 2023.

Recorde-se que, com a venda do edifício de Chã-de-Areia, em 2022, o Balcão ali instalado deixou de fazer atendimento ao público e os clientes desse balcão foram direcionados para a agência AST II, sita em Achada de Santo António. O processo de fecho efetivo desse balcão ficou concluído em janeiro de 2023.



Cartões de Débito Vinti4

Em 2023, o BCA emitiu cerca de 35.233 cartões de débito Vinti4, representando um decréscimo de 35% comparativamente ao ano anterior. Essa variação resulta da diminuição da quantidade de cartões substituídos devido à expiração do prazo, refletindo o efeito do aumento do tempo de validade dos cartões.

No final do ano de 2023 o BCA detinha cerca de 98.101 cartões Vinti4 ativos e em utilização, representando um crescimento de 4% em relação ao ano anterior e correspondendo a uma quota de mercado de 30%.

Ainda durante o ano de 2023, foram realizadas cerca de 16,6 milhões de transações com cartões Vinti4 do BCA, representando um crescimento de 11% comparativamente ao ano anterior. Essas transações movimentaram cerca de 48,4 mil milhões de Escudos, representando um crescimento de 12% comparativamente ao ano anterior.

Cartões Visa

A atividade dos cartões Visa agregam os cartões pré-pagos e cartões de crédito, sendo que durante o ano de 2023 foram emitidos cerca de 7.274 cartões Visa, representando um decréscimo de 15% comparativamente ao ano anterior, resultante da diminuição da quantidade de cartões substituídos devido à expiração do prazo de validade e medidas de racionalização da emissão de cartões Visa pré-pagos.

Por sua vez, os cartões Visa ativos e em utilização, totalizaram a quantidade de 15.583 cartões. A estratégia de colocação proactiva de cartões de crédito em clientes com bons níveis de risco resultou num incremento do número de cartões Visa Classic de 24% e Visa Gold de 14%.

No que respeita às transações realizadas com os cartões Visa, durante o ano de 2023, foram realizadas cerca de 294.812 operações que requerem a movimentação de fundos, representando um aumento de 27% em relação ao ano anterior.

O montante global transacionado com os cartões Visa do BCA ascendeu a 1,8 mil milhões de escudos, representando um crescimento de 15% em relação ao ano anterior.

BCA Directo (*Internet Banking*)

No que respeita aos canais digitais, durante o ano de 2023, o número de novos aderentes ao canal ascendeu os 8.460 utilizadores, sendo que no final do ano atingiu-se a quantidade de 88.101 utilizadores, representando um crescimento de 15% em relação ao ano anterior.

No tocante à atividade dos canais digitais, foram executadas mais de 1,6 milhões de transações com movimentação de fundos, totalizando o montante de 40,6 mil milhões de Escudos, representando crescimentos na ordem dos 7% e 18%, respetivamente, comparativamente ao ano anterior.

Automated Teller Machine (ATM)

Em 2023 foi disponibilizada a possibilidade dos titulares de cartões efetuarem levantamentos de notas de 500 Escudos e 5.000 Escudos em 15 máquinas ATM's do BCA, com o intuito de melhorar a eficiência das mesmas e permitir aos clientes mais opções de levantamento de fundos nos canais alternativos.

No final do ano, o parque de máquinas ATM's do BCA era composto por 62 terminais, representando um decréscimo de 5% comparativamente ao ano anterior e uma quota de mercado de 28%. A redução do número de máquinas ATM é explicado pela estratégia de racionalização da rede de ATM e substituição de máquinas antigas, garantindo mais qualidade do serviço prestado aos clientes nestes canais alternativos.

Durante o ano foram realizadas cerca de 5,8 milhões de transações nas máquinas ATM's do BCA, com movimentação de fundos no montante total de 22,2 mil milhões de escudos, representando crescimentos de 4% e de 14% respetivamente, face ao ano anterior.

Terminais Pagamento Automático (TPA ou POS)

Em 2023, o parque de terminais de pagamento automático (POS) apoiados pelo BCA ascendeu a 2.882 terminais instalados e ativos, representando um crescimento de 8% face ao ano anterior e com uma quota de mercado de aproximadamente 24%.

Em relação à atividade desses terminais, foram executados cerca de 8,7 milhões pagamentos nesses POS's em 2023, totalizando o montante de 20,9 mil milhões CVE, representando um crescimento de 29% e 23% respetivamente, face ao ano anterior.

7. VISÃO ESTRATÉGICA

Visão

O BCA tem como Visão consolidar a liderança do mercado e ser reconhecido como a mais sólida e mais eficiente instituição bancária de Cabo Verde, comprometida com o desenvolvimento sustentável e a construção de relacionamentos duradouros e de confiança com todos os seus *stakeholders*.

Missão

O BCA tem como Missão disponibilizar produtos e serviços financeiros com elevados padrões de qualidade, indo ao encontro das necessidades dos clientes, com recursos a tecnologias avançadas, e criar valor para os Acionistas, para os Colaboradores e para a sociedade Cabo-verdiana em geral.

Valores

A atividade do BCA e a conduta dos seus Colaboradores pautam-se pelos seguintes valores fundamentais:

- **Confiança**, garantindo a segurança dos depositantes, promovendo uma relação de longo prazo com os clientes e privilegiando a sua fidelização, através de um serviço de elevada qualidade e de uma oferta de produtos adequada ao seu perfil de risco e reforçando a estabilidade e solidez financeira da instituição;
- **Rendibilidade**, assegurando uma remuneração adequada, com base na sustentabilidade do modelo de negócio e numa gestão eficaz e rigorosa;
- **Transparência**, prestando serviços e comunicando externa e internamente, de forma verdadeira, clara e objetiva;
- **Integridade**, cumprindo escrupulosamente as disposições legais, regulamentares e contratuais, respeitando os valores éticos e obedecendo às normas de conduta em vigor;
- **Profissionalismo**, de modo a prestar o melhor serviço aos clientes e a estabelecer relações com todos os *stakeholders*, com elevada competência técnica, rigor e diligência;
- **Proximidade**, através de uma rede abrangente de agências bancárias em Cabo Verde, bem como através de canais à distância com recurso às novas tecnologias, que garantam uma oferta inovadora, diversificada e acessível;
- **Responsabilidade**, perante os clientes que lhe confiam as suas poupanças, investidores e a sociedade, com enfoque no envolvimento em programas e iniciativas de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e de literacia financeira;

- **Cultura de risco e rigor**, assegurando o cumprimento das melhores práticas na gestão do risco, reforçando a confiança dos clientes, do mercado e do acionista, mediante uma adequada gestão do seu balanço;
- **Inovação**, apostando no progresso tecnológico, liderando a banca digital em Cabo Verde com soluções de arquitetura aberta, numa lógica de resposta multicanal à evolução das expetativas e preferências dos clientes.

A estratégia do BCA foi redefinida em 2023 após o aprofundamento da análise da evolvente contextual e transacional, identificando oportunidades e ameaças e do diagnóstico interno, identificando forças e fraquezas.

Conjugando a missão, a visão e os valores, com os resultados do diagnóstico estratégico efetuado, definiram-se os seguintes Pilares Estratégico e Objetivos Instrumentais:

I. **Qualidade de serviço e extração de valor da base de clientes**

a) Segmentação da base de clientes e dinamização comercial.
b) Digitalização como meio de simplificação de processos e de incremento da capacidade de resposta aos clientes.

II. Eficiência operacional e rentabilidade

a) Novo modelo de acompanhamento da atividade comercial.
b) Simplificação de processos e racionalização de custos.
c) Redução do risco operacional/Reforço do Controlo Interno.

III. Desenvolvimento do capital Humano

a) Revisão dos instrumentos de gestão dos Recursos Humanos.
b) Ações de Marketing Interno e Comunicação dirigida aos colaboradores.
c) Reforço da oferta formativa.

IV. Sustentabilidade (ESG)

d) Definir e implementar uma estratégia ESG

8. ATIVIDADE COMERCIAL

8.1. RECURSOS

O saldo dos recursos de Clientes junto do Banco totalizou 83.444 milhões de escudos em dezembro de 2023 (não inclui juros corridos), um incremento de 1,3% e 1.045 milhão de escudos face ao saldo registado em 2022, evidenciando a confiança que os clientes continuam a demonstrar na marca BCA.

O incremento na carteira foi via depósitos a ordem, que à semelhança dos últimos anos continua crescendo. Em 2023 os depósitos a ordem atingiram o saldo de 44.655 milhões de escudos, crescimento de 4,3% (+1.861 milhões de escudos), superiorizando, novamente, os depósitos remunerados (depósitos a prazo e de poupança), que averba um decréscimo de 1,9% (-738 milhões de escudos), fixando o saldo em 38.432 milhões de escudos.

Prevalece o equilíbrio entre as duas modalidades de depósitos, contudo, com ligeira vantagem para os depósitos a ordem, que passam a representar 53,5% da carteira, quando no último exercício económico representavam 51,9% e em 2021 48,7% do total de recursos.

O quadro que se segue apresenta os saldos dos Recursos de Clientes nos últimos três exercícios económicos.

Quadro 3 - Recursos de Clientes

(milhões de CVE)

Modalidades	2021	2022	Peso	2023	Peso	Variação	
						Absoluta	Relativa
Recursos de Clientes	**79 423**	**81 963**	***99,5%***	**83 086**	***99,6%***	**1 123**	**1,4%**
Depósitos à Ordem	38 980	42 794	*51,9%*	44 655	*53,5%*	1 861	4,3%
Depósitos a Prazo + Poupança	40 443	39 169	*47,5%*	38 432	*46,1%*	-738	-1,9%
Recursos de Outras Instituições de Créditos	**674**	**435**	***0,5%***	**357**	***0,4%***	**-78**	**-18,0%**
Total de Recursos de Clientes	**80 097**	**82 399**	***100,0%***	**83 444**	***100,0%***	**1 045**	**1,3%**

Analisando a carteira de depósitos por segmento de clientes, Empresas e Particulares, constata-se que os depósitos dos Particulares vêm crescendo de forma consistente, o que permite manter uma indiscutível superioridade comparativamente ao segmento Empresas que tem apresentado uma variação inconstante. Nos últimos três anos, o peso deste segmento na carteira total tem oscilado à volta de 84%.

Em 2023 o saldo de depósitos afeto ao segmento Particular atingiu os 69.542 milhões de escudos, o que representa um acréscimo de 936 milhões de escudos em termos absolutos e 1,4% em termos relativos.

Relativamente aos depósitos do segmento Empresas, continuou na senda do crescimento, embora em desaceleração (incremento de 1,4% e 188 milhões de escudos em 2023 que compara com +5,4% e 682 milhões de escudos em 2022).

Quadro 4 - Depósitos de Clientes por Segmento

(milhões de CVE)

Segmentos	2021	2022	2023	Variação 2022/2023	
				Absoluta	Relativa
Empresas					
Depósitos à Ordem	10 576	11 979	12 290	312	2,6%
Depósitos a Prazo	2 099	1 379	1 255	-124	-9,0%
Total	**12 675**	**13 357**	**13 545**	**188**	**1,4%**
Peso no Total de Depósitos	16,0%	16,3%	16,3%		
Particulares					
Depósitos à Ordem	28 405	30 815	32 365	1 549	5,0%
Depósitos a Prazo	33 960	33 519	32 978	-541	-1,6%
Depósitos de Poupança	4 384	4 271	4 199	-72	-1,7%
Total	**66 748**	**68 606**	**69 542**	**936**	**1,4%**
Peso no Total de Depósitos	84,0%	83,7%	83,7%		
Total de Depósitos	**79 423**	**81 963**	**83 086**	**1 123**	**1,4%**

Observando o total de depósitos do Banco por tipos de clientes, os Emigrantes destacam-se com um saldo total de cerca de 40.246 milhões de escudos no período, +287 milhões de escudos que em 2022. Este montante representa aproximadamente metade (48,4%) do total da carteira do Banco, sendo que com maior preponderância na modalidade a prazo, cujo saldo (26.945 milhões de escudos), representa cerca de 70% do total da carteira da modalidade.

Quadro 5 - Depósitos de Clientes por tipo de clientes

(milhões de CVE)

Modalidades	2021	2022	2023	Variação 2022/2023	
				Absoluta	Relativa
Depósito à Ordem					
Emigrantes	10 920	12 562	13 301	739	5,9%
Peso Emigrantes	*28%*	*29%*	*30%*		
Outros	28 061	30 232	31 354	1 121	3,7%
Total	**38 980**	**42 794**	**44 655**	**1 861**	**4,3%**
Depósito a Prazo					
Emigrantes	27 868	27 398	26 945	-453	-1,7%
Peso Emigrantes	*68,9%*	*69,9%*	*70,1%*		
Outros	12 575	11 772	11 487	-285	-2,4%
Total	**40 443**	**39 169**	**38 432**	**-738**	**-1,9%**
Total de Depósitos	**79 423**	**81 963**	**83 086**	**1 123**	**1,4%**
Depositos Emigrantes Total	**38 787**	**39 960**	**40 246**	287	0,7%
Peso Emigrantes na carteira	*48,84%*	*48,75%*	*48,44%*		

8.2. CRÉDITO

8.2.1. Análise da Carteira de Crédito

O saldo da carteira de crédito vivo, i.e., créditos em situação regular, excluindo os créditos titulados, ascendeu em 2023 a 36.307 milhões de escudos, o que representa um incremento de 4,5% e 1.554 milhões de escudos face ao saldo registado em 2022, evidenciando que o total de novos créditos concedidos superiorizou as amortizações no ano.

Analisando a contribuição de cada um dos segmentos para esta variação positiva da carteira de crédito vivo, constata-se que tanto o contributo dos Particulares como das Empresas foi favorável. Nas Empresas o aumento homólogo totalizou 810 milhões de escudos (+6,5%) e nos Particulares ascendeu a 744 milhões de escudos (+3,3%).

A evolução favorável no *stock* de crédito aos Particulares é reflexo do aumento da carteira de crédito para todas as finalidades, com destaque para os destinados à habitação própria (+2,6% e 391 milhões de escudos), que continua a ser o principal produto de crédito do Banco, representando 43% da carteira total (44% em 2022). A carteira de crédito habitação destinada a arrendamento, apesar da pouca representatividade no total da carteira (3,4%), também evoluiu favoravelmente aumentando 4,8% e

56 milhões de escudos. O total da carteira de crédito destinado a habitação perfez 16,9 milhões de escudos em 2023. Contribuiu ainda para a evolução favorável do *stock* de crédito aos Particulares os destinados a outros fins, que não habitação, que aumentaram 5% e 297 milhões de escudos face a 2022, totalizando uma carteira de 6.183 milhões de escudos.

Quadro 6 – Carteira de Crédito Vivo por Segmentos

(milhões de CVE)

Segmentos	2021	2022	2023	Variação		Peso na Estrutura	
				Absoluta	Relativa	2022	2023
Empresas	**12 560**	**12 450**	**13 260**	**810**	**6,5%**	**35,8%**	**36,5%**
Curto Prazo	1 101	945	1 378	433	45,8%	2,7%	3,8%
M/LPrazo	11 459	11 505	11 882	377	3,3%	33,1%	32,7%
Particulares	**21 386**	**22 303**	**23 047**	**744**	**3,3%**	**64,2%**	**63,5%**
Habitação Própria	14 455	15 239	15 630	391	2,6%	43,9%	43,0%
Arrendamento	1 222	1 177	1 234	56	4,8%	3,4%	3,4%
Crédito Outros Fins	5 709	5 886	6 183	297	5,0%	16,9%	17,0%
Total do Crédito Vivo	**33 946**	**34 753**	**36 307**	**1 554**	**4,5%**	**100,0%**	**100,0%**

A Carteira de Crédito Total, que inclui além da carteira de crédito vivo, a carteira vencida e os respetivos juros vencidos, a carteira de crédito titulado[1] e os Proveitos a Receber referente à carteira de créditos (titulado e não titulado), assinalou um aumento de 2,5% e 1.415 milhões de escudos face ao período homólogo.

Contribuíram para este incremento tanto a carteira de crédito não titulado, nomeadamente a carteira de crédito não titulado, que cresceu 2,8% e 1.038 milhões de escudos, assim como a carteira de crédito titulado que aumentou 2% e 395 milhões de escudos. Nos créditos titulados o impulso positivo foi dado tanto pela carteira de títulos da dívida pública (+2% e 303 milhões de escudos) como pelas obrigações de empresas públicas/privadas (+2,4% e 92 milhões de escudos).

[1] A carteira de crédito titulado são os valores concedidos por compra de Títulos de Dívida Pública, nomeadamente, entre outros, Obrigações do Tesouro, Bilhetes do Tesouro e subscrições de empréstimos obrigacionistas públicas e privadas.

Quadro 7 - Carteira de Crédito a Clientes

(milhões de CVE)

Crédito	2022	2023	Variação	
			Absoluta	Relativa
Crédito Vivo	**34 753**	**36 307**	**1 554**	***4,5%***
Crédito e Juros Vencidos	**2 906**	**2 390**	**-517**	***-17,8%***
Carteira de Crédito Total - Não Titulada	**37 659**	**38 697**	**1 038**	***2,8%***
Titulos da Divida Publica	**15 609**	**15 913**	**303**	***1,9%***
Obrigações Públicas/Privadas	**3 763**	**3 855**	**92**	***2,4%***
Obrigações Vencidas	**108**	**108**	**0**	***0,0%***
Carteira de Crédito Total - Titulada	**19 480**	**19 876**	**395**	***2,0%***
Proveitos a Receber	**271**	**272**	**1**	***0,4%***
Receitas c/Rendim. Diferido	**-260**	**-280**	**-20**	***7,5%***
Carteira de Crédito Total	**57 151**	**58 565**	**1 415**	***2,5%***

CARTEIRA DE CRÉDITO VENCIDO

A carteira de crédito em situação vencida em 2023, incluindo o saldo dos empréstimos obrigacionistas, fixou-se nos 2.498 milhões de escudos, uma redução de 17% (-517 milhões de escudos) face a 2022. Esta redução foi transversal aos dois segmentos, mas as empresas, com uma diminuição de 23% e 488 milhões de escudos, destacam-se respondendo por cerca de 94% da redução.

Quadro 8 - Carteira de Crédito Vencido

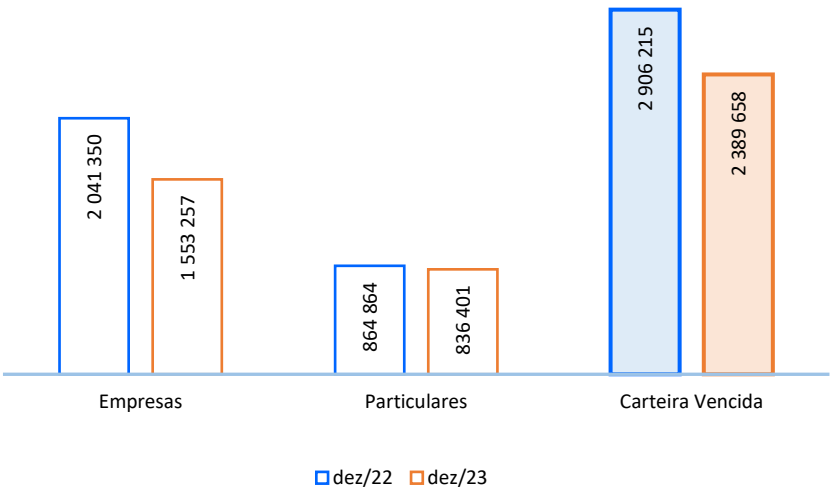
(milhões de CVE)

	2022	2023	Var. Abs.	Var. %
Carteira Particular				
Habitação Própria	433	395	(38)	*-8,8%*
Arrendamento	260	248	(12)	*-4,6%*
Crédito ao Consumo	38	56	19	*49,8%*
Outros Créditos	134	137	3	*2,1%*
Total Particular	**865**	**836**	**(28)**	***-3,3%***
Carteira Empresas	**2 150**	**1 662**	**(488)**	***-22,7%***
Carteira Vencida	**3 015**	**2 498**	**(517)**	***-17,1%***

Já a carteira de crédito em situação vencida expurgando o saldo dos empréstimos obrigacionistas, totalizou, em 2023, 2.390 milhões de escudos correspondendo a uma redução homóloga de 17,8% (-517 milhões de escudos).

O gráfico seguinte ilustra da evolução do crédito vencido (sem obrigações de empresas) por segmentos.

<u>Gráfico 1</u> – Carteira Vencida por Segmentos (mil CVE)



9. OUTRAS ATIVIDADES

9.1. RECURSOS HUMANOS

QUADRO DO PESSOAL [2]

Em 31 Dezembro de 2023 o Quadro do Pessoal apresentava um total de 413 colaboradores no ativo, sendo 349 do quadro efetivo e 64 contratados a termo certo. Contava, ainda, com 9 colaboradores em situação de inatividade (5 de licença sem vencimento, 1 de licença ilimitada e 3 em comissão de serviço público).

Quadro 9 – Distribuição dos Colaboradores

ACTIVOS	2022	2023	INACTIVOS	2022	2023
Quadro Permanente	344	349	Comissão de Serviço	3	3
Contratos a termo certo	75	64	Licença	7	6
			Ausência por Doença	0	0
			Ausência Outros Motivos	0	0
TOTAL	**419**	**413**		**10**	**09**

Desvinculações, Licenças, Reformas e Admissões

Passaram à situação de reforma um total de 13 colaboradores que encontravam-se no ativo – 12 adstritos ao Sistema Privativo de Segurança Social e 1 adstrito ao Sistema Nacional de Previdência Social, todos por limite de idade e/ou tempo de serviço e incapacidade.

Assim, e tendo em conta o falecimento de 2 reformados no decurso de 2023 e a entrada na reforma de 3 colaboradores desvinculados, a 31 de dezembro de 2023 o número de reformados adstritos ao Sistema Privativo de Segurança Social do Banco era de 284.

Ainda, foi extinta a relação jurídico-laboral com 21 colaboradores – 3 por despedimento, 3 por caducidade e 15 por rescisão pelo colaborador.

No decurso do ano o Banco concedeu licença sem retribuição a 2 colaboradores.

[2] *São considerados os 5 Administradores Executivos*

Ocorreram 31 entradas durante o ano, sendo 4 reintegração de colaboradores que se encontravam de licença sem retribuição e 27 admissões de novos quadros.

Distribuição por Género e Tipo de Vínculo

Relativamente ao Género, as Mulheres em número de 265 correspondiam a 64% e os Homens em número de 148 representavam 36% do total de 413 colaboradores no ativo.

Quanto ao Tipo de Vínculo 349 colaboradores pertenciam ao quadro efetivo permanente, representando 85% e 64 eram colaboradores contratados a termo certo correspondendo a 15% do total de colaboradores no ativo.

Distribuição por Grupos Funcionais

No que se refere à distribuição por Grupos Funcionais dos 413 colaboradores no ativo, 5 (1%) exerciam funções de Administradores Executivos, 15 exerciam cargos de Direção (4%), 87 (21%) colaboradores exerciam cargos de Chefia/Gerência, 215 (52%) colaboradores desempenhavam funções Técnicas, 42 (10%) desempenhavam funções de técnicos Multifunções, 11 (2%) executavam funções Administrativas e 38 (9%) exerciam funções Auxiliares e de Apoio Geral.

Distribuição por Habilitações Literárias

No que diz respeito às habilitações literárias, observou-se um aumento anual no número de colaboradores com grau de Licenciatura. Em 31 de dezembro, 281 colaboradores (68%) possuíam o grau de licenciatura, 6 (1%) possuíam Ensino Superior Politécnico, 17 (4%) tinham formação em Ensino Técnico Profissional, 78 (19%) detinham o Ensino Secundário, e 31 (8%) possuíam formação ao nível do Ensino Básico.

Destaca-se a tendência de declínio no número de colaboradores com Ensino Básico nos últimos anos, enquanto a percentagem de colaboradores com Ensino Superior Politécnico permaneceu constante. Além disso, é notável o aumento percentual de colaboradores com Ensino Superior Universitário.

Quadro 10 – Habilitações Literárias

Habilitações Académicas	2022		2023	
	Quant.	%	Quant.	%
Ensino Básico	33	7,9	31	8
Ensino Secundário	85	20,3	78	19
Ensino Técnico Profissional	21	5,0	17	4
Ensino Superior Politécnico	6	1,4	6	1
Ensino Superior Universitário	274	65,4	281	68
TOTAL	**419**	**100**	**413**	**100**

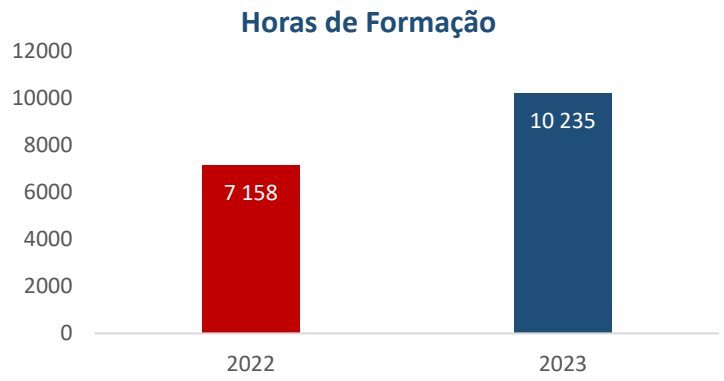
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

A gestão da formação constitui um aspeto fundamental no desenvolvimento das nossas equipas, bem como a base do plano de formação para os anos seguintes, destacando-se os seguintes indicadores em 2023:

- Número de Horas de Formação foi de 10.235 horas;
- A Média de Horas de Formação por colaborador foi de 25 horas; e,
- 74 Colaboradores tiveram horas de formação igual ou superior a 35 horas.

O número absoluto de horas de formação fornecidas aos colaboradores aumentou para 3.078 horas, representando uma taxa de variação de 43% em comparação com o ano de 2022. Essa significativa elevação é resultado da ênfase colocada nas formações, especialmente na modalidade de *e-learning*.

Gráfico 2 – Horas de Formação



A média de horas de formação aumentou de 17 em 2022 para 25 em 2023. Até 31 de dezembro, um total de 74 colaboradores concluíram 35 horas ou mais de formação, representando 18% do total de colaboradores ativos.

A área de formação apresentou um progresso extremamente positivo ao longo do ano de 2023, evidenciando um comprometimento claro com o desenvolvimento técnico, de negócios, liderança e regulamentar, bem como com as certificações nas áreas de controlo.

Das formações realizadas em 2023 destacam-se as seguintes:

- Código de Conduta;
- Programa de Acolhimento de Novos Quadros 2023;
- *Managing for The Future*;
- *Corporate Governance* - Atuação em *Boards*;
- Excelência na Relação com o Cliente;
- Prevenção e Gestão de Conflitos;
- Prevenção à Lavagem de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo;
- Certificação ACAMS – *in Anti- Money Laundering Specialist*;
- Certificação ACAMS – *in Global Sanctions Specialist*;
- Certificação ICA - *in Governance, Risk and Compliance*;
- *Trade Finance*;
- Curso de Excel, Básico, Intermédio, Avançado e Power BI;

APOIO SOCIAL AOS COLABORADORES

Durante o ano de 2023, os colaboradores do Sistema Privativo de Segurança Social do Banco e reformados, bem como os seus agregados familiares, beneficiaram, no país, de exames clínicos de diagnóstico, consultas de clínica geral e de especialidade, fornecimento de próteses oculares, auditivas, estomatológicas, tratamentos de enfermaria, cirurgias e internamentos hospitalares.

Ainda, no âmbito do protocolo existente entre o BCA e os SAMS - Serviços de Apoio Médico e Social dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, de Portugal – foram emitidos 98 Termos de Responsabilidade (TR) e 6 Autorizações Prévias (AP), totalizando 104 tratamentos efetuados a colaboradores (consultas, exames médicos, análises clínicas, intervenções cirúrgicas e internamentos hospitalares).

Ocorreram 4 evacuações para o exterior de beneficiários do Sistema Privativo, sendo que 1 deles teve direito a acompanhante, conforme a opinião da junta médica. Destes 4 evacuados, 1 regressou ao País.

O Banco continuou a suportar os custos com 1 evacuação ocorrida nos anos anteriores, e, de acordo com o despacho da Junta de Saúde, encerrou a evacuação referente a 1 caso ocorrido no ano anterior.

No País, foram evacuados para as ilhas de Santiago (Praia) e São Vicente (Mindelo) 9 beneficiários do Sistema Privativo de Segurança Social do BCA, sendo que 1 com direito a acompanhante.

Os custos com a assistência médica e medicamentosa no País (colaboradores e seus beneficiários no ativo) ascenderam ao montante de 8.466.303 CVE, assim alocados: 3.540.000 CVE - Avenças; 52.000 CVE - Subsídios de doença; e 4.874.303 CVE - Consultas, Medicamento, Diagnósticos e Bilhete Passagem.

Os custos com a assistência médica e medicamentosa no Exterior (colaboradores e seus beneficiários no ativo) totalizaram o montante de 1.072.704 CVE, assim alocados: 255.925 CVE - Subsídios de doença/outras despesas (medicamentos, passe, Seguro de viagem e visto); e 816.779 CVE - Despesas com os SAMS.

Assim, o total com a assistência médica e medicamentosa dos colaboradores e seus beneficiários no ativo foi de 9.539.007 CVE.

O Banco continuou a apoiar os seus colaboradores e reformados através da política de concessão de créditos, nomeadamente, para aquisição ou construção de habitação própria permanente, bem como enquadramento das taxas de juros e reforços, tendo sido: 59.956.776 CVE - Aquisição ou construção; e 2.662.500 CVE - Reforços.

Foram contratualizados e enquadrados créditos para aquisição de viatura nos termos dispostos dos regulamentos em vigor, O.S nº10/2014, no montante total de 19.933.266 CVE, assim alocados: 14.959.000 CVE - Aquisição de viatura; e 4.974.276 CVE - Enquadramento.

Os adiantamentos de vencimento para educação, saúde, encargos extraordinários e reparações/benfeitorias contratualizados atingiram o montante de 56.714.709 CVE.

Foram concedidos créditos à taxa comercial (consumo, habitação e viatura), no montante global de 21.639.000 CVE.

Também foram autorizados a emissão do cartão visa crédito, bem como aumento dos *plafonds* que compreenderam entre 50.000 CVE a 500.000 CVE.

Destacam-se, ainda, durante o ano em análise, outras ações, nomeadamente:

- Análise e informação, pela GGB/DDP, em articulação com a Direção de Compras e Logística sobre a substituição/aquisição de viaturas de representação institucional e uso pessoal bem como o exercício de direito a opção de compra;

- Análise e informação, pela GGB/DDP, em articulação com a Direção de Compras e Logística sobre a atribuição e utilização de telemóveis bem como o exercício de direito a opção de compra;
- Acompanhamento de processos de evacuações recomendados pela Junta de Saúde e relativos a colaboradores adstritos ao Sistema Privativo de Previdência Social do BCA e seus agregados familiares, em articulação com a Embaixada de Cabo Verde em Portugal;
- Processo de recrutamento e seleção de técnicos no âmbito do concurso externo lançado no início do ano;
- Revitalização das equipas de trabalho através de processos de mobilidade interna e reconversão profissional;
- Participação e acompanhamento do processo de transferência do fundo de pensões para o Instituto Nacional de Previdência Social;
- Alteração da Estrutura da Direção de Recursos Humanos para a Direção de Desenvolvimento de Pessoas e Competências;

PROJECTOS

Destacam-se, ainda, durante o ano em análise, os seguintes projetos:

- Plano Trianual de Formação elaborado com o propósito de garantir a capacitação contínua dos colaboradores, alinhando-se tanto com as necessidades abrangentes do Banco quanto com às exigências específicas de suas funções. Este plano é desenvolvido em conformidade com os Valores do BCA e do Grupo CGD;
- Implementação do Regulamento de Avaliação de Desempenho;
- Revisão e implementação dos regulamentos sobre os benefícios sociais; e
- Revisão dos Estatutos de Pessoal – foram iniciados os trabalhos para a revisão dos Estatutos de Pessoal e do quadro normativo diretamente associado.

9.2. GESTÃO DO RISCO E CONTROLO INTERNO

Risco de Crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das suas respetivas obrigações financeiras nos termos contratados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

No ano de 2023 assistiu-se a uma consolidação da retoma da economia, com o setor do turismo a dar sinais de melhoria, destacando-se o novo recorde do número de passageiros aéreos registados, ultrapassando inclusive o ano de 2019 (pré- pandemia). Tal retoma, com impacto sobretudo no setor do turismo, veio permitir que empresas ligadas ao setor do turismo, com exposição significativa, pudessem retornar aos registos contabilísticos pré-pandemia, amenizando assim o risco de incumprimento, com impacto direto nas perdas por imparidade.

Por outro lado, embora tenha-se registado evolução favorável da pandemia da Covid-19, os conflitos emergentes têm-se manifestado cada vez mais como novas ameaças para estabilidade político-económico a nível mundial, originando assim incertezas quanto ao cenário macroeconómico e potenciais impactos a nível local. No BCA estão implementados diversos reportes de controlo e monitorização, bem como sistemas de alarmísticas que permitem mitigar os riscos advenientes de tais incertezas.

No que toca à qualidade da carteira, este tem vindo a melhorar com o tempo, sendo que no ano de 2023, a carteira não produtiva recuou 0,13 pontos percentuais (-1,4%), o que representa decréscimo de mais de 48 mil contos da exposição *Non-Performance Exposure*-NPE, atingindo assim rácio de 3,66%.

Quanto ao crédito vencido, é notório o decréscimo acentuado de 17,1% (-517 mil contos), atingindo-se assim rácio de incumprimento de 6,18% (2022: 7,6%).

Recuperação de Crédito

Desde a chegada da pandemia provocada pela COVID19 a Cabo Verde, que o governo tem intervindo ativamente no mercado do crédito. Primeiro com a introdução das moratórias e depois com uma série de linhas protocoladas com os bancos comerciais em que os financiamentos têm garantia do Estado de Cabo Verde. Num primeiro momento, o propósito era o de mitigar os efeitos negativos da crise provocada pela pandemia, nos níveis de incumprimento na banca e de seguida ajudar na recuperação dos atores económicos e da economia nacional.

O BCA, por seu lado, vem acompanhando de perto os seus clientes no sentido de identificar as situações de risco acrescido de incumprimento e ajudar na identificação e aplicação de soluções mais ajustadas de recuperação, com um esforço acrescido de flexibilização e aconselhamento.

Este trabalho é feito pelo Gabinete de Recuperação de Créditos (GRE) em estrita colaboração e articulação com as outras áreas do banco envolvidas no processo de acompanhamento e recuperação de créditos como sejam as áreas comerciais, risco de crédito, assessoria jurídica e de suporte operacional.

Não obstante este trabalho de acompanhamento e rápida intervenção, e à semelhança do que foi registado em 2022, voltamos a sentir uma grande pressão do lado das entradas de operações em incumprimento. Os novos incumprimentos registados em 2023 afetam para além das empresas, um número crescente de clientes particulares já com impacto nas operações de crédito habitação.

Ainda assim, o trabalho de recuperação de crédito desenvolvido pelo gabinete de Recuperação de Créditos do BCA permitiu ao banco fechar o ano com uma redução de créditos em incumprimento na ordem dos 516,6 milhões de escudos. O BCA fechou o ano com uma carteira de créditos em incumprimento de 2.389,7 milhões de escudos (o valor mais baixo dos últimos 10 anos), de onde resulta um Rácio de Incumprimento de 6,2%, igualmente o mais baixo dos últimos 10 anos (uma redução de 1,4 pontos percentuais em relação a Dezembro de 2022).

A consistência dos resultados obtidos na recuperação de créditos e a tendência de redução do crédito em incumprimento e do rácio de incumprimento no BCA resulta de um trabalho contínuo do GRE e dos métodos e princípios de intervenção espelhados que resultam da implementação da Política de Acompanhamento e Recuperação de Créditos (PARC).

Este ano, à semelhança do que aconteceu no ano passado, a resolução de processos que se encontravam em recuperação contenciosa junto dos Tribunais (quer pela conclusão dos processos ou por entendimento entre as partes) contribuiu de forma muito relevante para o resultado obtido a nível da recuperação de créditos vencidos.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado traduz-se em ocorrência de impactos negativos em resultados e/ou no capital do Banco, devido a movimentos desfavoráveis no preço dos títulos detidos na carteira própria ou no valor de mercado de instrumentos derivados, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de câmbio, cotações de ações ou preços de mercadorias. A gestão do risco de mercado visa balizar as perdas potenciais e procura otimizar a relação entre o nível de exposição assumido e os benefícios esperados.

No BCA, a estratégia de gestão e a tolerância ao Risco de Mercado encontra-se devidamente articulada com a estratégia global de gestão de risco e continua a ser estabelecida em conformidade com a sua declaração de apetência pelo risco, tendo como objetivo manter o foco da atividade em produtos e serviços que estejam de acordo com a estratégia de um banco de retalho/comercial, limitando a complexidade dos produtos e posições, garantindo que estes estão em linha com as capacidades existentes de monitorização do risco.

Relativamente à posição cambial, que apresenta um nível de risco com maior relevância, aplicam-se as regras de gestão específicas para risco cambial, onde são definidas balizas de posição aberta líquida, posição aberta por moeda e limites de consumo de VaR. A monitorização do consumo de limites de risco cambial e de limites de perda aceitável é objeto de medição, controlo e reporte, no mínimo, diários. Os procedimentos de atuação em caso de quebra de limites estão perfeitamente definidos no normativo interno.

O *Value at Risk* (VaR) é a métrica de monitorização de risco cambial utilizada no BCA. Essa métrica é apurada segundo a metodologia de simulação histórica, com intervalo de confiança de 99% e período de detenção de 10 dias.

A fiabilidade do modelo de VaR é monitorizada diariamente através da análise comparativa entre o valor em risco e o resultado diário teórico (*backtesting* teórico) e o resultado real (*backtesting real*). O número de exceções obtidas permite avaliar a fiabilidade do modelo e equacionar eventuais medidas de ajustamento ou calibração.

Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos e testes de normalidade.

Para o ano de 2023 os valores de VaR registaram mínimo, médio e máximo no valor total de MCVE 0,18, MCVE 0,40 e MCVE 0,86 respetivamente, permanecendo muito afastado do limite de MCVE 4 estabelecido no RAS. Relativamente ao ano de 2022 o VaR máximo registou aumento de 15,83%, refletindo, assim, ligeiro aumento de risco cambial.

Durante o ano de 2023, as posições cambiais raramente ultrapassaram os limites estabelecidos para as diferentes moedas da carteira. Quando ocorreram ultrapassagens, essas foram prontamente justificadas, corrigidas e reportadas à Administração, em estrita conformidade com as diretrizes estabelecidas no normativo interno.

As moedas com maiores exposições em termos de risco cambial ao longo de 2023 foram o dólar americano (USD), o franco suíço (CHF) e a libra esterlina (GBP). No entanto, as posições totais abertas mantiveram-se confortavelmente dentro dos limites de tolerância estabelecidos no RAS.

A eficácia das métricas de monitorização da posição cambial é comprovada pelo fato de que as estimativas das perdas potenciais se mantiveram dentro dos níveis de tolerância estabelecidos no *Risk Appetite Statement* (RAS), garantindo assim uma gestão confiável e consistente do risco cambial.

Risco de Liquidez

As políticas de gestão do risco de liquidez são definidas pelo Conselho Delegado de Gestão de Capital, Ativos e Passivos (Capital, *Asset and Liability Committee*, CALCO). O Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez (GRM) é a área da Direção de Gestão de Risco que faz a mensuração, monitorização e reporte deste tipo de risco.

A gestão do risco de liquidez compreende a análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos temporais considerados (*buckets*), os volumes de *cash inflows* e *cash outflows*, bem como os respetivos *gaps* (diferenciais) de liquidez.

A avaliação do Risco de Liquidez no BCA continua a ser acompanhada de forma sistemática através das análises mensais e reportes de evolução das métricas de monitorização do risco de liquidez, tanto para a Comissão Executiva como para a Caixa Geral de Depósitos (CGD).

Ao longo do ano de 2023, o BCA continuou a evidenciar uma ampla disponibilidade de liquidez, prosseguindo com a estratégia de aplicações em Instituições Financeiras Nacionais e Estrangeiras e nos Títulos da Dívida Pública, mantendo, assim, um *buffer* de ativos líquidos muito confortável para fazer face a quaisquer eventos de liquidez de maior gravidade.

O volume de depósitos, que representa mais de 90% do passivo do banco, continua a crescer gradualmente por via de aumento de depósitos a ordem contra brando decréscimo de depósitos a prazo, sobretudo nos segmentos de emigrantes e outros residentes. O BCA continua apresentando um rácio de *rollover of funding* superior a 98% em todos os prazos contratuais e baixa concentração face aos 10 maiores depositantes do banco.

O BCA demonstrou uma posição de liquidez altamente favorável, como evidenciado pelo LCR (*Liquidity Coverage Ratio*) que alcançou 698,4% em 31.12.2023. Esse valor está consideravelmente acima dos requisitos mínimos estabelecidos (superior a 100%), destacando a excelente capacidade da instituição de cumprir suas obrigações de pagamento mesmo em eventos adversos.

Além disso, o NSFR (*Net Stable Funding Ratio*) do BCA também reflete uma sólida posição de liquidez, com um confortável valor de 254,70% em 31.12.2024. Isso indica que o BCA possui uma capacidade adequada para financiar suas atividades de maneira estável e sustentável ao longo do tempo.

Em resumo, o quadro de liquidez atual do BCA evidencia uma situação extremamente satisfatória em termos de exposição ao risco de liquidez. A instituição está bem posicionada para lidar com desafios financeiros e garantir a continuidade de suas operações sem interrupções.

Risco de Taxa de Juro do Balanço

Risco de Taxa de Juro do balanço é a possibilidade de ocorrência de perdas, quer nos resultados quer no valor económico de uma instituição, em resultado do impacto de uma variação adversa das taxas de juro. O risco de taxa de juro insere-se na categoria mais vasta dos riscos de mercado. Numa perspetiva analítica, é útil distinguir diferentes tipologias de risco de taxa de juro, com vista a isolar, com maior precisão, a origem do risco na estrutura de balanço das instituições. Portanto, no BCA, os tipos/fontes de risco de taxa de juro mais analisados são Risco de Refixação de Taxa que resulta de desfasamentos de maturidades residuais e/ou de prazos de refixação da taxa de juro dos instrumentos financeiros e Risco de Indexantes que está associado à ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos.

A avaliação do risco de taxa de juro do balanço continua sendo feita através da análise de *gaps* que foi uma das primeiras técnicas desenvolvidas para mensuração do risco da taxa de juro, e continua a ser muito utilizada pelos bancos, dado produzir um indicador simples da sensibilidade da conta de resultados à variação das taxas de juro (perspetiva do rendimento). Do ponto de vista operacional, esta técnica resulta do apuramento do designado *repricing gap*, ou seja, a diferença entre ativos, passivos e elementos extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro em cada banda temporal de uma tabela de maturidade/*repricing*. Este *repricing gap* pode ser multiplicado por uma variação da taxa de juro para obter uma aproximação à variação na margem financeira para cada banda temporal (*bucket*) que resultaria de tal movimento na taxa de juro.

A estratégia de gestão de risco de taxa de juro tem sido minimizar a exposição aos choques e movimentos das taxas de juro com cálculos de impactos de alterações na taxa de juro sobre a margem financeira e o valor económico do capital, indicadores dos limites definidos em sede de *Risk Appetite Statement* – RAS.

A dimensão da exposição a risco de taxa de juro mantém o cumprimento do respetivo nível de apetência pelo risco estabelecido na Declaração de Apetência pelo Risco do BCA, permitindo assegurar um nível de risco de taxa de juro controlado, e alinhado com o foco em banca de retalho/comercial. Em novembro 2023, de acordo com os resultados preliminares do relatório estático, as métricas "*Economic value of equity at risk (var. ±50bp) as % OF", "Impact on earnings of var. +50 bps proxied by the repricing gap" e "Impact on earnings of var. -50 bps proxied by the repricing gap"* atingiram 0,27%, 60,23 mil contos e 76,38 mil contos respetivamente, revelando níveis de sensibilidade da margem de juros a variações adversas das taxas de juro em cumprimento da apetência pelo risco do BCA.

Riscos Não Financeiros

A gestão dos riscos não financeiros do BCA, sob a responsabilidade da Direção de Gestão de Risco, através do Gabinete de Riscos Não Financeiros, encontra-se alinhada com a estratégia de gestão de risco global do BCA e do Grupo CGD, visando uma gestão eficiente dos riscos não financeiros, e a mitigação de outros impactos negativos relevantes, nomeadamente, na concretização de objetivos estratégicos, de reputação ou do cumprimento de requisitos regulamentares.

O Gabinete de Riscos Não Financeiros, por sua vez, comporta 02 áreas funcionais, sendo a Área de Riscos Não Financeiros e a Área de Controlo Interno.

Riscos Não Financeiros

De entre as responsabilidades inerentes à Área de Riscos Não Financeiros, encontra-se a de identificação dos riscos não financeiros a que o BCA está exposto, em particular os riscos Operacional, de IT, Reputacional, e de Estratégia e Negócio, em articulação com outras Estruturas relevantes.

Em linha com os procedimentos implementados corporativamente, procedeu-se no ano de 2023 a atualização de todo o quadro normativo corporativo.

Para além da monitorização e gestão das métricas identificadas no *Risk Appetite Statement* (RAS), teve-se igualmente grande foco na identificação, avaliação, monitorização/comunicação e a mitigação dos impactos dos eventos de risco operacional, através da aplicação de diversos procedimentos de controlo instituídos internamente, da definição de planos de ação para mitigar a ocorrência e impactos futuros de eventos de risco operacional, da monitorização dos diferentes *Key Risk Indicators* (KRI), aplicação e avaliação dos questionários de autoavaliação dos riscos e controlos e avaliação dos processos de subcontratação.

Controlo Interno

No que toca à Área de Controlo Interno, durante o ano de 2023, conseguiram-se resultados positivos a nível da identificação, gestão e resolução de deficiências de controlo interno, com maior envolvimento das Funções de Controlo Interno do BCA nestas tarefas, o que proporciona um adequado nível de segurança à gestão, relativamente à consecução dos objetivos em matéria de Cultura Organizacional, Sistemas de Governo e Controlo Interno.

De referir ainda que, decorrente da atualização da norma corporativa sobre o Sistema de Controlo Interno do GRUPO CGD – Princípios de Governação e Política de Gestão de Deficiências, a Política interna foi igualmente atualizada.

Risco *Compliance*

Decorrente das disposições legais e das recomendações internacionais, o BCA tem formalmente instituído uma Função *Compliance* que se carateriza por ser uma função independente, permanente e efetiva, de controlo do cumprimento das obrigações que emanam de leis, regulamentos, regras de conduta, princípios éticos e outros deveres a que o BCA se encontra sujeito. Promove a prevenção e mitigação de riscos de *Compliance* e a implementação de medidas adequadas para a resolução de deficiências ou incumprimentos detetados, em estreita colaboração com os restantes OE do BCA e da CGD. Neste sentido, a gestão do Risco *Compliance* é da responsabilidade de todos os Órgãos de estrutura, sob a coordenação da Direção de Função *Compliance* (DFC).

Este órgão de estrutura é também responsável pela salvaguarda da boa execução dos procedimentos em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como da prevenção de crimes de abuso de mercado, prevenção da corrupção e infrações conexas e fraude externa.

Para 2023 foram desenvolvidos alguns projetos a enumerar:

- No que toca à salvaguarda da boa execução dos procedimentos em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, em 2023 o BCA fez a avaliação da nova ferramenta informática de prevenção à lavagem de capitais por forma a robustecer a mesma e garantir que Banco está dotado de uma ferramenta mais eficaz de prevenção à lavagem de capitais e financiamento do terrorismo;
- No que toca à Fraude, após uma avaliação dos cenários atuais e avaliação dos riscos de fraude externa no BCA e a definição do Modelo Operativo Antifraude e desenho dos controlos Antifraude, avançou-se com a sua centralização na Direção de Função *Compliance* permitindo o reforço ao controle a esta tipologia de risco;
- Projeto "Cultura de *Compliance*" que tem como objetivo alavancar a cultura de *compliance* em todo o Banco, avançou para a sua 2ª fase onde foram desenvolvidas e implementadas um conjunto de ações que passaram pela sensibilização dos colaboradores ao tema nomeadamente através de mensagens alusivas e encontros com alguns Órgãos de Estrutura e pela elaboração de guias de atuação/guias de consulta sobre temas específicos e que se mostrarem pertinentes.

A divulgação e garantia de conformidade para com a legislação e regulamentação aplicável é garantida através de processos e procedimentos instituídos, mantendo-se o foco na identificação das medidas

necessárias à sua implementação, visando a prevenção dos riscos de incumprimento dos deveres legais e regulamentares neles consagrados.

9.3. MARKETING E COMUNICAÇÃO

O Gabinete de Marketing e Comunicação (GMC) é um órgão de *staff* de âmbito nacional cujas principais funções são a análise, conceção e desenvolvimento de produtos e serviços financeiros com vista a serem comercializados na rede comercial, assim como, em articulação com outros Órgãos de Estrutura, responsável pelo desenvolvimento das campanhas publicitárias do Banco, competindo-lhe, ainda, a responsabilidade no que se refere à imagem gráfica do Banco.

O GMC focou a sua atenção em 2023 em 05 grandes áreas de atuação, sendo elas a inovação de produtos, a segmentação, a dinamização comercial, a análise de mercado e a comunicação. Destaca-se também que o ano de 2023 ficou marcado pela celebração de uma data especial para o BCA, os 30 anos da instituição, fundada a 1 de setembro de 1993.

O GMC orientado pelos pilares estratégicos de atuação do Banco, nomeadamente a qualidade de serviços e extração de valor da base de clientes, a eficiência operacional e rentabilidade e o desenvolvimento do capital humano, pautou a sua atuação desenvolvendo as suas atividades nos seguintes segmentos:

- Produtos e serviços;
- Publicidade e Imagem;
- *Merchandising* e Canais;
- Patrocínios e responsabilidade social

PRODUTOS E SERVIÇOS

Crédito para energias renováveis

Tendo em conta o protocolo rubricado com o Ministério das Finanças e Fomento empresarial, no âmbito do Programa de Bonificação para Microprodução de Energias Renováveis, programa este que visa promover o incentivo do Estado à Bonificação de juros aos créditos das famílias e das micro e pequenas empresas que se enquadram nos escalões de baixa tensão de consumo de forma a facilitar o investimento e o crédito bancário, o BCA lançou uma linha de crédito de financiamento a energias renováveis com uma taxa de 9%, prazo até 7 anos e montante máximo de 3 mil contos.

Protocolos de financiamento às *Start-up* Jovem 100%

À semelhança do ano anterior e com o intuito de acentuar o seu papel como um dos principais motores de desenvolvimento da economia nacional, o BCA rubricou um novo protocolo com as empresas Pró-Empresa e Pro-Garante, para financiamento das micro e pequenas empresas, de acordo com os requisitos previamente definidos. O referido protocolo destina-se à operacionalização do Programa *Start-up* Jovem 100%, que visa a geração de autoemprego e emprego digno, promover o desenvolvimento e alavancar projetos que demonstrarem ser disruptivos, inovadores e com potencial em termos de escalabilidade, por parte de jovens e mulheres com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos. As principais características deste protocolo são: Taxa de Juros de 5,5%; Prazo de até 10 anos; Montante Máximo de 3.000 contos; Garantia prestada 100% pela Pro-Garante no valor da operação (capital).

PUBLICIDADE E IMAGEM

Lançamento da campanha de novos canais digitais do BCA

Baseado em um dos seus valores, o da Inovação, o BCA procedeu em Fevereiro de 2023, a uma transformação e modernização de todos os seus canais digitais nomeadamente *Site, Internet banking* e Aplicação móvel. Neste sentido, foi lançada uma campanha de promoção dos novos canais digitais do BCA, assente na temática "o teu banco onde estiveres". A campanha, além de mostrar as inovações promovidas a nível dos canais digitais, mostrou as principais características do serviço e a sua mais-valia para o dia-a-dia dos clientes.



Campanha Institucional de 30 anos

Em 2023 o BCA atingiu um marco temporal muito importante na sua história, celebração do seu 30º aniversário. O Banco assinalou esta efeméride com uma campanha centrada na história da sua relação com os clientes, com uma campanha humanizada que conta a história dos seus clientes de

diversas gerações, com produtos e soluções que acabaram por impactar e transformar a vida das pessoas e suas realizações, promovendo um sentido de pertença, de parceria e de responsabilidade para com as pessoas e para com o desenvolvimento do país. Neste sentido foi lançada a campanha institucional com o *slogan* "BCA 30 anos, sempre ao teu lado".



Campanha BCA Explica

O baixo índice de literacia financeira é um desafio que se coloca às instituições financeiras e à sociedade em geral, neste sentido, o BCA promoveu durante o ano de 2023 uma campanha intitulada "BCA Explica", que consistiu na produção de 15 vídeos curtos a serem divulgados nas redes sociais do BCA bem como nas agências através do ecrã de gestão de filas de espera. Estes vídeos consistem na desmistificação de serviços bancários com a explicação sucinta da funcionalidade dos mesmos.

Campanha de Crédito ao Consumo *Black Friday* e Natal

Centrado no pilar estratégico Qualidade de Serviço e Extração de Valor da Base de Clientes, nos meses de Novembro e Dezembro de 2023, o BCA procedeu a uma campanha de promoção do crédito ao Consumo com dois momentos, o primeiro referente ao *Black Friday* com a campanha *Black* Crédito

Friday e no segundo momento com uma campanha de Natal. A ideia fundamental foi aproveitar a maior demanda pelo Crédito ao Consumo em Novembro de Dezembro e lançar as campanhas, sendo o maior atrativo a oferecer aos clientes a possibilidade de um período de carência de 2 meses após a contratação do crédito.





Participação em Feiras

No decurso do ano de 2023 o BCA participou em duas feiras comerciais, a do Grupo Caetano e a FIC - Feira Internacional de Cabo Verde.

A primeira, junto do Grupo Caetano, foi dedicada à exposição e comercialização de veículos automóveis do Grupo, na qual o BCA aproveitou para expor o produto de crédito automóvel e *leasing* auto, com uma promoção para os créditos contratados durante a feira. O *pack* promocional apresentado, bastante apreciado pelos clientes, previa o acesso ao crédito em condições especiais, com descontos na taxa de juros, no seguro automóvel e o cliente beneficiava ainda da oferta de um *chip* de combustível pré-carregado com 2 mil escudos, no âmbito da parceria entre o BCA e a empresa Vivo Energy.

O BCA também participou na FIC, que teve lugar na Cidade da Praia, na qual o grande destaque da participação do Banco foi a apresentação de um novo *stand*, construído de raiz, visando dar maior comodidade aos visitantes do BCA durante o certame. A principal temática da feira foi a campanha *Black* Crédito *Friday* BCA.

MERCHANDISING E CANAIS

Implementação do Modelo de Serviço e Encarteiramento de Clientes – BCA Prestígio

Consubstanciado no pilar estratégico "Qualidade de Serviço e extração de valor da base de clientes" o BCA implementou em 2023 um novo modelo de serviço de atendimento dedicado a clientes com um

envolvimento diferenciado com o banco. Este modelo de serviço, batizado de BCA Prestígio, veio trazer aos clientes deste segmento um posicionamento diferenciado com gestores e/ou assistentes comerciais dedicados, com postos de atendimentos dedicados e um acompanhamento mais próximo aos clientes do segmento. O serviço surge da necessidade verificada de uma atuação diferenciada junto deste público.

Nova solução de Gestão de Acolhimento de Clientes (Nha bex)

Em parceria com a IT Solutions o BCA deu sequência à renovação do seu parque de solução de Gestão de acolhimento de clientes nos seus balcões, expandindo assim para mais agências a solução tecnológica e ainda acrescentando a possibilidade dos clientes poderem gerir as suas senhas de forma remota sem terem que se deslocar a uma agência.

Brindes de final de ano

Como forma de valorizar a relação com os seus *stakeholders* o BCA promove anualmente a produção de blocos de notas personalizados com a marca e informações, tais como produtos e serviços do BCA, que são distribuídos aos clientes, acionistas, fornecedores.

PATROCÍNIOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Patrocínio Gala CVMA

O BCA foi um dos patrocinadores da Gala Cabo Verde Music Awards, uma gala que premeia o que de melhor se fez na música cabo-verdiana no ano.

Patrocínio FICASE

No ano de 2022 o BCA e a FICASE celebraram um acordo de parceria que prevê um patrocínio de 250 contos por ano durante um período de 3 anos. No Ano letivo de 2022/2023 (o primeiro desta parceria) foram beneficiados mais de 100 mil alunos em todos os concelhos do país através da FICASE. Com o programa de distribuição de *Kits* Escolares foram beneficiados 30 mil alunos oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica. Sendo que através do patrocínio foram beneficiados diretamente 300 alunos um pouco por todo o país.

Patrocínio Aldeias SOS

A responsabilidade social é um dos valores intrínsecos da marca BCA e sob este lema o BCA deu continuidade ao protocolo estabelecido com as Aldeias SOS em Cabo Verde, que prevê um apoio institucional para 3 anos. O apoio tem como propósito ajudar as crianças que perderam, ou estejam em risco de perder os cuidados parentais, familiares e ou comunitários.

Apoio Associação Colmeia

A Associação Colmeia é uma organização sem fins lucrativos, que tem por objetivo promover a inclusão social e a melhoria das condições de vida das crianças e jovens com necessidades especiais. O BCA tendo definido como uma das principais áreas de atuação em termos de apoios e patrocínios as áreas da saúde e o social, manteve o apoio celebrado no ano anterior para esta associação - um patrocínio que dá um contributo no sentido da referida associação suportar os seus custos operacionais para o desenvolvimento dos seus objetivos de desenvolver ações de informação e sensibilização da sociedade e em especial da comunidade educativa contra comportamentos discriminatórios em relação às crianças e jovens com necessidades especiais e promover a articulação entre instituições de especialidades médicas.

Patrocínio Show Kriol Kings

Um dos grandes eventos do ano em Cabo Verde, certamente, foi a realização do Show dos Kriol Kings, iniciativa dos artistas Djodje e Nelson Freitas, e o BCA como instituição de referência no cenário cabo-verdiano, marcou presença como um dos patrocinadores do evento.

9.4. GESTÃO INTERNACIONAL E DE LIQUIDEZ

Relações com Bancos Correspondentes

O Banco Comercial do Atlântico possuía, a 31 dezembro 23, uma carteira de 15 bancos correspondentes e 61 RMA's - *Relationship Management Agreement*, o que permite dar cobertura a todas as operações dos clientes e do próprio banco ao nível do negócio internacional. Nestes termos, os correspondentes continuam a ter um papel decisivo, com vista à satisfação das necessidades de negócio das empresas e dos particulares, no que respeita à viabilização de operações de comércio externo.

A gestão dos correspondentes tem permitido melhoria das condições oferecidas para a execução do negócio, procurando garantir a cobertura dos principais mercados no mais curto espaço de tempo e a custos mais racionais. A manutenção do *Bank-on-line* continua a ser uma mais-valia para a gestão, com ganhos visíveis direcionando as operações para correspondentes com despesas mais comedidas.

Gestão da Liquidez

O banco tem seguido a sua estratégia de rentabilização do excesso de liquidez, com preferência para aplicações em moedas estrangeiras, cujas taxas a nível internacional foram aumentando, sobretudo no segundo semestre do ano.

As aplicações no mercado doméstico mereceram também a nossa atenção sobretudo no Banco de Cabo Verde (BCV), nomeadamente *Overnight*, e nos Títulos de Intervenção Monetária - TIM e de Regularização Monetária- TRM. É importante realçar, que o Banco Central durante o ano de 2023 com o objetivo de afluir e reduzir o diferencial face às taxas de juro da Zona Euro, aumentou por duas vezes as taxas diretoras (maio e novembro) com impacto nos juros das aplicações. Contudo, mantiveram o coeficiente de Reservas Mínimas de Caixa (DMC) nos atuais 10%.

A rentabilização do excesso de liquidez do banco é marcada também pelos limites de apetite ao risco (RAS) definido no âmbito corporativo para as entidades do Grupo CGD. As aplicações nos títulos da Dívida Pública Cabo-verdiana continuam a representar uma importante fração das aplicações do banco, com uma combinação risco/rentabilidade com alguma atratividade.

Durante o ano de 2023 a nível do mercado de capitais foram subscritas 3 (três) obrigações corporativas (Municípios/Empresas) no montante global de 424,8 mil contos, à taxa média de 4%.

Ainda ao longo do ano de 2023 foram concluídos vários projetos em carteira com impacto na estrutura do banco, a saber:

- Transposição de normas corporativas e atualização de normas internas, incluindo manuais de procedimentos, com maiores controlos e melhores arquivos;
- Encerramento de deficiências de controlo interno com impacto positivo na melhoria e controlo dos processos, mitigando sobretudo o risco operacional;
- Seguimento do PEG - Plataforma das Entidades do Grupo no âmbito do *lay-out* único;
- *Upgrade* do BCAci com ganhos de eficiência;

Continua na fase de implementação o projeto BAD BVCV infraestrutura tecnológica em colaboração com a Bolsa de Valores de Cabo Verde para dinamização do mercado Secundário.

9.5. OUTRAS ATIVIDADES DE SUPORTE

Organização e Inovação

A Direção de Organização e Inovação (DOI) tem como atribuições conceber e implementar soluções organizativas de forma a obter a melhoria ou a simplificação de processos, circuitos e procedimentos, e ainda melhorar o funcionamento organizativo do BCA.

Compete-lhe, igualmente, promover a eficiência dos processos e a melhoria da qualidade do serviço prestado ao cliente, através da gestão e do tratamento das reclamações e sugestões, bem como da identificação de oportunidades de melhoria daí advenientes.

A DOI integra, ainda, na sua organização o Núcleo *Data Protection Office* (DPO), o qual é coordenado pelo *Data Protection Officer* do BCA, que exerce as suas funções em conformidade com a legislação sobre proteção de dados e demais obrigações previstas no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

De entre as iniciativas levadas a cabo pela direção, em 2023, todas devidamente alinhadas com o seu Plano de atividades, elaborado com enfoque nos pilares definidos no Plano Estratégico em vigor no BCA, a destacar a revisão de três Processos Críticos de negócio (abertura de conta, execução de transferências bancárias e o processo de Crédito à Habitação própria permanente), com foco no desenvolvimento de soluções que promovam maior eficiência e celeridade operacional, contribuindo para o suporte da atividade comercial e para a melhoria e simplicidade do serviço aos clientes.

Em resultado deste trabalho encontram-se em implementação um conjunto de iniciativas com vista à simplificação desses processos, através de otimização dos fluxos de trabalho e centralização de atividades executadas pelas áreas comerciais nos departamentos centrais de suporte à atividade.

Contribuir para o desenvolvimento do ciclo de transformação do BCA foi outra vertente de atuação, focada no desenvolvimento e implementação da Automação Robótica de Processos (*Robotic Process Automation* ou RPA). Vale referir o projeto de Robotização em curso que irá beneficiar 6 direções através de 12 robôs de *software* de RPA que permitem comunicar com os sistemas e aplicativos para agilizar processos e reduzir a carga de trabalho manual, resultando numa melhoria dos tempos de execução, numa otimização dos Recursos Humanos (focando em atividades de maior valor acrescentado), e na redução do risco operacional.

Relativamente à qualidade de serviço e analisando o teor das reclamações recebidas, o BCA vem tomando um conjunto de medidas que contribuem para a melhoria da experiência dos seus clientes, das quais se destacam:

- A criação da Unidade de Operações de Empresas que irá disponibilizar serviços bancários dedicados a clientes empresariais com volume significativo de transações de *front office* (Caixa) permitindo ainda a redução do tempo de atendimento nas Agências;

- A reorganização da Rede Comercial do BCA com a criação da DPN – Direção Comercial de Particulares e Negócio e da DCE – Direção Comercial de Empresas, ambas de âmbito nacional, permitindo reforçar o foco de atuação comercial em função do perfil de clientes;
- A sensibilização sobre o atendimento e gestão da insatisfação do cliente nas Agências, com resultados na redução do número de reclamações por atendimento que, em 2023 registou uma redução de 16% face ao ano anterior.

Esta reorganização tem por objetivo alcançar melhores níveis de qualidade de serviço e uma maior rentabilidade dos exercícios futuros, ao eliminar processos geradores de custos e ineficiências para o BCA.

Compras e Logística

Em termos organizacionais e funcionais, 2023 representa para a Direcção de Compras e Logística (DCL), anteriormente designada Direcção de Segurança e Logística, o ano da efetivação completa da transferência das atribuições dos anteriores Gabinetes de Prevenção e Segurança e de Negócios Imobiliários.

De entre as atividades realizadas em 2023, face às linhas de orientação estratégicas definidas pelo Banco, destacam-se as seguintes:

Aquisição e Substituição de ATM's

Com o objetivo de, por um lado, substituir as máquinas cujo fornecimento se encontra descontinuado pelos fabricantes e, por outro, introduzir máquinas com melhor desempenho e custo, o BCA apostou em 2023 na substituição de um número significativo de ATM's, melhorando, assim, a qualidade do serviço prestado aos clientes e baixando alguns custos operacionais associados.

Eficiência Energética - Instalação de Painéis Solares Fotovoltaicos

Tendo em vista a eficiência energética e as vantagens ambientais associadas, o BCA tem em curso projetos de instalação de sistemas fotovoltaicos, e durante o ano de 2023 conseguiu a interligação do sistema microprodução de energia fotovoltaico em 02 (dois) edifícios, designadamente, em Achada Grande Frente (AGF) e Espargos no Sal, com potências de 41 kWp e 35 kWp, respetivamente.

Neste quadro de implementação de soluções de maior eficiência energética e mais amigas do ambiente, o BCA levou a cabo em 2023, ainda, iniciativas, tais como:

- Substituição de lâmpadas normais por lâmpadas Led;

- Escolha e aquisição de equipamentos mais eficientes, portanto, com menos consumo de energia elétrica;
- Realização de companhas de sensibilização interna;
- Mais rigor no controlo do consumo de eletricidade.

Robotização de Processos - RPA

Com o objetivo automatizar a execução de um conjunto de tarefas, por meio de armazenamento, interpretação e processamento de dados por um Robô, e com isso, tornar mais eficiente, mais eficaz e mais célere o tratamento, registo, validação e liquidação das faturas, o BCA decidiu em 2023 avançar com o Projeto de Robotização do processo atrás referido, o qual inclui a automatização do pré-registo, registo e liquidação de faturas eletrónicas, ficando, contudo, o preenchimento de alguns campos e a validação final do pagamento sujeitos a intervenção humana. Esta solução vai permitir, também, que sejam gerados alertas e enviadas listagens de faturas vencidas aos Órgãos de Estrutura.

Digitalização do Arquivo

Outro projeto importante é a Centralização e Digitalização do Arquivo na DAL/AGF. Iniciado há mais tempo, quando comparado com os outros referidos anteriormente, continua a ser implementado, e em 2023 foram digitalizados mais de 2.700.000 documentos.

Património Imobiliário e Segurança

Em finais de 2022 foi revisto o organigrama do GNI - Gabinete de Negócio Imobiliário, transformando o Gabinete em Direção (DPS - Direção do Património Imobiliário e Segurança), assumindo assim novas responsabilidades. A DPS passou a ser constituída por dois Gabinetes, sendo um de Prevenção e Segurança (GPS) - transferido da DCL para a DPS - e outro com as responsabilidades do Património e Negócio Imobiliário (GNI).

Em 2023 foram alocados os colaboradores necessários ao GNI, tendo sido transferido a gestão dos pedidos de avaliações imobiliárias da DSO e o acompanhamento e gestão do património da DCL para a DPS/GNI.

Prevenção e Segurança

Durante o ano de 2023 o GPS continuou com a implementação de medidas de segurança integradas, incorporando tanto as componentes humanas, bem como as componentes técnicas, assegurando a coordenação e monitorização dos sistemas de segurança eletrónica, segurança no trabalho e a segurança nos transporte de valores.

Acompanhou e coordenou os trabalhos de remodelação, reparação e manutenção de imóveis do Banco.

Em sintonia com a Direção dos Recursos Humanos, respondeu às solicitações de acesso aos edifícios e efetuou a gestão e monitorização de acessos de todos os edifícios do Banco.

No tocante aos serviços de Transporte de Valores, em conjunto com o Gabinete Gestão Financeira/Tesouraria Central de Valores analisou-se pontos e medidas a serem tomadas, com vista à redução dos custos inerentes aos serviços de transporte de valores nacional e regionais.

Procedeu-se, também, à atualização de normativos, derivado da atualização de normativos corporativos e visando adequá-los a novas práticas.

Gestão do Património Imobiliário

Em função das suas atribuições, em 2023 o GNI centrou-se na venda dos imóveis recuperados, gestão do património imobiliário, organização das suas documentações e a gestão do processo de avaliações imobiliárias, incluindo análises críticas dos relatórios de avaliação.

Tendo em vista a venda de imóveis, publicaram-se anúncios de imóveis no *site* do BCA em colaboração com o Gabinete de Marketing e Comunicação (GMC), colocaram-se placas de anúncios em alguns imóveis, atenderam-se interessados presencialmente ou remotamente e efetuaram-se diversas visitas a imóveis, com uma atuação proactiva na procura de potenciais interessados na aquisição de imóveis.

Foram ainda revistos todos os normativos relacionados com património, obras, edifícios arrematados e avaliação Imobiliária.

O GNI assegurou também a realização de todas as tarefas inerentes à formalização de contratos de prestação de serviços de avaliação imobiliária, mediação ou arrendamento de imóveis e avaliação e acompanhamento dos clientes no decorrer do processo. Ainda, procedeu à validação dos relatórios de avaliação solicitados/efetuados por avaliadores externos.

Em colaboração com a Direção de Organização e Inovação (DOI) o GNI participou na definição dos *layouts* de novos espaços e liderou ainda o processo de preparação de projetos para a remodelação do Edifício Sede, do Edifício Farmácia e do Centro de Operações de Empresas.

O estado de conservação dos edifícios, também foi alvo de atuação do GNI, tendo-se realizado obras de recuperação de anomalias nalguns edifícios, bem como o levantamento de necessidades de intervenções em agências e residências.

Sistemas Informáticos

Num ambiente dinâmico e de fortes exigências tanto ao nível de negócio como regulamentar e de segurança, em 2023, a Direção de Sistemas Informáticos, em estreita articulação com as restantes Direções do Banco, continuou a gerir desafios relevantes, que se materializaram na conceção, implementação e acompanhamento de projetos diversos, com o objetivo de fortalecer e aprimorar continuamente a infraestrutura de TI da instituição, alinhando-a às demandas regulatórias do mercado e às necessidades dos utilizadores internos e externos, às quais se espera tenham um impacto significativo na segurança de informação, qualidade dos dados e no desempenho e eficácia dos processos organizacionais.

Em 2023 a DSI, no desempenho de suas atividades, teve como instrumento orientador o PDSI 2023-25 - Plano Diretor dos Sistemas de Informação desenhado para os anos 2023 a 2025, que manteve como base os 04 pilares a seguir, em linha com o Plano Estratégico do Banco:

1. **Reorganização da Estrutura Operativa da DSI e Capacitação** - Para esta vertente que visa globalmente melhorar a eficiência operacional, otimizar recursos e garantir que a DSI esteja preparada para enfrentar desafios emergentes e atender às demandas, observamos que o processo de certificação ISO27001 correu como previsto no que tange às nossas intervenções, tendo a conclusão do processo ficado pendente apenas da auditoria de pré certificação. É importante referir também que ocorreram inúmeras formações *on job* decorrentes da implementação de processos e projetos, *training* do pessoal da área de segurança no parque tecnológico. A restruturação da DSI, por questões de prioridade, foi reprogramada para 2024.

2. **Continuidade Operacional e Cibersegurança** - O ano 2023 continuou a ser caracterizado por fortes investimentos, amplamente justificados; i) quer pela via da resolução do obsoletismo natural que vai ocorrendo com o tempo; ii) o redimensionamento para que se possa responder e comportar a dinâmica de crescimento do negócio e evolução do Banco; iii) finalmente e talvez o mais crítico, ações muito relevantes na área de segurança, para garantir a proteção adequada da informação, e a sua rápida reposição em caso de comprometimento /incidentes de segurança de informação.

3. **Governo e Qualidade de Dados** - Nesta vertente destaca-se a implementação do projeto Modelo de Governo e Qualidade dos Dados (BCBS 239) – PEG (com fortes investimentos financeiros, e que ocupou boa parte dos RH da DSI, em trabalhos de desenvolvimentos e

parametrizações) e a Central de registo de Crédito junto do BCV (também muito exigente ao nível de desenvolvimentos e parametrizações).

4. **Negócio: Rentabilidade, Eficiência Operacional e Extração de Valor da Base de Dados** - A Inovação face à crescente exigência dos clientes, a resposta à transformação regulatória, a ofertas de produtos e serviços, privilegiando novas tecnologias disponíveis em canais não presenciais do Banco, com ganhos na redução de custos, menor risco operacional e ganhos na agilidade nos processos caracterizaram uma lista significativa de intervenções lideradas ou coadjuvadas pela DSI em 2024.

De entre os projetos / processos desenvolvidos pela DSI, em 2023, a destacam-se as seguintes:

- **Modelo de Governo e Qualidade dos Dados (BCBS 239) – PEG** - Implementação de um projeto corporativo de Modelo de Governo e Qualidade dos Dados, materializado num Modelo de Governo, numa Metodologia de trabalho e sustentado por investimentos e desenvolvimentos informáticos.

  Além da vertente normativa, processual e de *governance*, o projeto corporativo, iniciado no BCA em 2021 e que a 31 dezembro 2023 ia na sua 6ª versão, tem sido de carater continuo e implica forte carga de trabalho ao nível de desenvolvimentos e parametrizações internos.

- **Renovação da Infraestrutura de Servidores, Equipamentos de Segurança e redundância de Comunicação, para o CPD II (Backup)** - Uma das iniciativas do pilar Continuidade Operacional e Cibersegurança, respeita a renovação de toda a infraestrutura que suporta os serviços no *data center* de *backup*. Contempla a renovação da infraestrutura de servidores, armazenamento, equipamentos de comunicação, sistema de *backup* e redundância nas comunicações, entre outros.

- **Implementação do Workflow de crédito** - Implementação de uma plataforma que visa suportar todo o processo de concessão de crédito, englobando as funcionalidades necessárias para a gestão do fluxo de trabalho, desde a análise, avaliação de risco, decisão, contratação, desembolso e produção de relatórios, possibilitando o acompanhamento de todo o negócio de crédito e a simplificação e agilização dos processos. Com fornecimento externo, a implementação tem estado sob coordenação partilhada da DSI, que ainda garante todas as condições de segurança e integração aos demais sistemas do Banco.

- **Implementação de automatismos através da introdução de rotinas informáticas** - Trata-se da melhoria por desenvolvimento de automatismos de vários processos, boa parte identificada durante os levantamentos efetuados no âmbito do projeto de robotização.

Em resumo, em 2023, o foco continuou a ser a modernização e melhoria da infraestrutura de TI, bem como na implementação de projetos estratégicos para fortalecer a governação e a qualidade dos dados.

Meios de Pagamento e Canais eletrónicos

A Direção de Meios e Canais (DMC) no âmbito das suas atribuições ao nível da gestão e desenvolvimento da atividade comercial dos meios de pagamentos e dos canais eletrónicos não presenciais e norteado pelos pilares estratégicos do banco, manteve em 2023 a atenção dedicada na implementação da estratégia de transformação digital, melhoria da experiência do cliente e disseminação ou aumento da utilização dos meios e canais eletrónicos de pagamento.

Em 2023 o BCA deu continuidade ao plano de diversificação da oferta dos canais digitais e melhoria da experiencia digital, através do lançamento dos novos canais digitais (Portal Institucional, *Internet Banking e Mobile*), bem como a implementação de uma nova estratégia de comunicação com os clientes e de melhoria da qualidade de serviço.

Assim, durante o ano de 2023, para além das atividades rotineiras, foram implementados os seguintes projetos:

- **Reformulação dos Canais digitais do BCA (Site Institucional, *Internet Banking* e *App Mobile*)**
  Este portefólio de projetos composto pela reformulação do *Site*, *Internet Banking* e *App Mobile*, possibilitou ao BCA implementar uma nova arquitetura tecnológica, novo *design* e novas funcionalidades para os novos canais digitais, alinhados com a estratégia de reforço da digitalização e promoção dos canais alternativos de atendimento e ainda enquadrado nos pilares estratégicos que visam o Aumento da Qualidade de Serviço, extração de valor da base de clientes e o Aumento da Eficiência operacional e rentabilidade.

- **Implementação do serviço de atendimento 24x7 no *Contact Center***
  Em 2023 foi alargado o horário de atendimento no *Contact Center* para um período de 24 horas por dia, durante 7 dias por semana, visando a disponibilização ininterrupta de um canal dedicado à prestação do serviço de suporte a clientes e utilizadores dos meios e canais

eletrónicos de pagamentos. O *Contact Center* é composto por dois serviços distintos: atendimento automático e atendimento personalizado, onde o objetivo consiste em potencializar a proximidade e o acompanhamento das solicitações feitas (e-mail, SMS, carta, outros meios emergentes) e também na disponibilização de informações sobre os produtos e serviços do Banco, a qualquer hora do dia ou da noite.

Assessoria Jurídica

No âmbito das suas atribuições de assessoria jurídica, em 2023 o Gabinete de Apoio Jurídico desenvolveu uma série de atividades destacando-se as seguintes:

- Coordenação das ações judiciais movidas contra o Banco, preparando e enviando os processos para os advogados constantes da lista de prestadores de serviço na modalidade de mandato, prestando toda a informação jurídica, em estreita colaboração com os órgãos de estrutura competentes;
- Patrocínio e acompanhamento dos processos judiciais, a maior parte deles executivos para a recuperação contenciosa de crédito, e outros declarativos e processos crimes instaurados pelo Banco;
- Emissão de pareceres sobre alterações legislativas nas diversas áreas;
- Análise e validação de minutas de diversos contratos e respetivos dossiers, com o objetivo de assegurar que os interesses do Banco estejam devidamente acautelados;
- Colaboração na assinatura de escrituras, designadamente nos de compra e venda de bens, dação em cumprimento, prestação de serviços, entre outros;
- Elaboração, uniformização e aperfeiçoamento de minutas de contratos;
- Apoio jurídico na preparação e concretização de processos de negociação com terceiros, nomeadamente, devedores e garantes;
- Intervenção em atos judiciais;
- Representação do Banco em reuniões sobre matérias da sua especialidade.

10. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

10.1. EVOLUÇÃO DO BALANÇO

Quadro 11 - Balanço

(milhões de CVE)

	2022	2023	Variação	
			Absoluta	Relativa
Ativo				
Caixa e Disponibilidades no Banco Central	3 880	4 834	955	*24,6%*
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	881	712	-170	*-19,2%*
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	104	51	-53	*-51,3%*
Aplicações em Instituições de Crédito	28 817	28 203	-614	*-2,1%*
Crédito a Clientes Líquido	54 536	56 200	1 664	*3,1%*
Outros Ativos Tangíveis Líquidos	1 726	1 812	86	*5,0%*
Ativos Intangíveis	115	195	80	*69,2%*
Propriedade de Investimento	1	1	0	*0,0%*
Investimentos Filiais/Associadas/Empreend.Conjunto	503	578	75	*14,9%*
Ativos por Impostos Correntes	160	137	-23	*-14,2%*
Ativos por Impostos Diferidos	151	151	-1	*-0,4%*
Outros Ativos	3 125	2 747	-378	*-12,1%*
Total ATIVO	**94 001**	**95 622**	**1 621**	***1,7%***
Passivo				
Recursos de Outras Instituições de Créditos	435	357	-78	*-18,0%*
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	82 191	83 284	1 092	*1,3%*
Provisões Passivas	327	277	-50	*-15,2%*
Passivos por impostos correntes	178	292	114	*64,1%*
Outros Passivos	1 026	980	-45	*-4,4%*
Total PASSIVO	**84 157**	**85 191**	**1 034**	***1,2%***
CAPITAIS PRÓPRIOS	**9 844**	**10 431**	**587**	***6,0%***
Dos quais : Resultado Líquido	**1 798**	**1 929**	**131**	***7,3%***
PASSIVO + CAPITAIS PRÓPRIOS	**94 001**	**95 622**	**1 621**	***1,7%***

Da análise do Balanço verifica-se uma variação positiva dos ativos líquidos em 2023 em relação a 2022, ascendendo a 95.622 milhões de escudos e correspondendo a um aumento de 1,7% e +1.621 milhões de escudos. Para esta evolução positiva contribuíram, principalmente, a carteira líquida de crédito a

clientes (+1.664 milhões de escudos e +3,1%), mas também a rubrica Caixa e Disponibilidades no Banco Central (+955 milhões de escudos e 24,6%).

Do lado do Passivo, o aumento de 1.034 milhões de escudos e 1,2% foi provocado quase que exclusivamente pelos Recursos de Clientes e Outros Empréstimos (+1,3% e 1.092 milhões de escudos). Nos Capitais Próprios, o aumento de 6,0% e 587 milhões de escudos resulta do crescimento de Outras Reservas e Resultados Transitados e do Resultado de Exercício em, respetivamente, 466,4 milhões de escudos e +7% e 131,1 milhões de escudos e +7,3%.

Crédito a Clientes

A Carteira de Crédito a Clientes, líquida de imparidades, atingiu, em 2023, os 56.200 milhões de escudos, representando uma variação positiva de 3,1% e 1.664 milhões de escudos em comparação ao valor alcançado no período homólogo. Contribuíram para este incremento tanto a carteira de crédito não titulado, nomeadamente, a carteira de crédito vivo, que assinalou aumento de 1.554 milhões de escudos, quanto a carteira de crédito titulada que cresceu aproximadamente 395 milhões de escudos.

A Imparidade de Crédito, que inclui a imparidade para os Títulos, atingiu o saldo aproximado de 2.365 milhões de escudos, exprimindo uma redução de 9,5% e -249,2 milhões de escudos comparativamente ao período homólogo.

Aplicações em Instituições de Crédito

O saldo das aplicações em Instituições de Crédito, que inclui aplicações junto do Banco de Cabo Verde e nas outras instituições financeiras no exterior, não foi além dos 28.203 milhões de escudos a 31 de dezembro de 2023, revelando um decréscimo de 2% e 614 milhões de escudos face a 31 de dezembro de 2022. Esta variação advém essencialmente da diminuição, de -573 milhões de escudos e -13%, nas aplicações junto das instituições financeiras no exterior.

Recursos de Clientes

A carteira de Recursos de Clientes, incluindo os juros a pagar, apresenta um saldo acumulado de 83.284 milhões de escudos, refletindo um acréscimo de 1,3% e um 1.092 milhão de escudos relativamente ao período homólogo. Esta *performance* advém da variação verificada nos depósitos a ordem, que passaram de um saldo de 42.794 milhões de escudos em 2022 para cerca de 44.655 milhões de escudos em 2023, i.e., um acréscimo de aproximadamente 4,3% e um 1.861 milhões de escudos.

Os emigrantes continuam a demonstrar níveis elevados de confiança na marca BCA, com os depósitos deste segmento a representarem praticamente metade (≈49%) do total da carteira de recursos de

clientes. Em 2023 o saldo total de depósitos afeto a este segmento ascendeu a 40.380 milhões de escudos, assinalando um aumento 300 milhões de escudos face ao período homólogo.

Quadro 12 - Depósitos de Emigrantes

(milhões de CVE)

Rúbricas	2022	2023	Variação	
			Absoluta	Relativa
Depósitos à Ordem	12 562	13 301	739	*5,9%*
Depósito Poupança	3 198	3 229	31	*1,0%*
Depósitos a Prazo	24 200	23 716	-484	*-2,0%*
Juros a pagar (Dep. Emigrantes)	121	134		
Deposito Emigrantes + Juros a pagar	**40 080**	**40 380**	**300**	***0,7%***
Carteira de Depositos + Juros a pagar	**82 191**	**83 284**	**1 092**	***1,3%***
Peso Emigrante/ Depositos Totais	**48,8%**	**48,5%**		

Provisão para Benefícios dos Empregados

Nesta rubrica são contabilizados as provisões para despesas de tratamento no exterior do pessoal afeto ao Sistema Privativo de Segurança Social (SPSS). O saldo do Fundo de Saúde em 2023 ascendeu a 242,2 milhões de escudos, uma redução de 34,4 milhões de escudos face ao valor de fecho do ano de 2022, referente a variação positiva entre as comparticipações do Banco e dos Trabalhadores, em 19,9 milhões de escudos e 12,3 milhões de escudos, respetivamente, as utilizações para os tratamentos dos reformados no exterior que totalizaram 23,3 milhões de escudos e os ganhos decorrentes do estudo atuarial ao fundo de saúde de 21,9 milhões de escudos.

Quadro 13 - Valor Patrimonial da Provisão para Benefícios aos Empregados

(mil CVE)

		Movimento no Periodo						
Rubricas	Valor Inicial	Custos do Banco	Utilização	Reposição e Anulações	Comparticipação dos Trabalhadores	Desvios Atuariais	Regularizações	Valor Final
Sistema Privativo Segurança Social	**276 645**	19 865	(23 307)	(21 364)	12 281	(21 894)		**242 226**

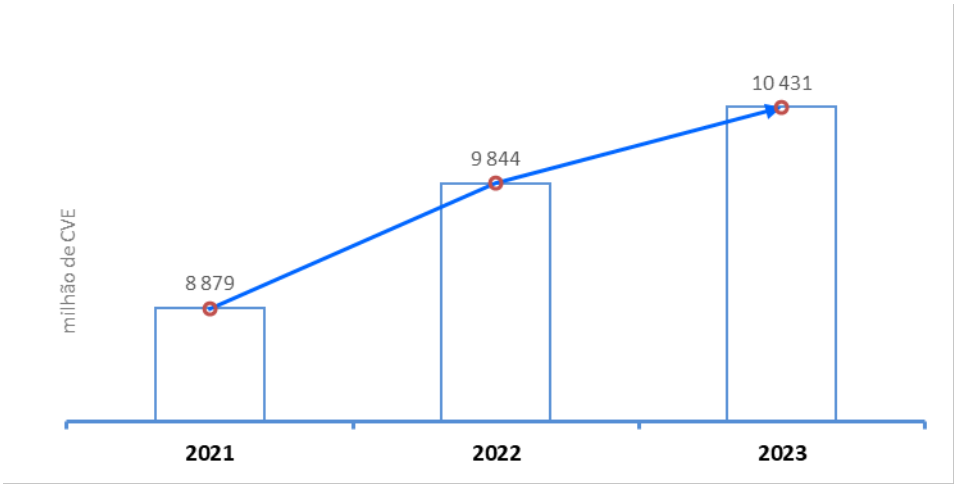
Igualmente, eram ainda contabilizados nesta rubrica as provisões para o Fundo de Pensões, mas este foi transferido para o INPS. Contudo, o BCA continua a comparticipar para o referido Fundo de Pensões com 11% da massa salarial dos trabalhadores afetos e que se encontram no ativo. Em 2023 o montante da contribuição foi de 11,2 milhões de escudos, uma redução de 0,8 milhões de escudos face ao período

homólogo cujo valor da contribuição ascendeu a 12 milhões de escudos, por conta da redução do número de trabalhadores no ativo afetos ao fundo.

Capitais Próprios

Os Capitais Próprios do Banco aumentaram em cerca de 6,0% e 587 milhões de escudos em 2023 em relação a 2022, atingindo o montante aproximado de 10.431 milhões de escudos. Esta variação é explicada, principalmente, pela incorporação de 25% dos lucros líquidos obtidos em 2022.

Gráfico 3: Evolução dos Capitais Próprios



10.2. CONTAS DE RESULTADOS

Quadro 14 – Demonstração de Resultados

(milhões de CVE)

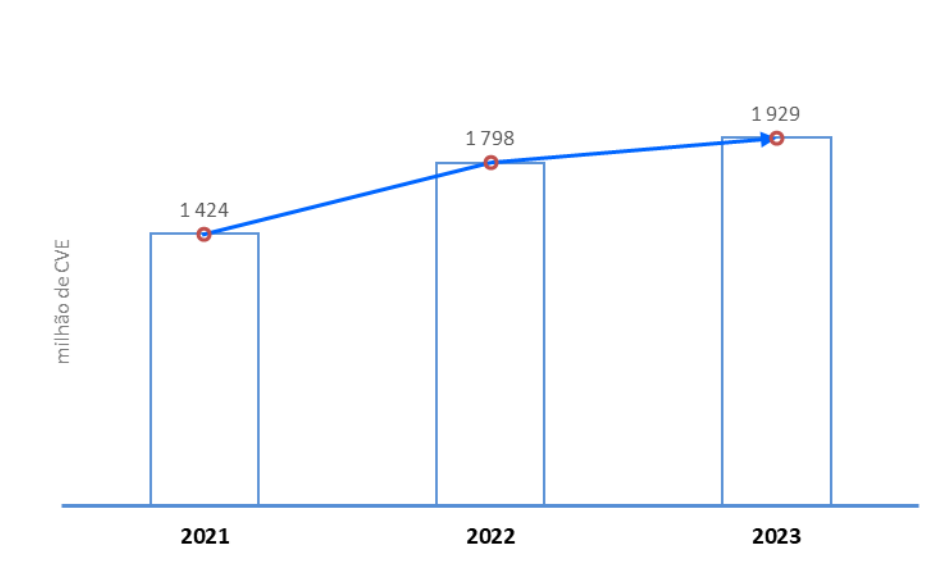
	2022	2023	Variação	
			Absoluta	Relativa
Juros e Rendimentos Similares	3 402	3 582	180	5,3%
Juros e Encargos Similares	445	366	(79)	-17,7%
Margem Financeira	**2 957**	**3 216**	**259**	**8,7%**
Rendimentos de Instrumentos de Capital	1,7	1,8	0,1	4,8%
Rendimentos de Serviços e Comissões	498	529	31	6,1%
Encargos de Serviços e Comissões	71	95	24	34,0%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	13	13	100,0%
Resultados de Reavaliação Cambial	198	171	(27)	-13,5%
Resultados de Alienação de Outros Ativos	191	49	(142)	-74,4%
Outros Resultados de Exploração	131	111	(20)	-15,0%
Margem Complementar	**949**	**780**	**(169)**	**-17,8%**
Produto Bancário	**3 906**	**3 996**	**90**	**2,3%**
Custos com Pessoal	1 034	1 070	36	3,4%
Gastos Gerais Administrativos	695	784	88	12,7%
Amortizações do Exercício	201	232	31	15,4%
Custos Operativos	**1 931**	**2 086**	**155**	**8,0%**
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	(8)	(15)	(7)	88,1%
Imparidade Líquida de Outros Ativos Financeiros	201	(112)	(314)	-155,8%
Resultados de filiais Excluídas de Consolidação	91	132	41	45,4%
Resultados Antes de Impostos	**1 873**	**2 170**	**297**	**15,8%**
Impostos	**75**	**241**	**166**	**220,2%**
Impostos Correntes	131	232	101	77,2%
Insuficiência de Imposto	-	9	9	100,0%
Impostos Diferidos	(30)	1	31	-
Exc. Estimativa Impostos Anos ant.	(25)	-	25	-
Resultado Líquido	**1 798**	**1 929**	**131**	**7,3%**

Resultado Líquido

O resultado líquido do exercício ascendeu a 1.929 milhões de escudos, evidenciando boa *performance* do Banco em 2023, mantendo assim a tendência de crescimento verificada nos últimos anos. Este resultado representa um acréscimo de 7,3% e +131 mil contos comparativamente ao período homólogo.

A evolução positiva da margem financeira (+8,7% e 259 milhões de escudos) e das Imparidades (redução homóloga na ordem dos 155,8% e 314 milhões de escudos) potenciaram o resultado alcançado.

Gráfico 4: Evolução dos Resultados Líquidos



Margem Financeira

A Margem Financeira fixou-se nos 3.216 milhões de escudos, patenteando um aumento de 8,7% e 259 milhões de escudos face a dezembro de 2022. Este aumento advém tanto do crescimento dos Juros e Rendimentos Similares (+5,3% e 180 milhões de escudos) como da redução dos Juros e Encargos Similares (-17,7% e -79 milhões de escudos).

Do lado dos Juros e Rendimentos Similares, a maioria dos constituintes contribuiu favoravelmente para o aumento assinalado, com destaque para os ganhos com as aplicações em Instituições de Crédito, +535,7% e 105,7 milhões de escudos. Em sentido contrário, isto é com evolução desfavorável, encontramos os Juros do Reembolso das dívidas do Estado (-19,2% e 9,4 milhões de escudos), dos Títulos de Tesouro (-3,5% e -21,2 milhões de escudos) e a Recuperação de Juros de Crédito Vencido (-2,4% e -211,9 mil escudos).

Relativamente aos Juros e Encargos Similares, a redução de 79 milhões de escudos é quase no seu todo explicada pela contração nos Juros dos depósitos de clientes, -78,5 milhões de escudos (≈99% da redução verificada), provocado tanto pelo efeito volume como taxa.

Margem Complementar

A margem complementar assinalou decréscimo homólogo de 17,8% e 169 milhões de escudos, em 2023 face a 2022, contrariando a tendência dos últimos dois exercícios. Esta contração advém, principalmente, do fraco desempenho da rubrica Resultados de Alienação de Outros Ativos comparativamente ao ano transato (-74,4% e 142 milhões de escudos). Recorde-se que em 2022, esta rubrica beneficiou fortemente do registo de uma mais-valia com a venda do edifício de Chã de Areia.

Produto Bancário

Apesar do decréscimo da margem complementar, o expressivo aumento da margem financeira foi suficiente para impactar positivamente o Produto Bancário, fazendo com que aumentasse em 2,3% e 90 milhões de escudos em relação a 2022.

Custos Operativos

Os custos operativos totalizaram 2.086 milhões de escudos em 2023, correspondendo a um acréscimo homólogo de 8,0% e 155 milhões de escudos. Todos os constituintes, a saber, os Custos com Pessoal, os Gastos Gerais e Administrativos e as Amortizações, aumentaram no período em análise. Os Gastos Gerais Administrativos, +12,7% e 88 milhões de escudos patentearam o maior acréscimo. A seguir temos as Amortizações e os Custos com Pessoal com aumentos de, respetivamente, 15,4% e 31 milhões de escudos e 3,4% e 36 milhões de escudos face a 2022.

Quadro 15 - Evolução dos Custos Operativos

(milhões de CVE)

RUBRICAS	2022	2023	Variação	
			Absoluta	Relativa
Custos com Pessoal	**1 034**	**1 070**	**36**	**3,4%**
Remunerações	870	916	46	5,3%
Encargos Sociais Obrigatórios	130	135	4	3,3%
Encargos Sociais Facultativos e Outros Custos	34	19	-15	-43,8%
Gastos Gerais Administrativos	**695**	**784**	**88**	**12,7%**
Amortizações	**201**	**232**	**31**	**15,4%**
TOTAL CUSTOS OPERATIVOS	**1 931**	**2 086**	**155**	**8,0%**

Imparidades e Provisões líquidas

A soma das imparidades e das provisões líquidas do exercício registaram um forte decréscimo,-166,0% e -321 milhões de escudos, passando de 193 milhões de escudos em 2022 para -128 milhões de escudos em 2023, impactando positivamente a variação dos Resultados Líquidos.

10.3. ANÁLISE DE RÁCIOS

Não obstante o BCA continuar a apresentar bons rácios, constata-se a diminuição dos valores de alguns dos rácios de performance comparativamente ao período homólogo.

Nos rácios de rentabilidade (ROA e ROE), nota-se um crescimento de 0,2 pontos percentuais no ROE, crescendo de 18,3% para 18,5%, efeito do crescimento do Resultado Líquido superior ao dos Capitais Próprios. Já no ROA a variação foi marginal, tendo ficado nos 2% (-0.1 pontos percentuais).

Em termos de eficiência, medido pelo rácio Cost-to-Income – que relaciona os Custos Operativos com o Produto Bancário, em 2023 apresentou agravamento, aumentando de 49,4% para 52,2%, em resultado do aumento relativo de custos superior ao aumento do produto bancário, num ambiente caracterizado por uma elevada taxa de inflação nos anos mais recentes.

Relativamente aos demais indicadores destacam-se:

- O rácio de Crédito vencido tem variado positivamente – em 2021 era 8,2%, em 2022 diminuiu para os 7,7% e agora em 2023 volta a diminuir para 6,2%, consequência da diminuição da carteira de crédito em incumprimento e também algum crescimento da carteira bruta;

- O rácio de transformação dos Recursos de Clientes em Créditos registou um ligeiro aumento de 0,6 pontos percentuais, considerando o crescimento relativo da carteira de Crédito superior ao da carteira de depósitos, 2,8% contra 1,4%;

- A autonomia financeira, que relaciona o capital próprio e o ativo total, assinalou ligeira melhoria aumentando de 10,7% para 10,9%, reflexo do maior crescimento relativo dos capitais próprios (≈6,0%) comparativamente ao crescimento verificado nos ativos (≈1,7%), evidenciando um aumento da proporção dos ativos que são financiados por capitais próprios.

10.4. RÁCIOS PRUDENCIAIS

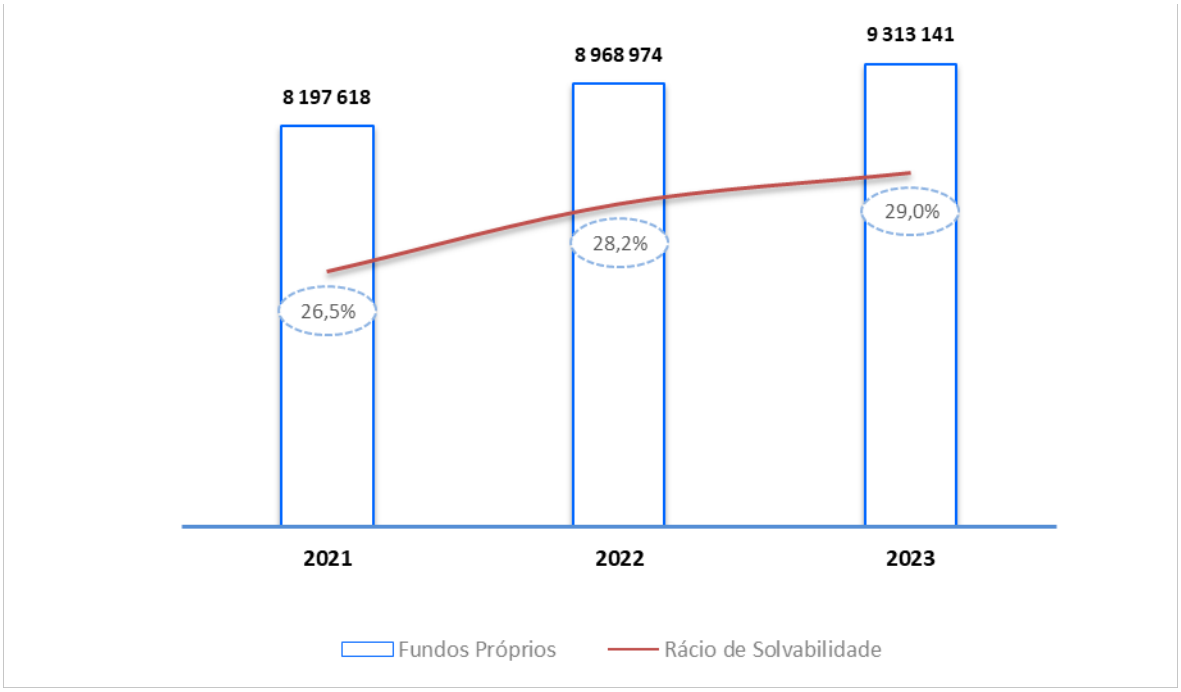
Em termos prudenciais, o BCA continua a evidenciar sinais de elevada solidez. Os Fundos Próprios atingiram, em 2023, cerca de 9.313 milhões de escudos, um acréscimo de aproximadamente 344

milhões de escudos, resultado do reforço dos capitais em 25% dos lucros líquidos de 2022. Paralelamente, os demais rácios prudenciais registaram valores bastante positivos, nomeadamente 418,5% para a Cobertura de Imobilizado e 29,0% para o Rácio Solvabilidade, valores muito acima dos mínimos legalmente exigidos, 100% e 12%, respetivamente.

Quadro 16 - Evolução dos Rácios Prudenciais

Rácios	Unidade	2023	2022	2021	Mínimo
Fundos Próprios	Milhões CVE	9 313 141	8 968 974	8 197 618	---
Cobertura de Imobilizado	%	418,5%	428,4%	364,4%	100%
Rácio de Solvabilidade	%	29,0%	28,2%	26,5%	12%

Gráfico 5 - Evolução dos Rácios Prudenciais



11. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que no exercício de 2023 o Banco apurou um Resultado Líquido no valor de 1.928.927.082$00 (Um bilhão, Novecentos e Vinte e Oito Milhões, Novecentos e Vinte e Sete Mil, e Oitenta e dois Escudos).

Considerando ainda que nos termos do artigo 32.º do Código dos Benefícios fiscais – CBF os lucros retidos pelos bancos para reforço dos Fundos Próprios podem ser deduzidos à coleta do Imposto sobre Rendimentos de Pessoas Coletivas - IRPC, não podendo em cada exercício exceder 20%, dependendo a sua aplicação da constituição de uma reserva especial não distribuível durante um período de 5 (cinco) anos e considerando que o Banco pretende beneficiar da referida isenção, apresentou-se ao Conselho de Administração a seguinte proposta de distribuição dos resultados apurados no exercício findo de 2023:

Quadro 17 – Aplicação de Resultado Líquido

(CVE)

Resultado Líquido	**1 928 927 082**
Reserva Legal (10%)	192 892 708
Outras Reservas (15%) - Lucros Retidos (código benefício fiscal)	289 339 062
Distribuição de Resultados (75%)	1 446 695 311

12. BANCOS CORRESPONDENTES

Portugal

Caixa Geral de Depósitos SA – Lisboa

Banco Português de Investimento SA – Porto

Santander Totta SA – Lisboa

Reino Unido

Bank of America, N.A. London

Austria

Bank of Austria Creditanstald, Viena

Noruega

DnB NOR Bank ASA, Oslo

Espanha

Banco Sabadell SA TSB, Sabadell

Japão

Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ Ltd., Tokyo

Estados Unidos da América

Bank Of America, N.A. New York

França

Caixa Geral de Depósitos SA, Paris

Itália

Intesa Sanpaolo SPI, Milão

UniCrédito Italiano SPA, Milão

Bélgica

IngBelgium SA/NV, Bruxelas

China

BNU - Banco Nacional Ultramarino (Macau)

Suíça

UBS Swiss Bank Corporation AG Zurique



Anexos

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

NÔS BANCO NA NÔS TERA

13. ANEXOS

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Balanço a 31/12/2023

CVE

Rubricas	Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Valor Liquido
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4,834,197,264		4,834,197,264
Disponibilidades em Out. Instituições Crédito	711,909,941		711,909,941
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	50,673,472		50,673,472
Aplicações em instituições de crédito	28,203,253,834		28,203,253,834
Créditos a clientes	58,564,930,532	2,364,821,748	56,200,108,784
Propriedades de investimento	1,529,000	103,600	1,425,400
Outros activos tangíveis	4,156,324,138	2,344,782,163	1,811,541,974
Activos intangíveis	653,494,328	458,693,374	194,800,954
Investimentos em filiais excl.Consol. Assoc. e Empreend.Conjuntos	578,400,319		578,400,319
Activos por Impostos Correntes	137,327,465		137,327,465
Activos por impostos diferidos	150,709,346		150,709,346
Outros Activos	3,503,030,994	755,585,977	2,747,445,017
Total de Activos	**101,545,780,635**	**5,923,986,862**	**95,621,793,772**
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito			357,064,017
Recursos de Clientes e outros empréstimos			83,283,814,333
Provisões Para Beneficios aos empregados e Outros			277,463,266
Passivos por impostos correntes			291,873,518
Passivos por impostos diferidos			0
Outros passivos			980,471,359
Total do Passivo			**85,190,686,493**
Capital			
Capital Social			1,318,647,814
Ações Próprias			-125,000
Reservas de reavaliação			44,677,062
Outras reservas e resultados transitados			7,138,980,321
Resultado do exercício			1,928,927,082
Total de Capital			**10,431,107,279**
Total do Passivo + Capital			**95,621,793,772**

A Diretora Contabilidade e Gestão Financeira

Fátima Pires

Fátima Pires (Apr 8, 2024 10:31 GMT-1)

Maria Fátima Veiga Pires

O Administrador Contabilidade e Gestão Financeira

Hernâni Lopes Trigueiros

O Presidente da Comissão Executiva

Francisco Santos Silva

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Demonstração Resultados a 31/12/2023

CVE

Descritivo	Valor
Juros e Rendimentos Similares	3,582,056,531
Juros e Encargos Similares	-366,373,547
Margem financeira	**3,215,682,985**
Rendimentos de Instrumentos de Capital	1,805,475
Rendimentos com Serviços e Comissões	528,813,488
Encargos com Serviços e Comissões	-94,873,256
Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	13,283,625
Resultados de Reavaliação Cambial	171,220,569
Resultados de Alienação de Outros Activos	48,942,377
Outros Resultados de Exploração	111,267,429
Produto Bancário	**3,996,142,691**
Custos com Pessoal	-1,070,185,106
Gastos Gerais Administrativos	-783,636,055
Amortizações do Exercício	-232,239,144
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	15,191,249
Imparidade Out. Activos Financeiros Líquida Reversões/Recuperações	105,629,673
Imparidade Outros Activos Líquida de Reversões e Recuperações	6,850,490
Resultados Filiais excluidas Consolidação, Associadas Empreend. Conjunto	132,159,113
Resultados antes Impostos	**2,169,912,912**
Impostos	-240,985,830
Correntes	-231,598,807
Diferidos	-643,934
Insuficiência de imposto	-8,743,089
Resultados Líquido	**1,928,927,082**

A Diretora Contabilidade e Gestão Financeira	O Administrador Contabilidade e Gestão Financeira	O Presidente da Comissão Executiva
Fátima Pires (Apr 8, 2024 10:31 GMT-1)		
Maria Fátima Veiga Pires	Hernâni Lopes Trigueiros	Francisco Santos Silva

Banco Comercial do Atlântico, S.A.

Cost to Income - Custo Operativo/Produto Bancário

Produto Bancário

CVE

Rúbricas	2022	2023	Variação	
			Relativa	Absoluta
Margem Financeira	2 957 182 777	3 215 682 985	8,7%	258 500 208
+ Margem Complementar	949 278 610	780 459 706	-17,8%	-168 818 904
= Produto Bancário	**3 906 461 386**	**3 996 142 691**	**2,3%**	**89 681 305**

Custo Operativo

CVE

Rúbricas	2022	2023	Variação	
			Relativa	Absoluta
Custo Administrativo	1 729 723 262	1 853 821 160	7,2%	124 097 898
Amortizações	201 233 523	232 239 144	15,4%	31 005 621
= Custo Operativo	**1 930 956 785**	**2 086 060 304**	**8,0%**	**155 103 519**

Cost-to- Income

Rúbricas	2022	2023
Cost to Income	49,4%	52,2%

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Estrutura

CVE

Rúbricas	2022		2023	
	Valores	%	Valores	%
1-Crédito Curto Prazo/Crédito Clientes	1 347 233 488	**3,6%**	1 826 744 588	**4,7%**
	37 658 911 020		38 696 755 032	
2-Crédito M.L. Prazo/Crédito Clientes	36 311 677 532	**96,4%**	36 870 010 444	**95,3%**
	37 658 911 020		38 696 755 032	
3-Crédito e obrigações Vencidos/Crédito Clientes	3 014 564 815	**8,0%**	2 498 008 312	**6,5%**
	37 658 911 020		38 696 755 032	
4-Imparidade Crédito Vencido/Crédito Vencido	2 303 638 980	**79,3%**	2 128 799 354	**89,1%**
	2 906 214 843		2 389 658 340	
5-Crédito Clientes/Depósitos	37 658 911 020	**45,9%**	38 696 755 032	**46,6%**
	81 963 324 953		83 086 470 882	
6-Crédito Clientes/Depósito a Prazo	37 658 911 020	**96,1%**	38 696 755 032	**100,7%**
	39 169 315 806		38 431 557 192	
7-Crédito Normal/Depósito a Prazo	34 752 696 177	**88,7%**	36 307 096 692	**94,5%**
	39 169 315 806		38 431 557 192	
8-Crédito Curto Prazo/Depósito Prazo	1 347 233 488	**3,4%**	1 826 744 588	**4,8%**
	39 169 315 806		38 431 557 192	
9-Crédito M.L. Prazo/Depósito Prazo	36 311 677 532	**92,7%**	36 870 010 444	**95,9%**
	39 169 315 806		38 431 557 192	
10-Depósito Ordem/Depósitos Totais	42 794 009 147	**52,2%**	44 654 913 690	**53,7%**
	81 963 324 953		83 086 470 882	
11-Depósito a Prazo/Depósitos Totais	39 169 315 806	**47,8%**	38 431 557 192	**46,3%**
	81 963 324 953		83 086 470 882	

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Avaliação de Desempenho

CVE

Rúbricas	2022		2023	
	Valores	%	Valores	%
1-ROE=Resultado Líquido/Capitais Próprios	1 797 776 221	**18,3%**	1 928 927 082	**18,5%**
	9 844 130 165		10 431 107 279	
2-ROA=Resultado Líquido/Activo Médio	1 797 776 221	**2,0%**	1 928 927 082	**2,1%**
	91 445 930 058		93 533 861 915	
3-ML = Resultado Líquido/Proveitos	1 797 776 221	**34,1%**	1 928 927 082	**36,6%**
	5 271 548 797		5 269 627 160	
4-RA = Proveitos/Activo	5 271 548 797	**5,6%**	5 269 627 160	**5,5%**
	94 001 239 571		95 621 793 772	
6-MF=(Proveito Juros-Custos Juros)/Activo	2 957 182 777	**3,1%**	3 215 682 985	**3,4%**
	94 001 239 571		95 621 793 772	

ROE = Rentabilidade dos Capitais Próprios
ROA = Rentabilidade dos Activos
ML = Margem de Lucro
RA = Rotação dos Activos
MF = Margem Financeira

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Medição de Liquidez

CVE

Rúbricas	2022		2023	
	Valores	%	Valores	%
1-Depósitos Totais/Activo	81 963 324 953	90,7%	83 086 470 882	86,9%
	90 361 530 546		95 621 793 772	
2-Crédito Clientes / Activo	37 658 911 020	41,7%	38 696 755 032	40,5%
	90 361 530 546		95 621 793 772	
3-Crédito Curto Prazo / Activo	1 347 233 488	1,5%	1 826 744 588	1,9%
	90 361 530 546		95 621 793 772	
4-Crédito M.Longo Prazo / Activo	36 311 677 532	40,2%	36 870 010 444	38,6%
	90 361 530 546		95 621 793 772	
5-Crédito Clientes / Depósitos Totais	37 658 911 020	45,9%	38 696 755 032	46,6%
	81 963 324 953		83 086 470 882	

Indicadores de Produtividade

Rúbricas	2022		2023	
	Valores	Contos	Valores	Contos
1-Cr. e Depósitos / Nº de Empregados Activo	119 622 236	282 128	121 783 226	294 875
	424		413	
2-Produto Bancário / Nº de Empregados Activo	3 906 461	9 213	3 996 143	9 676
	424		413	
3-Crédito e Depósitos / Nº de Balcões	119 622 236	3 518 301	121 783 226	3 928 491
	34		31	

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Principais Indicadores

Principais Indicadores	Unidade	2022	2023
1. ROE	%	18,3%	18,5%
2. ROA	%	2,0%	2,1%
3. *Cost-to-Income* sem Fundo Pensões	%	49,4%	52,2%
4. Volume do Crédito Vencido	Contos	3 014 565	2 498 008
5. Rácio de Solvabilidade	%	28,2%	29,0%
6. TIER 1 (Fundos Próprios de Base / Activo Ponderado)	%	34,9%	38,3%
7. Conversão de Depósitos em Créditos	%	45,9%	46,6%
8. Produtividade por Empregado (Resultado Liquido/Nº Empregados)	Contos	4 291	4 671
8.1. Volume de Negócios (Crédito+ Depósitos) / Nº empregados	Contos	285 495	294 875
8.2. Produto Bancário / Nº empregados	Contos	9 323	9 676
9. Cobertura do Imobilizado	%	428,4%	418,5%
10. Fundos Próprios	Contos	8 968 974	9 313 141

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2023

Presidente do Conselho de Administração **Dr.ª Maria Manuela Martins Ferreira**

Presidente da Comissão Executiva **Dr. Francisco José dos Santos Silva**

Administradora **Dr.ª Anabela Conceição Freire Tomás**

Administradora **Dr.ª Herminalda Augusta Fonseca Modesto Rodrigues**

Administrador **Dr. Hernâni Lopes Trigueiros**

Administrador **Dr. Rui Pedro Vieira Vidal**

Administradora **Dr.ª Carla Maria Moniz Brigham Gomes**

Administradora **Dr.ª Cristina Maria Neves de Sousa Nobre Leite**

Cristina Leite (Apr 8, 2024 16:41 GMT-1)

Administrador **Dr. Alexandre José Matias Nunes Mendes (a partir 25/07/2023)**

Alexandre Mendes (Apr 8, 2024 18:57 GMT+1)

Conselho Fiscal do Banco Comercial do Atlântico S.A.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Sobre o Relatório de Gestão e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Senhores Acionistas,

Nos termos da legislação em vigor, dos normativos do Banco de Cabo Verde e do mandato que nos foi conferido, cumpre-nos emitir o Relatório anual sobre a acção fiscalizadora e dar Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e sobre as Demonstrações Financeiras do Banco Comercial do Atlântico S.A. ("BCA ou Banco"), as quais compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral e o respectivo Anexo com as Notas explicativas às Demonstrações Financeiras, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Comercial do Atlântico S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

As Demonstrações Financeiras do Banco são emitidas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, do Banco de Cabo Verde.

Para efeitos da emissão do presente parecer, acompanhámos a atividade do Banco, tendo recebido da Comissão Executiva e dos Serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados e desenvolvido, com a extensão que consideramos adequada, de entre outras, as seguintes atividades:

- ✓ Averiguámos a observância do cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ✓ Acompanhámos o Plano de Atividades e Orçamento do BCA;
- ✓ Inteirámo-nos dos trabalhos de preparação da informação financeira e dos processos de encerramento das contas, tendo obtido da Direção Contabilidade e Gestão Financeira os esclarecimentos solicitados no âmbito dos respetivos fechos de contas;
- ✓ Averiguámos sobre a evolução dos principais rácios prudenciais;
- ✓ Participámos nas reuniões do Conselho de Administração e acompanhámos as decisões tomadas pela Comissão de Auditoria, Controlo e Conflitos de Interesses e pela Comissão de Riscos.
- ✓ Reunimos com a Comissão Executiva, com a Direção de Auditoria Interna, com a Direção de Gestão de Riscos, com a Direção Contabilidade e Gestão Financeira, com a Direção de Planeamento Estratégico,e Controlo de Gestão e com a Direção de Função de *Compliance,* para acompanhamento dos aspectos mais relevantes da actividade destas estruturas e averiguar da eficácia do sistema de controlo interno instituído no Banco;

- ✓ Integrámos as reuniões do Comissão de Auditoria, Controlo e Conflitos de Interesses (CACI) para apreciação e discussão de assuntos de supervisão conjunta, incluindo relações com o Auditor Externo Independente e com o processo de prestação de contas, com vista a eliminar redundâncias e conflitos de decisão e clarificar as suas complementaridades;
- ✓ Inteirámo-nos dos principais desafios e actuais constrangimentos para o negócio, em geral no cumprimento do Plano Estratégico do Banco e em particular no que respeita aos impactos resultantes da crise pandémica e do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, nas actividades e na gestão de risco do Banco;
- ✓ Analisámos os principais riscos de imparidade nas carteiras de títulos e de crédito, tendo em particular acompanhado um leque de clientes percecionados críticos em termos de risco de crédito;
- ✓ Apreciámos as actas das reuniões dos Órgãos Sociais;
- ✓ Acompanhámos os relatórios, pareceres, notificações e outras informações emitidas pelas autoridades de supervisão e fiscalização e discutimos o seu conteúdo e impacto na atividade e situação económica e financeira do BCA;
- ✓ Inteirámo-nos dos trabalhos desenvolvidos no Banco pelo Auditor Externo e apreciámos o Relatório do Auditor Independente relativo às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 emitido em 17 de abril de 2023, com o qual concordamos, tendo sido aprovado o correspondente Parecer do Conselho Fiscal emitido em 18 de abril de 2023, relativo às contas desse exercício económico;
- ✓ O Conselho Fiscal teve presente o Relatório de avaliação sobre a adequação e eficácia da cultura organizacional em vigor no BCA e sobre os seus sistemas de governo e controlo interno por referência a 30 de Novembro de 2023 em cumprimento dos requisitos definidos no Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal e emitiu o respetivo parecer em Dezembro de 2023;
- ✓ O Conselho Fiscal preparou e emitiu, em 28/06/2023, o seu Parecer sobre a qualidade do sistema de controlo interno para a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo por referência a 31 de Dezembro de 2022 em cumprimento dos requisitos definidos no Aviso n.º 4/2017 do Banco de Cabo Verde;
- ✓ O Conselho Fiscal aferiu o cumprimento das orientações legais em vigor para o Sector Bancário e as relativas ao Relatório de Governo Societário relativamente ao exercício económico de 2023, tendo emitido o respetivo parecer em 22 de março de 2024, onde verificou que a informação sobre o governo societário incluiu os elementos exigíveis nos termos da legislação mobiliária e financeira em vigor.

No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Gestão e Contas (demonstrações financeiras e anexo) do BCA referentes ao exercício de 2023 e o respetivo Relatório do Auditor Independente, bem como o Relatório de Governo Societário, em conformidade com o artigo 129º do o Código do Mercado dos Valores Mobiliários, aprovado

pelo Decreto Legislativo nº 1/2012, de 27 de janeiro e atualizado pela Lei Lei nº 90/IX/2020 de 26 de maio, o Guia de Boas Práticas de Governação Corporativa e a Lei n.º 62/VIII/2014 de 23 de Abril, Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras (LRGIF).

Assim, face ao exposto, o Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer:

i) O Balanço em 31 de Dezembro de 2023, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das alterações no Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral e as notas anexas às demonstrações financeiras, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, do resultado do período, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados, face ao normativo contabilístico adoptado pelo BCA;

iii) O Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução no exercício dos negócios e da situação patrimonial e financeira do Banco, evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis; e,

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Comissão Executiva e dos Serviços e as conclusões e informações constantes no Relatório do Auditor Independente emitido sem reservas e sem ênfases, o Conselho Fiscal propõe que:

i) seja aprovado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração;
ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras, incluindo as respetivas notas do Anexo;
iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados

Por fim, o Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos à Comissão Executiva, à Comissão de Auditoria, Controlo e Conflitos de Interesses, à Comissão de Riscos Financeiros e aos responsáveis das Direcções do Banco, em particular a Direção Contabilidade e Gestão Financeira e aos demais colaboradores com quem contactou, bem como ao Auditor Independente, pela colaboração prestada e pelo apoio dispensado à realização do seu trabalho.

Cidade da Praia, 9 de abril de 2024

O Conselho Fiscal

José Azevedo Rodrigues
José Azevedo Rodrigues (Apr 9, 2024 14:49 GMT+1)
José Azevedo Rodrigues
Presidente

Emanuel Moreira
Emanuel Moreira (Apr 9, 2024 12:17 GMT-1)
José Emanuel Tavares Moreira
Vogal

Maria Conceição Mendes Landim
Maria Conceição Mendes Landim (Apr 9, 2024 12:16 GMT-1)
Maria Conceição Landim
Vogal

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Edifício Santa Maria - Complexo Atlântico
Apartamento 305 - 3º andar
Avenida Cidade de Lisboa
Praia - Santiago
Tel: + 238 3561351

Relatório do Auditor Independente

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Banco Comercial do Atlântico, S.A. (o Banco), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 95 621 794 milhares de escudos de Cabo Verde (CVE) e um total de capital próprio de 10 431 107 milhares de CVE, incluindo um resultado líquido de 1 928 927 milhares de CVE), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações nos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Banco Comercial do Atlântico, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, o qual foi elaborado em respeito aos princípios e normas do Código de Ética para Contabilistas e Auditores, editada pela Comissão Internacional de Normas de Ética para Contabilistas e Auditores (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade para crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2023, o Banco tem registadas perdas acumuladas por imparidade sobre a carteira de crédito no montante de 2.364 822 milhares de CVE, representando 4% do valor do crédito. O detalhe da imparidade para crédito a clientes e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas às demonstrações financeiras (Notas 2.2.5 c); 7 e 16).	A nossa abordagem de auditoria para a imparidade para crédito a clientes incluiu (i) uma resposta global com efeito na forma como a auditoria foi conduzida e (ii) uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente: ► entendimento, avaliação do desenho e teste à eficácia operacional dos procedimentos de controlo interno

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
A imparidade representa a melhor estimativa do órgão de gestão do Banco sobre a perda esperada nas exposições de crédito concedido a clientes com referência a 31 de dezembro de 2023. Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e dados históricos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada. Para exposições relevantes em base individual, a imparidade é determinada tendo por base julgamentos de especialistas do banco na avaliação de risco de crédito e o conhecimento da realidade e situação financeira dos clientes e das garantias associadas às operações em questão. Para além da complexidade dos modelos de quantificação de perdas por imparidade da carteira de crédito, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados, cuja disponibilidade e qualidade podem estar condicionadas. Em face do grau de subjetividade e complexidade envolvida, especialmente num contexto macroeconómico em rápida alteração, a utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos pode ter um impacto material no valor da imparidade estimada, o que faz com que consideremos este tema como matéria relevante de auditoria.	existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade para crédito a clientes; ► testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expetativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade; ► seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade para avaliação dos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu a informação sobre a situação económico-financeira dos devedores e os relatórios de avaliação dos colaterais, assim como indagações aos especialistas do Banco para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados; ► com o apoio dos nossos especialistas em matéria de gestão de risco, testámos a razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade coletiva, destacando-se: i) o entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada; ii) a apreciação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para refletir a perda esperada; iii) a análise das alterações realizadas durante o exercício aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD); iv) o seguimento das medidas corretivas de deficiências anteriormente identificadas no modelo de imparidade coletiva; e v) o teste por amostragem à classificação das operações nos *stages* 1, 2 e 3; e ► avaliação da razoabilidade dos ajustamentos realizados, em particular aqueles para responder às áreas de julgamento adicionais resultantes das incertezas existentes no contexto macroeconómico em rápida alteração e apreciação do processo associado a esses ajustamentos. análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

Building a better working world

2. Imparidade para imóveis recebidos por recuperação de crédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2023, a imparidade acumulada registada para os imóveis recebidos por recuperação de crédito, registados na rubrica de Outros Ativos, ascende a 626 991 milhares de CVE, representando 27,2% do valor daqueles ativos (Notas 13 e 16). Estas perdas por imparidade são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2.5 g). Periodicamente, o Banco solicita, a peritos avaliadores externos, na sua maioria registados no Banco Central de Cabo Verde ("BCV"), avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de crédito. Caso o valor da avaliação, deduzido de custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor do balanço, são registadas perdas por imparidade. A avaliação dos imóveis considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia do Banco para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o facto do uso de diferentes técnicas de valorização e pressupostos poder originar diferentes estimativas de justo valor.	A nossa abordagem de auditoria sobre a imparidade de imóveis recebidos por recuperação de crédito incluiu uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente: ► testes de revisão analítica sobre o valor dos imóveis incluídos em "Outros ativos", comparando-o com o período homólogo e com a expetativa formada, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas e alterações dos pressupostos e metodologias; ► para uma amostra de imóveis, apreciação da razoabilidade da metodologia e dos pressupostos utilizados pelos peritos avaliadores externos e confirmação do seu registo no BCV. Para estes imóveis, analisámos, quando aplicável, contratos promessa de compra e venda ou ofertas vinculativas recebidas e certidões de teor da conservatória do registo predial; e ► análise das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade do Banco se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

OUTRA INFORMAÇÃO

Sobre o relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o Relatório de Gestão, que não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas e que obtivemos antes da data do nosso relatório.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no Relatório de Gestão e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, em consequência, considerar se a informação nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre a outra informação que obtivemos antes da data do nosso relatório, concluirmos que existe uma distorção material no Relatório de Gestão, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

8 de abril de 2024

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Representada por:

Assinado por: **Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto**
Num. de Identificação: 08539023
Data: 2024.04.08 15:08:25+01'00'

CHAVE MÓVEL

Ana Salcedas
Diretora Geral/Partner

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2023 Ativo bruto	2023 Imparidade e amortizações	2023 Ativo líquido	2022 Ativo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	4 834 197	-	4 834 197	3 879 621
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	711 910	-	711 910	881 487
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5	50 673	-	50 673	104 123
Aplicações em instituições de crédito	6	28 203 254	-	28 203 254	28 816 889
Crédito a clientes	7	58 564 931	(2 364 822)	56 200 109	54 536 421
Propriedades de investimento	8	1 529	(104)	1 425	1 425
Outros ativos tangíveis	9	4 156 324	(2 344 782)	1 811 542	1 725 873
Ativos intangíveis	10	653 494	(458 693)	194 801	115 135
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	578 400	-	578 400	503 495
Ativos por impostos correntes	12	137 327	-	137 327	159 984
Ativos por impostos diferidos	12	150 709	-	150 709	151 353
Outros ativos	13	3 503 031	(755 586)	2 747 445	3 125 433
Total de ativos		101 545 781	-5 923 987	95 621 794	94 001 240

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2023	2022
Recursos de outras instituições de crédito	14	357 064	435 194
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	83 283 814	82 191 338
Provisões	16	277 463	327 074
Passivos por impostos correntes	12	291 874	177 825
Passivos por impostos diferidos	12		
Outros passivos	17	980 471	1 025 680
Total do passivo		85 190 686	84 157 109
Capital	18	1 318 523	1 318 523
Reservas de Justo Valor	19	44 677	55 276
Outras reservas	19	7 138 980	6 713 869
Resultado Transitados	19	-	(41 314)
Resultado do exercício	19	1 928 927	1 797 776
Total do capital próprio		10 431 107	9 844 130
Total do passivo e do capital próprio		95 621 794	94 001 240

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2023	2022
Juros e rendimentos similares	20	3 582 057	3 402 367
Juros e encargos similares	21	(366 374)	(445 185)
MARGEM FINANCEIRA		3 215 683	2 957 183
Rendimentos de instrumentos de capital	22	1 805	1 723
Rendimentos com serviços e comissões	23	528 813	498 268
Encargos com serviços e comissões	23	(94 873)	(70 783)
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		13 284	-
Resultados de reavaliação cambial	24	171 221	197 841
Resultados de alienação de outros ativos	25	48 942	191 360
Outros resultados de exploração	26	111 267	130 869
PRODUTO BANCÁRIO		3 996 143	3 906 461
Custos com pessoal	27	(1 070 185)	(1 034 498)
Gastos gerais administrativos	29	(783 636)	(695 226)
Depreciações e amortizações do exercício	9 e 10	(232 239)	(201 234)
Provisões líquidas de reposições e anulações	16	15 191	8 076
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	16	105 630	(38 249)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	16	6 850	(163 197)
Resultados em empresas associadas e filiais mensuradas através do MEP	11	132 159	90 907
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		2 169 913	1 873 042
Impostos			
Correntes	12	(231 599)	(130 701)
Diferidos	12	(644)	29 971
Insuficiencia estimativa imposto anos ant.	12	(8 743)	
Excesso estimativa imposto anos ant.	12	-	25 464
		(240 986)	(75 266)
Resultado do Exercício		**1 928 927**	**1 797 776**
Número médio de acções ordinárias emitidas	30	1 324 765	1 324 765
Resultado por Acção	30	1,46	1,36

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

				Outras reservas e resultados transitados					
	Notas	Capital	Reservas de justo valor	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total Reservas e Resultados Transitados	Resultado do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	18,19	1 318 523	60 333	1 138 223	4 889 608	48 526	6 076 359	1 424 163	8 879 377
Distribuição do resultado do exercício de 2021:									
Incorporação em reservas				142 416	569 665		712 082	(712 082)	-
Distribuição de Dividendos							-	(712 014)	(712 014)
Aquisição de acções próprias							-		-
Rendimento integral do exercício							-		-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto			(5 057)				-		-
Remensurações relativas a planos de benefícios definidos					(26 058)	(89 861)	(115 919)		(115 919)
Transição para a IFRS9							-		-
Transferência entre rúbricas					14	21	35	(68)	(33)
Resultado líquido do exercício							-	1 797 776	1 797 776
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	18,19	1 318 523	55 277	1 280 639	5 433 229	(41 314)	6 672 556	1 797 776	9 844 130
Distribuição do resultado do exercício de 2022:									
Incorporação em reservas				179 778	228 353	41 314	449 445	-449 445	-
Distribuição de Dividendos							-	-1 348 332	(1 348 332)
Aquisição de acções próprias							-		-
Rendimento integral do exercício							-		-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto			-10 599				(10 599)		(10 599)
Remensurações relativas a planos de benefícios definidos (reservas Livres)					16 981		16 981		16 981
Transição para a IFRS9							-		-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							-		-
Resultado líquido do exercício							-	1 928 927	1 928 927
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	18,19	1 318 523	44 678	1 460 417	5 678 563	(0)	7 128 384	1 928 927	10 431 108

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2023	2022
Outros rendimentos integrais			
Rubricas que não serão reclassificadas para a demonstração de resultados:			
Remensurações relativas a planos de benefícios definidos (Nota 2.3)			
Variação ocorrida no exercício	28	16 981	(26 058)
Alterações no justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			
Variação no exercício	19	(10 599)	(5 057)
Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados:			
Outros		-	35
Outros rendimentos integrais		6 382	(31 080)
Resultado do exercício		1 928 927	1 797 776
Total do rendimento integral do exercício		1 935 310	1 766 696

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimento de juros e comissões		4 136 304	3 996 625
Pagamento de juros e comissões		(477 739)	(541 351)
Recuperação de crédito e juros vencidos		140 696	176 858
Resultados cambiais		184 504	197 841
Pagamentos ao pessoal e fornecedores		(1 830 045)	(1 616 520)
Pagamentos de pensões e assistência médica		(13 262)	(37 430)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		429 733	335 784
Pagamentos de impostos sobre o rendimento		(103 637)	(148 033)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais		2 466 555	2 363 774
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:			
Aplicações em instituições de crédito		653 212	(3 123 372)
Créditos sobre clientes		(1 257 186)	(1 219 599)
Títulos de dívida pública		(325 059)	(156 156)
Outros ativos		82 364	146 195
		(846 669)	(4 352 931)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:			
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito		(78 128)	(238 717)
Recursos de clientes		1 113 965	2 551 546
Outros passivos		(178 830)	258 152
		857 007	2 570 981
Caixa líquida das atividades operacionais		2 476 894	581 824
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:			
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		57 254	41 591
Ativos intangíveis		(121 722)	(108 318)
Outros ativos tangíveis		(275 852)	131 667
Dividendos recebidos		1 805	1 723
Caixa líquida das atividades de investimento		(338 515)	66 664
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Locação Operacional		(5 048)	(5 447)
Dividendos Pagos		(1 348 332)	(712 082)
Outras Variações CP			35
Caixa líquida das atividades de financiamento		(1 353 380)	(717 494)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes		784 999	(69 006)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3,4	4 761 109	4 830 115
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3,4	5 546 107	4 761 109

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Comercial do Atlântico, S.A. (Banco) é um banco comercial, constituído por destaque de parte do património do Banco de Cabo Verde, nos termos do Decreto-Lei nº 43/93, de 16 de julho. No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, e conforme a resolução nº 46/99, de 27 de setembro do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pelo Banco Interatlântico, S.A.R.L. passou a deter a maioria do capital social do Banco. A partir de dezembro de 2005, as ações do Banco passaram a ser cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

O Banco tem por objeto o exercício da atividade bancária, incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essas atividades e permitidas por lei.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 34 agências para a realização das suas operações.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade individual do BCA. Adicionalmente, as demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de Março de 2024 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As contas do Banco são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. com sede em Lisboa.

O ano de 2023 continua sendo marcado por um cenário macroeconómico de grandes desafios. O mundo ainda se recupera da crise pandémica provocada pela SARS-COV-2 (Covid-19), da crise inflacionista e energética, consequência da invasão da Ucrânia pela Rússia, e que parece não ter fim à vista, agravadas pela politica monetária mais agressiva e condições monetárias mais restritivas, com elevadas taxas de juros para tentar combater a alta inflacionista, crise ambiental, cujas consequências este ano foram mais frequentes e intensos, e pelas várias tensões geopolíticas, guerra tecnológica e alguns conflitos armados, todas contribuindo para incrementar os cenários de incertezas.

O PIB global tem registado um crescimento mais lento nos últimos anos: +6,3% em 2021, +3,5% em 2022, e para 2023 as projeções apontam para 3,0%, evidenciando uma tendência de desaceleração econômica. Para 2024, a previsão é de uma continua desaceleração do crescimento econômico, em reflexo da persistência de desafios atuais, como: a continuidade das políticas de aperto monetário adotadas pelos Bancos Centrais para controlar a inflação, as incertezas associadas às questões geopolíticas em andamento e suas repercussões nos mercados financeiros, contribuindo para um ambiente econômico mais cauteloso e desafiador.

O crescimento mais reduzido da economia Global é resultado das projeções de crescimento mais tímida das Economias Avançadas, nomeadamente, dos EUA que deverá crescer 1,5% e da Zona Euro (1,2%). As Economias Emergentes, incluindo a China, e a África Subsariana, a taxa de crescimento deverá manter-se estável, em torno dos 4% a 5%.

As reduções nas taxas de inflação Global, de 8,7% em 2022 para 6,9% em 2023, e estimativas para 5,8% em 2024 e 4,6% em 2025, refletem medidas adotadas para estabilizar os preços, embora permaneça essencial monitorar de perto os fatores econômicos que podem influenciar a continuidade desse declínio, visando garantir um ambiente econômico mais controlado e estável.

As estimativas de reduções nas taxas de inflação Global, após as elevadas taxas verificadas em 2022, são bastante impulsionados pelo maior controle nas economias mais desenvolvidas (EUA e Zona Euro), pois nas Economias Emergentes e na África Subsariana pese embora os sinais de abrandamento, as taxas de inflação continuam em níveis considerados elevados.

Em consonância com as perspetivas de crescimento mais fracas, espera-se um ligeiro aumento do desemprego em alguns dos parceiros, particularmente nos EUA e no Reino Unido. Na Zona Euro a evolução deverá ser o contrário, com ligeira redução do desemprego. De uma forma geral, estes mercados de trabalho deverão continuar robustos.

A melhoria das restrições na oferta e a procura mais fraca, aliadas às reduções subsequentes dos preços dos produtos energéticos e alimentares, bem como, os efeitos de base, pressionaram no sentido descendente os preços no produtor e no consumidor. No entanto, permanecem em níveis elevados em comparação ao desejável (máximo de 2%). Com efeito, as taxas de inflação homólogas da Área do Euro, dos EUA e do Reino Unido reduziram em agosto de 2023, situando-se em 5,2, 3,7 e 6,7 por cento, respetivamente (o que se compara com 9,1, 8,3 e 9,8 por cento, em agosto de 2022). Para 2024, preveem-se continuação de políticas mais restritivas buscando reduzir ainda mais a inflação e seus efeitos na economia.

Em relação ao panorama do desemprego, as tendências variam entre as principais economias globais. No Reino Unido, a taxa de desemprego deverá aumentar para 4,2 e 4,6 por cento em 2023 e 2024 respetivamente (3,7 por cento em 2022) e reduzir para 4,3 por cento em 2025. Nos EUA, deverá manter-se nos 3,6 por cento em 2023, e aumentar para os 3,8 e 3,9 por cento em 2024 e 2025, demonstrando a estabilidade e resiliência que o caracteriza. Na Área do Euro, a taxa deverá reduzir em 0,1 pontos percentuais em todo o horizonte da projeção, para 6,6, 6,5 e 6,4 por cento em, respetivamente, 2023, 2024 e 2025 (o que se compara com 6,7 por cento em 2022).

A nível nacional, o país é bastante influenciado pelos eventos internacionais, mas igualmente por ocorrências interna, nomeadamente, sucessivos maus anos agrícolas.

Assim, a conjugação dessas várias crises, com destaque para a guerra na Ucrânia, que provocou alta dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas (sobretudo alimentares), pressões nas cadeias de distribuição e consequentemente restrições na oferta, Cabo Verde, como país importador, sentiu os efeitos de forma imediata, com aumentos significativos nas taxas de inflação.

A inflação que há vários anos se encontrava estabilizada em torno de 1%, em 2022 elevou-se para os 7,9% e alcançou os 8% em janeiro e fevereiro de 2023. Nos últimos meses tem dado sinais de abrandamento, em agosto último foi de 5,8%, mas mesmo assim mantem-se em níveis historicamente elevados. Para 2024, a previsão é para uma redução gradual ---da taxa de inflação média, embora contínua em níveis considerados elevados, o governo no Orçamento de Estado projeta uma inflação de 2,8%.

Não obstante este contexto desfavorável, o relatório Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta a economia numa trajetória de crescimento, todavia a um ritmo mais lento. No 2º trimestre de 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) registou, em termos homólogos, uma variação positiva de 3,4%, em volume, taxa inferior em 5,1 pontos percentuais (p.p.) à verificada no 1º Trimestre de 2023, e muito aquém da variação prevista para 2022, de 17,1%. O forte crescimento da economia de Cabo Verde estimada para 2022 resultou, em grande parte, pela retoma do turismo, com o fim das restrições à mobilidade, o que ajudou a melhorar a posição fiscal e a colocar a relação dívida/PIB em uma trajetória descendente. As reservas internacionais, também beneficiaram, e estão em níveis considerados adequados, garantindo aproximadamente 5,8 meses de importação prevista para o país.

Em 2023, o crescimento real abrandou, traduzindo sobretudo, o menor contributo do consumo privado e da procura externa (particularmente a procura turística) condicionado pelo impacto negativo do aumento da inflação no rendimento disponível real dos potenciais turistas e pelo aperto das condições de financiamento.

A evolução do crédito interno líquido traduziu os aumentos ocorridos ao nível do crédito à economia e do crédito ao sector público administrativo em 5,3% e 16,7%, respetivamente. O aumento do crédito à economia foi determinado pelo aumento do crédito ao sector privado em 4,8% refletindo ainda algum efeito desfasado da suspensão do serviço da dívida dos contratos de crédito sob o regime das moratórias (terminadas em setembro), da utilização das linhas de crédito covid-19 garantidas pelo Estado e a concessão de novos créditos. Por sua vez, o aumento de 17,6% do crédito ao governo central, em resultado do aumento das emissões dos títulos do Tesouro no período, explicam o desempenho do crédito líquido ao setor público administrativo.

No tocante à política monetária importa referir que apesar de os bancos centrais, nomeadamente o Banco Central Europeu e a Reserva Federal Americana, terem optado por reduzir o grau de acomodação e apertar as condições monetárias e financeiras, através de alterações das taxas de juro diretoras, visando conter o aumento persistente da inflação observado desde a segunda metade de 2021.

O BCV, até meados de 2023, optou pela manutenção de uma orientação acomodatícia da política monetária. Em maio de 2023, considerando a necessidade de reduzir as pressões inflacionistas no país e, principalmente, garantir a estabilidade dos preços e o regime do peg fixo ao Euro, optou por uma política mais restritiva, aumentou as taxas de juros.

Quanto ao Défice público, o Governo, através proposta do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2024, avança que deverá situar-se em torno dos -3,50% do PIB em 2023 e -2,96% do PIB em 2024. Para tanto prevê um aumento das receitas totais de 25,8% em 2023 e 12,7% em 2024, essencialmente pela via da arrecadação de mais impostos, +18,4% e +19,3%, respetivamente.

A Dívida Pública em percentagem do PIB deverá inverter a tendência de crescimento verificada em 2020 e 2021, quando atingiu cerca de 145% e 146%, respetivamente. Em 2023 prevê-se que fixe nos cerca de 115,3% do PIB e em 2023 nos 110,2% do PIB.

Relativamente ao mercado de trabalho, as estatísticas publicadas pelo INE a 31 de março de 2023 indicam uma taxa de desemprego de 12,1% em 2022, sem contudo fazer referência à estimativa de 2021, comparando com o valor publicado de 2020 (14,5%), corresponde a uma redução de 2,4 pontos percentuais. Para 2024 o governo prevê uma taxa de desemprego de 8,2%, abaixo do nível pré-pandémico.

Em face deste contexto, as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2023, refletem a melhor estimativa realizada pelo Conselho de Administração quanto aos potenciais efeitos financeiros decorrentes da atual instabilidade geopolítica decorrente do conflito militar entre a Ucrânia/Rússia bem como dos impactos da Covid-19 com o fim das moratórias na valorização dos seus ativos e na mensuração das perdas esperadas na carteira de crédito, os quais não deixarão de ser sujeitos a monitorização e revisão contínua ao longo deste período.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Políticas contabilísticas

2.2.1 - Alterações de políticas contabilísticas.

Não ocorreram durante o exercício de 2023, modificações voluntárias de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos. Não ocorreram também, alterações de julgamentos ou estimativas relativas a exercícios anteriores, nem se verificaram correções de erros materiais.

2.2.2 – Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Descrição
IFRS 17 – Contratos de Seguro	A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.
Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17. A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um '*overlay*' na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O '*overlay*' permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não relacionadas a contratos dentro do âmbito da IFRS 17 ser classificado, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.
Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Estas alterações pretendem auxiliar a entidade na divulgação das políticas contabilísticas 'materiais', anteriormente designadas por políticas 'significativas'. No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito "materialidade", um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras. Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade tem de considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.
Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas	A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contabilísticas.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única	A IAS 12 passa a exigir que uma entidade reconheça imposto diferido quando o seu reconhecimento inicial dê origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Contudo, trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Este facto é particularmente importante na determinação da existência de diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo, na medida em que a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Entre as transações aplicáveis encontram-se o registo de (i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; (ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes montantes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Esta alteração é de aplicação retrospetiva.
Alterações à IAS 12 – Reforma Fiscal Internacional – Regras-Modelo do Segundo Pilar	Estas alterações surgem no âmbito da implementação das regras do Global Anti-Base Erosion ("Globe") da OCDE, as quais poderão implicar impactos significativos no apuramento de impostos diferidos que à data de emissão destas alterações são difíceis de estimar. Estas alterações introduzem uma exceção temporária à contabilização de impostos diferidos decorrentes da aplicação das regras-modelo do segundo pilar da OCDE, e adicionalmente institui novos requisitos de divulgações específicos para as entidades afetadas.

O BCA não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

2.2.3 - Normas, interpretações, emendas e revisões que entram em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data Aplicação	Descrição
Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes	1-jan-2024	Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "*covenant*". No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo e é de aplicação retrospetiva.
Alterações à IFRS 16 - Passivos de locação em transações de venda e relocação	1-jan-2024	Esta alteração especifica os requisitos relativos à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação ("sale & leaseback") que qualificam como "venda" de acordo com os princípios da IFRS 15, com enfoque nos pagamentos de locação de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Na mensuração subsequente, os vendedores-locatários deverão determinar os

		"pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma a que não reconheça qualquer ganho ou perda relacionado com o direito de uso retido. A aplicação desses requisitos não impede que o vendedor-locatário reconheça, na demonstração dos resultados, qualquer ganho ou perda relacionado à "venda" parcial ou total, conforme exigido pelo parágrafo 46(a) da IFRS 16. Esta alteração é de aplicação retrospetiva.

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras de 2023, tendo em conta que a data de aplicação é 01-01-2024

2.2.4. Informação material sobre políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que este opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais do Banco e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em escudos de Cabo Verde, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação do Banco.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As transações em moedas diferentes do escudo de Cabo Verde são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por valores não monetários, tal como ações, classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, cujas variações de justo valor são registadas em capital próprio.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como instrumentos de capital relativamente aos quais tenha sido exercida a opção de classificação ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral, que são registadas diretamente em "Outras reservas".

Nos exercícios de 2023 e 2022, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o câmbio médio de divisas face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2023	2022
1 USD	99,213	103,633

c) Ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 24 de julho de 2014 a Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" que veio substituir a IAS 39 - "Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração", para exercícios económicos iniciados em, ou após, 1 de janeiro de 2018.
Os requisitos da norma foram aplicados retrospetivamente, mediante ajustamento dos valores de balanço a 1 de janeiro de 2018.
O BCA aplicou a exceção que permite a não reexpressão da informação financeira comparativa de períodos anteriores. Adicionalmente, o enquadramento do modelo de negócio, assim como a designação e/ou revogação prévia de certos ativos financeiros em classes de mensuração ao justo valor por contrapartida de resultados, ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral (por instrumentos de capital que não de negociação), foi realizada por referência nos factos e circunstâncias existentes à data da aplicação inicial da mesma.

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos diretamente atribuíveis à transação. O Banco não tem ativos de "trading" ou outros ativos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os ativos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na IFRS 9:

a) Ativos Financeiros ao Custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio da entidade e das características dos cash flows contratuais do instrumento financeiro, exceto quando seja aplicada a opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de resultados.

O BCA classifica e mensura um ativo financeiro pelo custo amortizado quando este seja incluído num portfolio gerido com base num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado através do recebimento de todos os cash flows contratuais e estes cash flows possam ser considerados como pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida.

Por outro lado, o BCA classifica e mensura um ativo financeiro pelo justo valor através de outro rendimento integral quando este seja incluído num portfolio gerido com base num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado tanto através do recebimento dos cash flows contratuais que constituam pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida como através da venda. Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo justo valor através de resultados quando não seja classificado e mensurado pelo custo amortizado nem pelo FVTOCI.

No entanto, no momento do reconhecimento inicial o BCA pode optar, de forma irrevogável, por classificar e mensurar pelo justo valor através de outro rendimento integral um investimento num instrumento de capital (que não seja detido para negociação nem constitua uma retribuição contingente reconhecida pelo adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplique a IFRS 3.

O modelo de negócio é determinado a um nível que reflita como um grupo de ativos financeiros é gerido no seu conjunto para alcançar o objetivo específico desse modelo de negócio, não dependendo dos planos para qualquer ativo financeiro em particular. Como a alocação a um modelo de negócio constitui um facto e não uma asserção, o BCA considera todas as informações relevantes que permitam concluir sobre qual o modelo de negócio considerado para a gestão dos seus ativos financeiro, nomeadamente:

- A forma como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio são avaliados e comunicados à gestão do BCA; e

- Quais os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e, em particular, a forma como esses riscos são geridos;

Conforme referido acima, na determinação da classificação e mensuração de ativos financeiros abrangidos pelo âmbito da IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" consideram-se dois critérios:

- O modelo de negócio da entidade para gestão do ativo financeiro; e,
- As características dos cash flows contratuais do ativo financeiro: apenas pagamentos de capital e juros (SPPI).

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica "Juros e Rendimentos Similares, se cobrados no mesmo exercício ou na rubrica "Outros Resultados de Exploração", se cobrados no exercícios posteriores.

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros resultados de exploração". Assim, o abate de créditos só ocorre após (i) ter sido exigido o vencimento da totalidade do crédito; (ii) terem sido desenvolvidos os esforços de cobrança considerados adequados; e (iii) as expectativas de recuperação de crédito sejam muito reduzidas, conduzindo a um cenário extremo de imparidade total.

b) <u>Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</u>

Os ativos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral são valorizados ao justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) se cumprir, simultaneamente, com as características seguintes e não for designado ao FVTPL por opção (utilização da Fair Value

Option):
• O ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo financeiro (HTC and Sell – Held to collect and Sell); e os fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida da rubrica "Reservas de justo valor".

Atualmente a rubrica de Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral apenas contém Instrumentos de capital.

No âmbito da IFRS 9, não é reconhecida imparidade em instrumentos de capital registados ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respetivos ganhos/perdas acumuladas na reserva de justo valor transferidos para Resultados transitados no momento da alienação.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital que não seja detido para negociação, o Banco pode irrevogavelmente designá-lo ao FVOCI. Esta designação é efetuada numa base casuística, investimento a investimento. Esta opção está disponível para os instrumentos financeiros que cumpram a definição de capital prevista na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efetuada ao abrigo das exceções previstas nos parágrafos 16A e 16D da IAS 32.

Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

d) Compensação de Instrumentos Financeiros

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe o direito legal executável de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal executável não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser executável no decurso normal da atividade do BCA, assim como em caso de default, falência ou insolvência do Grupo ou da contraparte.

e) Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Banco efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

Os ativos financeiros são divididos em 3 grupos de risco:

- Stage 1 – Ativos sem degradação significativa de risco de crédito desde o

reconhecimento inicial;
- Stage 2 - Ativos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e,
- Stage 3 - Ativos em imparidade (ativos em default).

Dependendo da classificação do stage da operação, as perdas de crédito são estimadas de acordo com os seguintes critérios:

- Perdas esperadas a 12 meses: perda esperada resultante de um evento de perda que ocorre nos 12 meses após a data de cálculo, sendo aplicada para operações em stage 1; e,
- Perdas esperadas lifetime: perda esperada obtida através da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a entidade espera vir a receber até à maturidade do contrato. Ou seja, a perda esperada resulta de todos os potenciais.

A observação de um aumento significativo do risco de crédito (Significant Increase in Credit Risk - SICR) desde o reconhecimento inicial, é efetuada de acordo com os seguintes indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Inexistência de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efetua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 30.000 ou de 15.000 com atrasos superiores a 90 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Estes ativos encontram-se em stage 3 quando i) se verifica evidência objetiva de imparidade que resulta de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros, e ii) quando esse evento (ou eventos) produza impactos ao nível dos fluxos de caixa futuros destes instrumentos, os quais podem ser razoavelmente estimados.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Crédito ao consumo
- Crédito a pequenos negócios
- Crédito ao Setor Público
- Crédito a empresas do Grupo
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, a imparidade ou deriva da análise individual ou coletiva.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações", sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

No âmbito da implementação da norma IFRS 9, foi definida uma abordagem metodológica para apuramento de imparidade para a carteira de dívida soberana do Grupo CGD (carteira titulada e crédito concedido). Em síntese apresenta-se os pressupostos do Modelo de Imparidade Dívida Soberana:

- Aplicar parâmetros de Risco Externo (fonte: Moody's) - Probabilidade de Default (PD):
- Para exposições diretas a risco Soberano (exemplo: obrigações do Tesouro e Crédito) e no stage 1, aplica-se a PD correspondente ao upgrade de um nível de rating, desde que sejam observáveis informações externas com perspetivas económicas positivas e que o outlook do rating não seja negativo;
- Para exposições indiretas ao Soberano em stage 1 (exemplo: empresas com aval do Estado) será aplicada a PD 12 Meses do rating do Pais do Soberano;
- Operações classificadas em stage 2 e 3, aplica-se a PD Life Time ajustada à maturidade residual da notação externa atribuída ao Estado com base nas default rates acumuladas de uma agência de rating.
- Utilização da LGD de 45% (regulamentar);

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Conforme referido na Nota 2.2. c), os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas diretamente em capital próprio, na rubrica "Reservas de justo valor".

f) Passivos financeiros

O Banco classifica os seus instrumentos financeiros enquanto passivos financeiros quanto existe uma obrigação contratual para que a sua liquidação seja realizada mediante a entrega de dinheiro, ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua

forma legal. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros passivos".

Os passivos financeiros são valorizados subsequentemente pelo custo amortizado sendo os juros, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

Caso o Banco recompre dívida emitida, a mesma é desreconhecida do Balanço sendo o diferencial entre o valor contabilístico do mesmo e o valor de recompra reconhecido em resultados do período.

g) Ativos recebidos por recuperação de créditos

Em 2023, os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, foram registados tendo em consideração o estabelecido na Politica contabilística de reconhecimento inicial de imóveis recebidos em reembolso de crédito. De acordo com a referida política os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos serão valorizados, no seu reconhecimento inicial pelo menor entre o valor de arrematação e o valor do balanço líquido de imparidade do (s) crédito (s) concedido (s) objeto de recuperação que lhe estejam diretamente associado (s). Com a adoção deste procedimento pretende-se assegurar que não ocorrerão reversões de imparidade originalmente afetas ao crédito, as quais no âmbito do modelo de imparidades em uso no BCA conforme requisitos da IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" terão tido em consideração a existência deste colateral.

Subsequentemente ao seu registo inicial em balanço, estes ativos serão valorizados ao menor entre o custo de aquisição determinado de acordo com os princípios prescritos na referida política e o respetivo justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda.
Em geral, as seguintes condições devem ser atendidas para que um ativo seja classificado como mantido para venda:

- A gestão está comprometida com um plano de venda;
- O ativo está disponível para venda imediata;
- Um programa ativo para localizar um comprador é iniciado;
- A venda é altamente provável, dentro de 12 meses de classificação como mantido para venda (sujeito a exceções limitadas);
- O ativo está sendo ativamente comercializado para venda a um preço de venda razoável em relação ao seu valor justo;
- As ações necessárias para completar o plano indicam que é improvável que o plano seja significativamente alterado ou retirado.

Estes ativos têm um acompanhamento sistemático sobre o valor atribuído aos imóveis adquiridos, identificando eventuais indícios de alterações significativas de valor e consequente ajuste dos valores das últimas avaliações disponíveis ou obtenção de novas avaliações.
Quando o valor contabilístico dos ativos não correntes corresponde ao justo valor menos custos de venda, o nível de justo valor da hierarquia da IFRS 13 corresponde maioritariamente ao nível 3.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os ganhos

ou perdas registados na rubrica "Outros resultados de exploração".

h) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são inicialmente reconhecidas ao custo de aquisição, sendo incluídos na sua valorização os custos de transação diretamente relacionados e incorridos com a sua aquisição. As propriedades de investimento não são depreciadas, sendo subsequentemente valorizadas ao justo valor, determinado periodicamente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, na rubrica "Outros resultados de exploração".

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica é integralmente composta por terrenos.

i) Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
Mobiliário e material de escritório	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	3 a 5
Equipamento de segurança	8
Outro equipamento	5

Para os bens adquiridos a partir de 2015 as taxas aplicadas são as constantes da tabela fixada pelo Boletim Oficial nº 52 de 28 Agosto 2015, nomeadamente:

	Anos de vida útil
Imóveis Serviço próprio	33
Material Transporte	3 e 7
Equipamento Informático	3
Equipamento Segurança	3 e 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos. Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedades de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de ativos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso, calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida, e o justo valor menos custos estimados de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo, até ao limite de valor que o ativo teria, caso nunca lhe tivessem sido imputadas perdas de imparidade.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas. As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus ativos tangíveis.

j) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com desenvolvimento interno, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para a entidade.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

k) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas controladas ("filiais/subsidiárias"). Subsidiárias são todas as entidades (incluído as entidades estruturadas) sobre as quais o Banco tem controlo. O Banco controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividade

relevantes da entidade. A rubrica inclui ainda empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto ou, se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência direta na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efetiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas/subsidiárias.

Quando a quota-parte das perdas atribuíveis ao Banco é equivalente, ou excede o valor da participação financeira nas filiais e associadas, este reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

Os ganhos e perdas não realizados entre o Banco e as suas filiais e associadas são eliminados na proporção do interesse do Banco nestas entidades. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação dê evidência adicional de uma imparidade sobre o ativo transferido.

As políticas contabilísticas das filiais e das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as do Banco.

l) Impostos sobre lucros

O Banco está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 22%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não aceites/tributáveis para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, com base nas regras fiscais em vigor.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os ativos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados ativos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor. Apesar disto, não são

registados impostos diferidos relativos ao reconhecimento inicial de goodwil e de diferenças temporárias que não resultem de concentrações de atividades empresariais, e que não tenham sido originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem a recuperabilidade de instrumentos financeiros, nomeadamente imparidade de créditos `clientes e créditos titulados.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

m) Provisões e passivos contingentes

Esta rubrica do passivo engloba as provisões constituídas para fazer face a riscos associados a processos judiciais, com base na avaliação da probabilidade de condenação indicada pelos advogados que acompanham os processos. Assim sendo, uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser mensurado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Banco divulga tal facto como passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo o Banco a entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Gestão, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

O Banco reconhece uma provisão para contratos onerosos, na data em que, para o contrato em curso, se determine que o custo de satisfazer a obrigação assumida excede os benefícios económicos estimados. Esta análise é efetuada contrato a contrato de acordo com a informação prestada pelos responsáveis dos projetos.

O Banco reconhece uma provisão, sempre que tenha assumido a obrigação de restituir locais arrendados a terceiros, nos quais efetuou obras ou implantou ativos, de acordo com as condições em que estes se encontravam à data do início do contrato de arrendamento. A provisão é calculada com base na estimativa dos custos a suportar com o desmantelamento, e o período em que se estima a sua realização, considerando o prazo de arrendamento negociado.

Os reforços e reversões de provisões relacionados com processos judiciais são registados nas rubricas "Provisões líquidas de reposições e anulações".

Sobre o Banco encontra-se instaurado a Ação Ordinária de Impugnação Pauliana n.º 38/22 registado no 1º Juízo Civil do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, em que a autora é a empreiteira das obras de construção da 2º fase do empreendimento "Parque das Dunas", pertencente à Capotur. A mesma alega ter créditos sobre a Capotur referentes a esse contrato de empreitada e ter direito de retenção sobre o imóvel, pelo que pede a restituição do imóvel. O BCA foi citado a 01 de Agosto de 2022, e em 24 de fevereiro de 2023 o BCA contestou a ação. Aguarda a marcação da data da audiência conciliatória preliminar e do julgamento. O Advogado da causa considera que, a dação em cumprimento foi legitimamente executada e está devidamente titulada. Não existem argumentos de facto e de direito consistentes, do lado dos autores, que permitam considerar a possibilidade de procedência da ação. O direito de retenção alegado pela Autora não existe. No limite, tendo o Banco de restituir o imóvel em causa, o crédito que se pretendeu liquidar com o mesmo teria de ser reativado nas contas do Banco. O advogado considera ser possível a existência de uma obrigação legal por parte do Banco.

n) Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

o) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados". Os principais benefícios concedidos pelo Banco são relativos aos encargos com saúde.

i) Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

Em agosto de 2019, na sequência do acordo tripartido assinado entre o Estado, o INPS e o BCA, o Sistema Privativo de Segurança Social do BCA- SPSS foi transferido para o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS por contrapartida dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira – TCMFs, deixando o BCA de ter quaisquer responsabilidades adicionais com o fundo de pensões de reforma e sobrevivência desses trabalhadores.

De acordo com o regime aplicável, o Banco e os empregados contribuem com uma percentagem de 11% e 6%, respetivamente, da massa salarial (excluindo subsídios de férias e de Natal).

O Banco não tinha responsabilidades com os empregados que passaram ao quadro efetivo a partir de julho de 1998, dado que estes se encontram abrangidos pelo regime geral de Segurança Social, nos termos dos contratos de trabalho celebrados.

O Banco assumiu o compromisso de suportar uma parte dos encargos com saúde

dos seus funcionários, para os empregados que passaram ao quadro efetivo até junho de 1998. Para este efeito, o Banco e os seus funcionários contribuem mensalmente com montantes correspondentes a 4% e 2%, respetivamente, da massa salarial.

As responsabilidades definidas com base na avaliação atuarial dos encargos estimados com as despesas de saúde são registadas na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados – assistência médica" (Nota 16).

ii) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

O Banco não regista qualquer provisão para subsídio de férias dos seus empregados, dado o direito a estes benefícios ser adquirido no ano em que são usufruídos/recebidos pelos empregados.

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando o Banco cessa o emprego antes da data normal de reforma, ou quando um empregado aceita a cessação de emprego em troca destes benefícios. O Banco reconhece a responsabilidade com benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas: na qual o Banco deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual o Banco reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses, após o final do período de reporte, são descontados para o seu valor presente.

p) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efetiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas, sendo registadas na rubrica "Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado".

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período, sendo as restantes reconhecidas em rendimentos no momento do seu recebimento.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

q) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

r) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito", correspondendo a instrumentos financeiros imediatamente mobilizáveis, ou com maturidades iguais ou inferior a 3 meses, e com risco de variação de justo valor reduzido.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

s) Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

No caso de aumento de capital, o prémio de emissão corresponde à diferença entre o valor de subscrição e o valor nominal.

As prestações suplementares de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento nas rubricas de capital próprio.

t) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo acionista.

u) Segmentos Operacionais

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

-Corporate Finance - inclui a atividade relacionada com a gestão títulos de Dívida Pública, obrigações de empresas nacionais, instrumentos de capital e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

-Negociação e vendas – compreende a atividade relacionada com a gestão de aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito.

-Pagamento e liquidação – inclui a atividade relacionada com operações de crédito e débito.

-Banca comercial – inclui a atividade de captação de recursos junto de empresas. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, descontos de letras, bem como o crédito ao setor público.

-Banca de retalho – compreende a atividade bancária junto dos particulares. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito à habitação, e também os depósitos captados junto de particulares.

-Outros – Restantes atividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

v) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

a) Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a

metodologia descrita na Nota 2.2.4 e). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação. A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia implicar o reconhecimento de perdas de imparidade, que não as que se encontram atualmente contabilizadas.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia, apresentada, na Nota 16 permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela IFRS9.

b) Valorização de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Conforme descrito na Nota 2.2.4 c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes ativos são reconhecidas por contrapartida das "Reservas de reavaliação". Sempre que exista evidência objetiva de valorização, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser desreconhecidas.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de valorização pode revestir-se de alguma subjetividade. O Banco determina a existência ou não de desvalorização nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IFRS9 (ver Nota 2.2.4 e).

De acordo com a IFRS 9, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.2.4 c), em conformidade com a IFRS 13 – justo Valor. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço (ver Nota 5).

c) Valorizações de imóveis

A valorização dos imóveis registados na rubrica de Outros Ativos – Bens Arrematados considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia do Banco para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante.

d) Benefícios dos empregados – Plano de saúde

Conforme referido na Nota 2.2.4 o), as responsabilidades do Banco por benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à

melhor estimativa do Banco e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis (ver Nota 28).

e) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2015 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC), o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à dedutibilidade de custos com imparidade para crédito e benefícios dos empregados, considerando que para efeitos fiscais seriam aceites as imparidades calculadas nos termos previstos na IFRS9, e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2016 e 2015.
Os impostos diferidos ativos são desreconhecidos na medida em que se prevê a existência de resultados tributáveis futuros. Tantos os impostos diferidos ativos como os impostos diferidos passivos são calculados com base na legislação fiscal Cabo-Verdiana – alterações na interpretação que a Gestão realiza sobre esta legislação podem influenciar os impostos diferidos reconhecidos nas contas do Banco.

w) Resultados por ação – básico e diluídos

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

y) Locações

A IFRS 16 – "Locações" estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, mensuração, à apresentação e à divulgação dos contratos de locação, com o objetivo de garantir informações pertinentes que representem fielmente estas transações.

Locador

As locações continuam a ser classificadas locações financeiras ou locações operacionais,

não implicando alterações significativas face ao definido anteriormente.

Locatário

A norma define um único molde de contabilização de contratos de locação, que emerge no reconhecimento de um ativo sob direito de uso e de um passivo de locação para todos os contratos de locação à exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido, sendo que nesse caso, deverá reconhecer os pagamentos de locação associados a esses contratos como despesas.

Na data de entrada em vigor de um contrato de locação, o locatário mensura o ativo sob direito de uso pelo seu custo. O custo do ativo inclui: i) o montante de mensuração inicial do passivo de locação; ii) quaisquer pagamentos de locação efetuados na data da entrada em vigor ou antes desta, deduzidos os incentivos à locação recebidos e, iii) uma estimativa dos custos a serem suportados pelo locatário com o desmantelamento e a remoção do ativo subjacente.
Após essa data, o locatário mensura o ativo sob direito de uso pelo custo: i) depois de deduzidas as depreciações e as perdas por imparidade acumuladas; e ii) depois de ajustado em função de uma eventual remensuração do passivo de locação.

A depreciação dos ativos sob direito de uso é efetuada de acordo com os requisitos previstos na IAS 16 – "Ativos Tangíveis". Se a locação transferir a propriedade do ativo subjacente para o locatário no fim do prazo da locação, ou se o custo do ativo sob direito de uso refletir o facto de o locatário ir exercer uma opção de compra, o locatário deve depreciar o ativo sob direito de uso desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente. Caso contrário, o locatário deve depreciar o ativo sob direito de uso desde a data de entrada em vigor até à data de termo da vida útil do ativo sob direito de uso, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja inferior.

À data de entrada em vigor, o locatário deve mensurar o passivo da locação pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam liquidados nessa data. Os pagamentos de locação devem ser descontados à taxa de juro implícita na locação, se essa taxa puder ser facilmente determinada. Se a taxa não puder ser facilmente determinada, o locatário deve utilizar a taxa incremental de financiamento do locatário.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo da locação compreendem os seguintes pagamentos pelo direito de usar o ativo subjacente durante o prazo de locação que não tenham sido efetuados nessa data: i) os pagamentos fixos (incluindo os pagamentos fixos em substância descritos no parágrafo B42) da IFRS 16, deduzidos os incentivos à locação a receber; ii) os pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente utilizando o índice ou a taxa à data de entrada em vigor; ii) as quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual; iii) o preço do exercício de uma opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e iv) os pagamentos de sanções por rescisão e locação quando aplicável.

Após essa data, o locatário deve mensurar o passivo da locação: i) aumentando a quantia escriturada de modo a refletir os juros sobre o passivo da locação; ii) reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os pagamentos de locação efetuados; e iii) remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração da locação.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2023	2022
Caixa		
. Moeda nacional	709 449	537 835
. Moeda estrangeira	657 270	667 612
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
. Moeda nacional	3 467 478	2 674 174
	4 834 197	3 879 621

A rubrica Caixa – Moeda nacional, foi alvo de um aumento substancial de 171.614 contos, provocado pelo aumento de cerca de 106 mil contos no stock de CVE na tesouraria do banco, pelo aumento de cerca de 104 mil contos no stock de CVE nas máquinas ATM e pela redução de cerca de 39 mil contos no stock de CVE para envio ao BCV.

A rubrica Caixa – Moeda estrangeira, foi alvo de uma ligeira redução, em cerca de 10.342cts, justificado pelo aumento do stock de Euro em cerca de 44 mil contos, redução do stock de Dólar em cerca de 28 mil contos, redução do stock de CHF em cerca de 10 mil contos e redução do stock de moeda estrangeira em trânsito em cerca de 21 mil contos.

O stock de CVE no BCV, aumento substancialmente face ao ano anterior em cerca de 793.304 mil contos. Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 10% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes, emigrantes e não residentes. A partir de 2014, foi fixada uma percentagem mínima diária de 20% do montante de reservas mínimas que as instituições financeiras devem manter nas contas de depósito à ordem.

Nos exercícios de 2023 e 2022, estes depósitos não foram remunerados. A partir de 01 de janeiro de 2018 estas disponibilidades passaram a corresponder a 13% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes. Devido a pandemia da Covid19, umas das medidas do BCV recaiu sobre a alteração da taxa para 10% a partir de abril de 2020.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Depósitos à ordem		
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	426 162	401 780
. Unicredito Italiano SpA	19 203	19 865
. Outras	151 029	288 937
	596 393	710 582
Cheques a cobrar:		
Sobre o país	105 299	144 886
Sobre o estrangeiro	10 217	26 019
	115 517	170 905
	711 910	881 487

Nos exercícios de 2023 e 2022, estes depósitos não foram remunerados.

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do mês seguinte.

Em termos de rating do país, considerando as classificações da agência Fitch os correspondentes

encontram-se classificadas como Investimento (Credit Rating de AAA até BBB).

De notar que a CGD, onde constata-se maior exposição, desde março 2022 foi classificada como Investimento, afirmado na melhoria da qualidade de ativos mesmo durante o período pandémico, a resiliência da rendibilidade assente na liderança de mercado e fortes níveis de eficiência e os melhores rácios de capital.

5. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Instrumentos de capital	50 673	104 123
	50 673	104 123

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os instrumentos financeiros classificados na categoria de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral apresentam a seguinte composição:

			2023			2022		
Titulo	% de participação	Custo de aquisição	Reserva de Justo Valor (Nota 19)	Valor de balanço (Líquido)	Reserva por Imposto Diferido (Nota 19)	Reserva de Justo Valor (Nota 19)	Valor de balanço (Líquido)	Reserva por Imposto Diferido (Nota 19)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor								
Visa International Service Association	0,01%	1 313	44 677	46 471	-	35 167	38 670	-
A Promotora, Sociedade Capital de Risco CV, S.A.R.L.	0,00%	50 000		-	-		40 100	-
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	0,00%	10 134	-	-	-	6 602	16 736	-
Fundo G.A.R.I.	2,97%	4 203		4 203	-		4 203	-
SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	0,00%	1 750	-	-	-	2 665	4 415	-
		67 399	44 677	50 673	-	44 434	104 123	-

As ações da VISA e Fundo Gari, foram enquadradas na norma sobre Politica de Avaliação de Posições Próprias em Títulos e Derivados reconhecidos ao Justo Valor, onde se incluiu a reavaliação das participações com base nas informações observáveis no mercado.

Relativamente a "A Promotora", que se encontrava-se em fase de liquidação, informamos que em 2023 foi reembolsado a totalidade do capital investido pelo BCA na sua constituição.

Informamos ainda que as ações da SCT – Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos e da SITA foram alienados em 2023, produzindo uma mais-valia de 13.284 mCve.

A informação referente aos dividendos obtidos com os instrumentos financeiros que se encontram valorizados de acordo com justo valor através outro rendimento integral encontra-se na "Nota 22".

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2023	2022
Aplicações de crédito no país:		
. No Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de intervenção monetária	3 413 000	3 450 000
- Aplicações a muito curto prazo	21 000 000	21 000 000
	24 413 000	24 450 000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
. Aplicações a muito curto prazo		
- Caixa Geral de Depósitos, S.A.	2 668 209	3 241 630
. Depósitos a prazo		
- Caixa Geral de Depósitos	1 102 650	1 102 650
. Contas caução		
- Outras instituições de crédito no exterior	23 531	23 471
	3 794 390	4 367 751
Juros a receber	4 997	1 642
Proveitos diferidos	(9 133)	(2 504)
	28 203 254	28 816 889

Esta rubrica incluí uma caução junto da VISA, sendo de mCve 23.531 em 2023 e mCve 23.471 em 2022.

Registou-se evolução positiva das transações comerciais em Moeda Estrangeira apresentando maiores disponibilidades nos Correspondentes. De frisar que as aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro, realizadas na CGD, representam as aplicações efetuadas e que estiveram em carteira, sendo que em Dezembro de 2023 constaram aplicações que totalizaram um montante de 8,0MUSD (registando uma diminuição de 2MUSD face a 2022) e 27,0MEUR (registando uma diminuição de 3MEUR face a 2022).

7. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Crédito interno a curto prazo:		
. Créditos em conta corrente	1 444 302	964 761
. Descobertos em depósitos à ordem	61 389	53 070
. Cartões de crédito	207 281	166 294
Crédito interno a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	32 795 600	31 788 009
Crédito externo a curto prazo:		
. Créditos em conta corrente	0	700
. Descobertos em depósitos à ordem	235	249
. Cartões de crédito	6 323	6 746
Crédito externo a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	237 926	227 533
. Créditos em conta corrente	30 000	-
Outros créditos e valores a receber (titulados)	3 854 584	3 762 733
Crédito ao pessoal	1 524 042	1 545 335
	40 161 681	38 515 429
Juros a receber	111 396	107 403
Comissões e outros proveitos diferidos	(279 858)	(260 176)
Custos diferidos	812	1 043
Crédito e juros vencidos	2 498 008	3 014 565
	42 492 039	41 378 263
Imparidade de crédito a clientes (Nota 16)	(2 364 822)	(2 614 104)
	40 127 217	38 764 159
Títulos da Dívida Pública		
Valor Nominal	15 912 635	15 609 330
Juros a receber	160 256	162 932
	16 072 892	15 772 262
	56 200 109	54 536 421

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados) " reflete o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber" (Nota 2.2.4 c)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Título	2023	2022	Maturidade
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	1 458 220	1 458 220	14/06/2027
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche E	982 727	982 727	14/06/2025
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche F	223 283	287 078	27/07/2026
Câmara Municipal da Praia	149 962	171 386	23/07/2030
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	119 402	149 253	25/08/2027
Câmara Municipal do Sal	-	34 935	30/03/2023
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	66 569	66 569	18/02/2017
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	41 781	41 781	31/07/2024
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche G	-	77 315	06/01/2023
ANMCV - Associação Nacional Municipio Cabo Verde	137 131	182 841	12/11/2026
CORREIOS CABO VERDE	92 647	105 000	03/03/2031
MORABI-Cooperativa Poupança Crédito	100 000	100 000	15/03/2032
A.C.E.PRRA_O	166 427	213 978	24/03/2027
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche H	107 959	-	09/07/2025
Câmara Municipal do Sal serie B	206 825	-	22/03/2028
Câmara Municipal Rª Grande serie A	110 000	-	20/07/2033
	3 962 934	3 871 083	

As obrigações emitidas pela "Electra – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L.", "IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A" e a "MORABI-Cooperativa Poupança Crédito" têm aval do Estado de Cabo Verde.

Os empréstimos aos colaboradores em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as obrigações com aval do Estado de Cabo Verde ascendem a mCve. 2.872.189 e 2.905.341, respetivamente. O crédito vivo com Aval do Estado ascende em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a mCVe 950.271 e 1.032.855 e os com carta conforto do Estado ascende a mCve 1.358.960 e 1.338.068 respetivamente.

A análise dos prazos residuais encontra-se na Nota 34 (divulgações relativas a instrumentos financeiros).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o crédito bruto concedido a clientes, incluindo crédito e juros vencidos e excluindo "Outros créditos e valores a receber – titulados", dívida Pública, juros corridos, comissão e custos diferidos, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	31.12.2023								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura			-	195 819 144	67 336 677	263 155 821	195 819 144	67 336 677	263 155 821
Pesca			-			-	-	-	-
Indústrias extractivas			-			-	-	-	-
Extracção de produtos energéticos			-			-	-	-	-
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos			-			-	-	-	-
Indústrias transformadoras			-	1 005 422 506	164 249 183	1 169 671 689	1 005 422 506	164 249 183	1 169 671 689
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco			-			-	-	-	-
Indústria têxtil			-			-	-	-	-
Indústria do couro e de produtos de couro			-			-	-	-	-
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras			-			-	-	-	-
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão			-			-	-	-	-
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combust. nuclear			-			-	-	-	-
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais			-			-	-	-	-
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas			-			-	-	-	-
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas			-			-	-	-	-
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos			-			-	-	-	-
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos			-			-	-	-	-
Fabrico de máquinas e de equipamentos			-			-	-	-	-
Fabrico de mobiliário e de colchões			-			-	-	-	-
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica			-			-	-	-	-
Fabrico de material de transporte			-			-	-	-	-
Indústrias transformadoras não especificadas			-			-	-	-	-
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás			-	169 276 845	500	169 277 345	169 276 845	500	169 277 345
Construção			-	911 206 099	181 185 444	1 092 391 543	911 206 099	181 185 444	1 092 391 543
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.			-	3 550 619 998	176 420 827	3 727 040 825	3 550 619 998	176 420 827	3 727 040 825
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)			-	1 623 570 853	231 565 389	1 855 136 241	1 623 570 853	231 565 389	1 855 136 241
Transportes, armazenagem e comunicações	371 455 249		371 455 249	678 966 954	5 581 337	684 548 292	1 050 422 203	5 581 337	1 056 003 541
Actividades de informação e de comunicação	281 875 257		281 875 257	770 659 775	4 158 623	774 818 398	1 052 535 032	4 158 623	1 056 693 655
Actividades financeiras			-	-	-	-	-	-	-
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões			-			-	-	-	-
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social			-			-	-	-	-
Actividades auxiliares de intermediação financeira			-			-	-	-	-
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas			-	148 979 841	573 516 559	722 496 399	148 979 841	573 516 559	722 496 399
Actividades imobiliárias			-	148 979 841	573 516 559	722 496 399	148 979 841	573 516 559	722 496 399
Outras actividades			-			-	-	-	-
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	4 601 973		4 601 973	72 584 551	64 119 259	136 703 811	77 186 525	64 119 259	141 305 784
Actividades administrativas e dos serviços de apoio			-	-	-	-	-	-	-
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2 186 010 469	267 905	2 186 278 375	-	-	-	2 186 010 469	267 905	2 186 278 375
Educação			-	35 938 670	3 088 029	39 026 699	35 938 670	3 088 029	39 026 699
Saúde e segurança social			-	459 121 335	16 691 099	475 812 434	459 121 335	16 691 099	475 812 434
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	7 895 867	36 599	7 932 465	786 221 023	65 039 914	851 260 936	794 116 889	65 076 513	859 193 402
Famílias com empregados domésticos			-			-	-	-	-
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais			-			-	-	-	-
	2 851 838 815	304 504	2 852 143 319	10 408 387 594	1 552 952 839	11 961 340 433	13 260 226 409	1 553 257 343	14 813 483 752
Particulares									
Habitação			-	16 863 729 402	643 116 562	17 506 845 964	16 863 729 402	643 116 562	17 506 845 964
Outros fins			-	6 183 140 881	193 284 434	6 376 425 315	6 183 140 881	193 284 434	6 376 425 315
	-	-	-	23 046 870 283	836 400 996	23 883 271 280	23 046 870 283	836 400 996	23 883 271 280
	2 851 838 815	304 504	2 852 143 319	33 455 257 877	2 389 353 836	35 844 611 713	36 307 096 692	2 389 658 340	38 696 755 032

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	31.12.2022								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura			-	116 190 045	28 828 292	145 018 337	116 190 045	28 828 292	145 018 337
Pesca			-			-	-	-	-
Indústrias extractivas			-			-	-	-	-
Extracção de produtos energéticos			-			-	-	-	-
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos			-			-	-	-	-
Indústrias transformadoras			-	1 023 317 974	161 175 571	1 184 493 545	1 023 317 974	161 175 571	1 184 493 545
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco			-			-	-	-	-
Indústria têxtil			-			-	-	-	-
Indústria do couro e de produtos de couro			-			-	-	-	-
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras			-			-	-	-	-
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão			-			-	-	-	-
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combust. nuclear			-			-	-	-	-
Fabrico de prod. quím. e de fibras sintéticas ou artificiais			-			-	-	-	-
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas			-			-	-	-	-
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas			-			-	-	-	-
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos			-			-	-	-	-
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos			-			-	-	-	-
Fabrico de máquinas e de equipamentos			-			-	-	-	-
Fabrico de mobiliário e de colchões			-			-	-	-	-
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica			-			-	-	-	-
Fabrico de material de transporte			-			-	-	-	-
Indústrias transformadoras não especificadas			-			-	-	-	-
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás			-	16 958 981	500	16 959 481	16 958 981	500	16 959 481
Construção			-	952 770 690	178 111 349	1 130 882 039	952 770 690	178 111 349	1 130 882 039
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.			-	2 515 248 417	733 461 526	3 248 709 943	2 515 248 417	733 461 526	3 248 709 943
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)			-	1 816 233 696	179 680 961	1 995 914 657	1 816 233 696	179 680 961	1 995 914 657
Transportes, armazenagem e comunicações	70 537		70 537	668 173 304	4 678 646	672 851 950	668 243 841	4 678 646	672 922 488
Actividades de informação e de comunicação	180 197 492		180 197 492	550 594 722	1 800 298	552 395 020	730 792 215	1 800 298	732 592 513
Actividades financeiras			-	-	-	-	-	-	-
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões			-			-	-	-	-
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social			-			-	-	-	-
Actividades auxiliares de intermediação financeira			-			-	-	-	-
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas			-	271 812 715	570 030 102	841 842 816	271 812 715	570 030 102	841 842 816
Actividades imobiliárias			-	271 812 715	570 030 102	841 842 816	271 812 715	570 030 102	841 842 816
Outras actividades			-			-	-	-	-
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	1 303 919		1 303 919	63 110 795	63 540 693	126 651 489	64 414 714	63 540 693	127 955 407
Actividades administrativas e dos serviços de apoio			-	-	-	-	-	-	-
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2 937 270 124	221 101	2 937 491 225	-	-	-	2 937 270 124	221 101	2 937 491 225
Educação			-	36 426 392	1 621 102	38 047 494	36 426 392	1 621 102	38 047 494
Saúde e segurança social			-	473 215 428	7 841 427	481 056 855	473 215 428	7 841 427	481 056 855
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	2 261 391	2 140	2 263 531	824 821 608	110 356 677	935 178 285	827 082 999	110 358 817	937 441 815
Familias com empregados domésticos			-			-	-	-	-
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais			-			-	-	-	-
	3 121 103 463	223 241	3 121 326 704	9 328 874 768	2 041 127 143	11 370 001 912	12 449 978 232	2 041 350 384	14 491 328 616
Particulares									
Habitação			-	16 416 476 095	693 165 673	17 109 641 767	16 416 476 095	693 165 673	17 109 641 767
Outros fins			-	5 886 241 851	171 698 786	6 057 940 637	5 886 241 851	171 698 786	6 057 940 637
	-	-	-	22 302 717 946	864 864 458	23 167 582 404	22 302 717 946	864 864 458	23 167 582 404
	3 121 103 463	223 241	3 121 326 704	31 631 592 714	2 905 991 602	34 537 584 316	34 752 696 177	2 906 214 843	37 658 911 020

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as imparidades de crédito tem a seguinte composição:

	31.12.2023				31.12.2022			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Administrações Públicas	234 698	-	0	234 698	253 671	-	0	253 671
Empresas Não Financeiras	64 775	223 717	1 260 616	1 549 109	100 572	345 729	1 301 058	1 747 359
Famílias	58 390	106 078	416 547	581 015	51 315	115 123	446 636	613 074
	357 863	329 796	1 677 163	2 364 822	405 559	460 852	1 747 693	2 614 104

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as tabelas seguintes consideram como exposição total o crédito concedido, com exceção de crédito titulado (nomeadamente crédito e juros vivos e vencidos e comissões e outros valores diferidos):

Segmento	Esposição Total 31.12.2023	Dias de atraso <90		Sub-total	Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90 dias	Imparidade Total 31.12.2023	Dias de atraso<30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
		Baixo risco de crédito	Aumento Significativo risco de crédito								
Construção e CRE	2 528 214 438	1 467 976 457	103 971 493	1 571 947 950	100 400 228	956 266 489	665 302 876	5 086 064	983 822		613 917 997
Consumo e outros part.	6 232 442 439	6 016 224 619	66 089 092	6 082 313 711	48 018 932	150 128 728	143 866 014	11 249 719	4 494 009		67 652 992
Empresas (exc. Const e CRE)	12 254 898 316	10 921 608 828	856 964 353	11 778 573 181	668 947 595	476 325 135	803 003 280	26 729 521	16 068 203		226 151 234
Habitação	17 483 264 811	16 664 738 785	249 217 715	16 913 956 500	205 876 691	569 308 311	437 103 377	14 779 244	8 391 677		272 876 408
Total	**38 498 820 005**	**35 070 548 690**	**1 276 242 652**	**36 346 791 342**	**1 023 243 446**	**2 152 028 662**	**2 049 275 548**	**57 844 548**	**29 937 712**	**0**	**1 180 598 630**

Segmento	Esposição Total 31.12.2022	Dias de atraso <90		Sub-total	Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90 dias	Imparidade Total 31.12.2022	Dias de atraso<30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
		Baixo risco de crédito	Aumento Significativo risco de crédito								
Construção e CRE	2.796.231.943	1.778.903.596	106.896.618	1.885.800.215	87.236.523	910.431.728	691.646.586	3.518.898	15.996.615		631.880.022
Consumo e outros part.	6.005.321.970	5.777.918.738	93.912.080	5.871.830.819	54.566.773	133.491.151	140.697.273	8.999.127	2.998.179	49	58.823.959
Empresas (exc. Const e CRE)	11.670.751.369	10.468.473.826	179.181.235	10.647.655.061	135.312.965	1.023.096.308	936.239.738	14.853.262	25.559.695		461.399.416
Habitação	17.006.553.659	16.064.251.020	289.780.768	16.354.031.788	196.796.579	652.521.871	472.376.428	11.233.644	4.415.881		301.305.456
Total	**37.478.858.941**	**34.089.547.181**	**669.770.701**	**34.759.317.882**	**473.912.840**	**2.719.541.059**	**2.240.960.025**	**38.604.932**	**48.970.370**	**49**	**1.453.408.854**

Ano de produção	Empresas (exc. Const e CRE)			Construção e CRE			Habitação			Consumo e outros part.		
	Número de operações	Montante	Imparidade Constituida	Número de operações	Montante	Imparidade Constituida	Número de operações	Montante	Imparidade Constituida	Número de operações	Montante	Imparidade Constituida
2009 e anteriores	70	395 916 604	74 454 770	26	553 528 536	291 234 814	1254	2 625 981 703	158 531 007	2388	157 696 514	23 847 713
2010	20	39 925 379	13 725 728	7	40 212 358	8 731 707	280	805 192 826	30 775 805	169	34 936 617	12 583 296
2011	24	357 150 219	41 444 055	4	13 720 548	4 681 505	288	1 033 007 224	70 354 023	207	20 719 088	608 752
2012	21	214 005 628	27 947 301	5	25 029 591	1 568 035	205	749 313 405	45 982 312	218	36 879 798	5 664 578
2013	29	295 986 938	51 775 408	6	39 129 109	33 642 529	137	511 757 100	15 584 639	232	19 548 552	1 449 845
2014	24	55 733 910	2 414 261	6	79 635 671	26 422 091	146	514 850 347	18 933 841	230	27 490 192	685 503
2015	49	398 519 038	21 535 546	3	221 068 055	143 462 537	115	421 956 758	4 057 407	346	39 444 737	1 546 961
2016	55	826 259 393	158 037 676	13	14 923 143	830 870	148	498 892 726	6 572 480	502	82 774 407	2 510 632
2017	75	605 029 182	17 452 475	10	31 459 147	2 374 784	158	635 492 841	21 291 701	684	76 313 767	5 758 601
2018	99	1 070 490 494	97 487 140	7	142 552 743	77 890 702	321	1 273 743 115	12 550 478	857	123 194 945	7 031 745
2019	198	1 141 837 546	25 407 526	21	51 854 539	1 991 331	277	1 099 925 291	11 951 986	1636	348 581 347	21 268 639
2020	352	1 360 332 973	154 351 801	56	225 946 757	15 779 224	307	1 454 674 860	8 878 104	1586	516 038 288	8 503 796
2021	250	1 283 931 924	25 658 384	35	112 902 646	26 712 518	411	2 144 928 495	11 774 728	2386	988 332 601	15 089 897
2022	358	1 920 674 943	49 922 724	54	590 364 156	3 982 807	389	2 055 715 714	14 691 887	3611	1 574 039 503	19 470 533
2023	388	2 289 104 145	41 388 487	66	385 887 440	25 997 421	307	1 657 832 407	5 172 979	3859	2 186 452 083	17 845 525
Total	**2 012**	**12 254 898 316**	**803 003 280**	**319**	**2 528 214 438**	**665 302 876**	**4 743**	**17 483 264 811**	**437 103 377**	**18 911**	**6 232 442 439**	**143 866 014**

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Segmento

	Empresas (exc. Const e CRE)		Construção e CRE		Habitação		Consumo e outros part.		Total	
31.12.2023	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Colectiva	11 385 143 094	473 739 388	1 592 406 120	46 169 332	17 359 398 885	389 897 917	6 216 669 073	138 541 288	36 553 617 172	1 048 347 925
Individual	869 755 222	329 263 892	935 808 319	619 133 544	123 865 926	47 205 460	15 773 366	5 324 726	1 945 202 833	1 000 927 623
Total	12 254 898 316	803 003 280	2 528 214 438	665 302 876	17 483 264 811	437 103 377	6 232 442 439	143 866 014	38 498 820 005	2 049 275 548

Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente. por segmento e setor (continuação)

Sector

	G-Comércio por grosso e a retalho		F-Construção		R-Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas		I-Atividades de alojamento e restauração		Q-Serviços de saúde humana e atividades de ação social		C-Indústrias transformadoras		P-Educação	
31.12.2023	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação														
Colectiva	3 095 777 017	62 039 300	870 563 060	22 541 345	89 711 150	2 843 809	1 625 748 171	254 190 779	473 654 445	5 171 897	1 211 767 277	20 332 402	64 779 111	3 526 211
Individual	668 564 741	231 158 721	165 610 221	88 227 992			175 837 545	85 163 460			138 557 350	78 173 390		
Total	3 764 341 758	293 198 020	1 036 173 280	110 769 338	89 711 150	2 843 809	1 801 585 716	339 354 239	473 654 445	5 171 897	1 350 324 627	98 505 792	64 779 111	3 526 211

H-Transportes e armazenagem		A-Agricultura, silvicultura e pesca		J-Informação e comunicação		E-Abastecimento de água		L-Atividades imobiliárias		O-Administração pública e defesa, segurança social obrigatória		S-Outros serviços	
Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
1 053 549 036	58 698 449	242 039 440	2 961 134	1 065 055 838	14 367 236	15 022 697	33 933	150 273 426	9 565 999	2 181 729 218	18 130 246	142 436 371	2 634 209
		31 036 322	10 820 428					570 829 395	409 996 833				
1 053 549 036	58 698 449	273 075 762	13 781 562	1 065 055 838	14 367 236	15 022 697	33 933	721 102 822	419 562 832	2 181 729 218	18 130 246	142 436 371	2 634 209

B - Industrias Extractivas		D - Eletrecidade, Gas, Vapor, Água quente e fria e ar frio		K - Atividades financeiras e de seguros		M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares		N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio		Total Não Particular	
Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
11 462 432	265	155 759 649	2 121 587	6 735 087	72 049	122 257 171	13 138 116	399 228 617	27 539 753	12 977 549 214	519 908 720
						44 931 186	38 963 800	10 196 781	5 892 813	1 805 563 541	948 397 436
11 462 432	265	155 759 649	2 121 587	6 735 087	72 049	167 188 357	52 101 916	409 425 398	33 432 566	14 783 112 755	1 468 306 157

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada

	31.12.2023											
	Exposição com baixo risco de crédito			Exposição com aumento significativo de risco de crédito			Exposições em situação de imparidade			Total		
Medida	Número de operaçoes	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	2	4 807 251	4 165	10	121 424 413	16 256 835	19	46 177 768	11 177 329	31	172 409 433	27 438 329
Periodo de carência											-	-
Redução da taxa de juro	3	15 479 950	111 702	6	17 546 433	630 243	22	280 682 463	130 464 970	31	313 708 845	131 206 915
Outros	1	65 871 155	33 061	9	27 870 004	913 082	48	1 145 320 285	555 844 587	58	1 239 061 445	556 790 730
Total	**6**	**86 158 356**	**148 927**	**25**	**166 840 851**	**17 800 160**	**89**	**1 472 180 516**	**697 486 886**	**120**	**1 725 179 723**	**715 435 974**

Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada

	31.12.2022											
	Exposição com baixo risco de crédito			Exposição com aumento significativo de risco de crédito			Exposições em situação de imparidade			Total		
Medida	Número de operaçoes	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	5	19.058.971	96.357	11	28.107.353	1.777.520	20	46.874.620	8.553.444	36	94.040.943	10.427.321
Periodo de carência				1	13.801.450	2.083.718				1	13.801.450	2.083.718
Redução da taxa de juro	2	5.743.468	8.682	12	35.493.187	1.461.613	21	244.056.878	101.519.360	35	285.293.534	102.989.655
Outros	2	7.477.236	20.690	16	86.176.197	4.691.731	56	1.212.537.892	616.973.237	74	1.306.191.325	621.685.658
Total	**9**	**32.279.675**	**125.729**	**40**	**163.578.186**	**10.014.583**	**97**	**1.503.469.390**	**727.046.041**	**146**	**1.699.327.251**	**737.186.352**

Movimentos de entradas e saidas na carteira de crédito reestruturado

		31.12.2023
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)		1 699 327 251
Créditos reestruturados no periodo		394 803 156
Juros corridos da carteira reestruturada		683 049
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-	121 355 625
Créditos reclassificados de reestruturado para "normal"	-	248 653 483
Outros		375 374
Saldo Final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)		**1 725 179 723**

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Movimentos de entradas e saidas na carteira de crédito reestruturado

		31.12.2022
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)		1 556 967 345
Créditos reestruturados no periodo		398 568 879
Juros corridos da carteira reestruturada		1 156 903
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-	205 774 445
Créditos reclassificados de reestruturado para "normal"	-	51 688 304
Outros		96 872
Saldo Final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)		**1 699 327 251**

	Empresas não-financeiras								Para aquisição habitação			
31.12.2023	**Empresas (exc. Const e CRE)**				**Construção e CRE**				**Habitação**			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
Justo valor	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
0,5 MCVE	1	576 773	80	132 387 728			15	8 729 213	6	959 827	2	7 033 833
>= 0,5 MCVE e < 1 MCVE	14	9 075 352	45	57 104 681	4	3 408 249	5	3 839 193	20	6 684 503	1	503 466
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	177	237 266 664	310	458 800 914	31	60 412 590	34	68 668 715	2018	3 897 796 448	10	15 855 881
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	154	457 393 881	30	113 397 377	25	83 561 868	7	28 803 851	1855	7 596 189 485	12	43 356 507
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	153	754 386 486	16	129 854 979	40	248 784 338	4	25 138 994	674	4 627 816 656	8	43 494 455
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	104	1 039 788 944	25	375 467 476	37	475 376 279	2	32 604 512	98	1 025 120 283	1	14 806 250
>= 50 MCVE	86	3 578 631 683	30	1 637 981 750	22	1 190 384 319	1	27 376 526	3	75 400 688	1	36 513 775
Total	689	6 077 119 783	536	2 904 994 906	159	2 061 927 642	68	195 161 003	4 674	17 229 967 890	35	161 564 168

	Empresas não-financeiras								Para aquisição habitação			
31.12.2022	**Empresas (exc. Const e CRE)**				**Construção e CRE**				**Habitação**			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
Justo valor	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
0,5 MCVE	2	874.567	73	122.792.048			12	10.346.077	9	1.154.939		
>= 0,5 MCVE e < 1 MCVE	11	5.530.287	35	49.449.558	3	1.878.282	11	13.869.408	28	8.300.496	2	729.654
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	189	251.962.254	263	423.702.673	31	47.122.876	30	66.356.747	2210	4.121.962.912	12	21.896.078
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	144	433.144.861	36	103.351.524	21	69.447.820	8	26.510.084	1815	7.503.810.297	11	45.165.832
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	155	814.914.601	20	150.060.468	36	237.422.063	5	27.700.692	608	4.262.563.457	9	48.159.679
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	105	965.933.039	22	366.344.381	44	535.422.739	2	34.476.851	83	872.873.692		
>= 50 MCVE	75	3.504.043.221	28	1.421.494.711	24	1.286.648.500	2	74.444.932	1	36.425.253		
Total	681	5.976.402.830	477	2.637.195.363	159	2.177.942.280	70	253.704.792	4.754	16.807.091.046	34	115.951.243

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Rácio de Cobertura pela garantia de operações dos segmentos de Empresas (exc. Const e CRE), construção, cre e OAR e H

Empresas não-financeiras

31.12.2023

	Segmento / Rácio	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	exposições em situação de imparidade	imparidade
	Empresas (exc. Const e CRE)					
Sem colateral associado	Sem colateral associado		3 095 698 981	134 348 010	42 736 637	66 804 933
1	>= 150%	403	3 525 152 906	1 261 389 395	906 986 198	452 414 407
2	<= 150% e > 125%	37	888 369 702	341 169 791	98 888 505	128 176 197
3	<= 125% e > 100%	20	1 156 873 219	76 616 151	45 710 968	47 314 793
4	< 100%	19	527 139 175	102 863 756	50 954 923	12 378 689
	Construção e CRE					
Sem colateral associado	Sem colateral associado		253 922 673	6 789 143	10 413 977	13 831 364
1	>= 150%	92	659 047 316	69 669 913	747 497 643	452 459 250
2	<= 150% e > 125%	10	174 823 061		201 593 281	148 053 353
3	<= 125% e > 100%	8	136 270 430	1 388 717	95 263 726	55 278 168
4	< 100%	10	160 219 007	9 415 962	1 899 590	281 094
	Habitação					
Sem colateral associado	Sem colateral associado		79 176 114	1 675 608	10 881 031	9 508 585
1	>= 150%	2378	6 500 797 409	307 571 599	206 110 991	67 436 810
2	<= 150% e > 125%	1238	5 876 870 200	191 806 435	195 205 448	118 558 419
3	<= 125% e > 100%	647	3 232 510 628	340 581 242	271 989 544	186 946 211
4	< 100%	23	124 837 790	52 252 783	90 997 987	57 967 922

Rácio de Cobertura pela garantia de operações dos segmentos de Empresas (exc. Const e CRE), construção, cre e OAR e Habitação

Empresas não-financeiras

31.12.2022

	Segmento / Rácio	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	exposições em situação de imparidade	imparidade
	Empresas (exc. Const e CRE)					
Sem colateral associado	Sem colateral associado		2.843.133.458	178.345.190	35.674.529	105.235.915
1	>= 150%	408	3.137.043.063	1.367.822.517	851.911.094	552.566.005
2	<= 150% e > 125%	41	669.348.321	125.278.546	131.971.959	87.005.546
3	<= 125% e > 100%	18	1.014.327.665	404.036.214	123.980.263	159.614.093
4	< 100%	19	639.117.616	133.889.508	14.871.428	31.818.180
	Construção e CRE					
Sem colateral associado	Sem colateral associado		303.596.707	15.122.488	45.865.677	15.844.207
1	>= 150%	91	866.424.234	117.559.300	696.795.313	472.802.887
2	<= 150% e > 125%	13	140.108.760		201.593.281	148.049.780
3	<= 125% e > 100%	6	135.068.401	49.840.993	46.038.624	54.541.185
4	< 100%	6	169.271.790	2.323.345	6.623.029	408.526
	Habitação					
Sem colateral associado	Sem colateral associado		64.910.238	6.537.941	12.063.191	11.460.414
1	>= 150%	2420	6.064.941.905	278.237.853	178.904.899	58.265.362
2	<= 150% e > 125%	1168	5.359.640.418	140.826.787	203.494.402	106.227.343
3	<= 125% e > 100%	744	3.629.711.295	363.333.808	354.677.864	234.313.556
4	< 100%	29	172.207.620	76.976.387	100.089.050	62.109.753

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica é composta por terrenos detidos pelo Banco, reclassificados de "Outros ativos tangíveis" na transição para as NIRF.

9. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros ativos tangíveis" nos exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	2023							
	Saldo em 31.12.2022							
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe--rências	Reclassi--ficações	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2023
Imóveis de serviço próprio								
Terrenos	53 655	-				-		53 655
Edifícios	2 008 049	(830 759)	2 796			(38 687)		1 141 399
Obras em imóveis arrendados	415 191	(372 430)				(5 008)	-	37 754
Equipamento								
Mobiliário e material de escritório	261 352	(239 104)	3 609	6 175	(230)	(6 143)	(0)	25 659
Máquinas e ferramentas	35 110	(28 634)	2 180	136		(2 477)	(9)	6 305
Equipamento informático	318 033	(271 170)	20 075	53 051		(47 587)	(94)	72 309
Instalações interiores	170 213	(125 982)	13 421	15 004	(686)	(7 764)	(136)	64 069
Material de transporte	191 557	(103 182)	28 914	21 150		(28 529)	(10 280)	99 631
Equipamento de segurança	212 190	(177 365)	18 660	9 702		(21 327)	-	41 859
Património Artístico	10 838	-				-		10 838
Outro equipamento	202 506	(150 074)	5 099	(11 303)		(10 312)	(4 048)	31 868
Ativos em Locação Operacional	98 838	(45 649)	26 403		914	(22 349)		58 157
Activos tangíveis em curso	92 688	-	173 188	(93 914)	(3 924)	-		168 039
	4 070 222	(2 344 348)	294 344	0	(3 926)	(190 183)	(14 566)	1 811 542

	2022							
	Saldo em 31.12.2021							
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe--rências	Reclassi--ficações	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2022
móveis de serviço próprio								
Terrenos	75.034	-					(21.379)	53.655
Edifícios	2.334.159	(916.728)		3.369		(40.277)	(203.233)	1.177.290
Obras em imóveis arrendados	429.618	(365.067)	1.654	(16.080)		(7.362)		42.762
Equipamento								
Mobiliário e material de escritório	259.211	(238.036)	5.328	4.152		(8.407)		22.248
Máquinas e ferramentas	34.658	(29.237)	3.140	-		(2.079)	(6)	6.476
Equipamento informático	288.527	(248.171)	24.513	8.005		(25.892)	(119)	46.863
Instalações interiores	147.517	(127.550)	13.901	16.443		(5.391)	(689)	44.231
Material de transporte	192.184	(99.620)	19.956	10.000		(27.924)	(6.220)	88.375
Equipamento de segurança	179.129	(159.327)	7.451	26.387		(18.696)	(118)	34.825
Património Artístico					10.838			10.838
Outro equipamento	173.049	(146.011)	34.528			(9.134)		52.432
Ativos em Locação Operacional	96.818	(35.301)	18.182			(22.094)	(4.415)	53.190
Activos tangíveis em curso	56.211		88.753	(52.275)				92.689
	4.266.113	(2.365.047)	217.406	0	10.838	(167.257)	(236.180)	1.725.873

Os mapas acima demonstram os movimentos nos ativos Tangíveis ao longo de 2023 e 2022. A reconciliação entre estes mapas e a Demostração de Resultados deverá ser feito somando a coluna de "Amortizações" deste mapa com a coluna de "Amortizações" do mapa dos Ativos Intangíveis (Nota 10).

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos tangíveis em curso referem-se à aquisição de equipamento informático, segurança, transporte e equipamentos diversos (87.523cts) e Obras em curso referente ao Edifício Farmácia, Data Center, Central operações e Novas instalações na Várzea (80.516cts) que ainda não tinha entrado em funcionamento no final do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos tangíveis em curso referem-se à aquisição de equipamento informático e Mobiliário (84.391cts) e Obras em curso referente ao Edifício Farmácia e Novas instalações na Várzea (8.298cts) que ainda não tinha entrado em funcionamento no final do exercício

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Banco tem registada imparidade para imóveis de serviço próprio no montante de mCve. 37.671 (Nota 16).

Os equipamentos em locação operacional são direitos de uso de acordo com o IFRS 16. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor dos ativos por direito de uso, o valor dos passivos de locação e a taxa de desconto aplicada apresentam a seguinte composição:

		2023						
Contratos	Maturidade	Ativo por Locação			Passivo por Locação			
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Liquido	Valor Bruto	Valor Liquidado	Valor Liquido	Taxa Desconto
Contrato 1	2 anos	1 647	343	1 303	1 647	320	1 327	0,73%
Contrato 2	5 anos	5 169	1 292	3 877	5 169	1 091	4 078	0,72%
Contrato 3	5 anos	11 030	368	10 663	11 030	303	10 727	0,64%
Contrato 4	5 anos	2 691	314	2 377	2 691	295	2 396	0,73%
Contrato 5	1 ano	516	86	430	516	83	433	0,71%
Contrato 6	5 anos	5 875	5 184	691	5 875	5 016	859	0,76%
Contrato 7	5 anos	4 888	163	4 725	4 888	134	4 753	0,64%
Contrato 8	1 ano	2 294	956	1 338	2 294	933	1 362	0,70%
Contrato 9	1 ano	1 275	425	850	1 275	413	862	0,69%
Contrato 10	1 ano	1 830	610	1 220	1 830	744	1 086	0,69%
Contrato 11	5 anos	2 669	1 023	1 646	2 669	889	1 780	0,72%
Contrato 12	10 anos	26 766	12 093	14 673	26 766	8 801	17 965	0,72%
Contrato 13	5 anos	4 318	2 951	1 367	4 318	2 732	1 586	0,76%
Contrato 14	5 anos	29 129	16 992	12 137	29 129	15 451	13 679	0,72%
Contrato 15	1 ano	1 146	287	860	1 146	278	869	0,71%
		101 244	43 086	58 157	101 244	37 484	63 760	

		2022						
Contratos	Maturidade	Ativo por Locação			Passivo por Locação			
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Liquido	Valor Bruto	Valor Liquidado	Valor Liquido	Taxa Desconto
Contrato 1	2 anos	1.647	1.167	480	1.647	1.137	510	0,72%
Contrato 2	5 anos	5.169	258	4.911	5.169	209	4.960	0,72%
Contrato 3	5 anos	10.380	8.590	1.790	10.380	8.248	2.132	0,76%
Contrato 4	5 anos	2.376	2.194	183	2.376	2.158	218	0,76%
Contrato 5	1 ano	516	86	430	516	83	433	0,70%
Contrato 6	5 anos	5.875	4.147	1.728	5.875	3.822	2.053	0,76%
Contrato 7	5 anos	4.599	3.806	793	4.599	3.655	945	0,76%
Contrato 8	1 ano	2.292	955	1.337	2.292	931	1.361	0,71%
Contrato 9	1 ano	1.273	424	849	1.273	412	861	0,72%
Contrato 10	1 ano	1.827	761	1.066	1.827	742	1.085	0,71%
Contrato 11	5 anos	2.669	489	2.180	2.669	407	2.262	0,72%
Contrato 12	10 anos	26.766	9.517	17.249	26.766	6.778	19.988	0,72%
Contrato 13	5 anos	4.318	2.087	2.231	4.318	1.843	2.475	0,76%
Contrato 14	5 anos	29.129	11.166	17.963	29.129	9.772	19.357	0,72%
		98.838	45.649	53.189	98.838	40.198	58.640	

Os contratos sujeitos a IFRS 16 são os edifícios onde estão instaladas algumas das agências do banco, sendo que a maturidade dos contratos encontra-se nos quadros anterior. Os direitos de uso e o passivo relacionados (ver nota 17).

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "Ativos intangíveis" nos exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2023						
	Saldo em 31.12.2022						
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe--rências	Reclassi--ficações	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2023
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	494 590	(416 095)	14 745	19 182		(41 950)	70 472
Outros activos intangíveis	649	(543)	-	-		(106)	-
Activos intangíveis em curso	36 533	-	107 584	(19 182)	(606)	-	124 329
	531 772	(416 638)	122 329	(0)	(606)	(42 056)	194 801

	2022						
	Saldo em 31.12.2021						
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe--rências	Reclassi--ficações	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2022
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	422 805	(382 330)	71 785	-		(33 765)	78 495
Outros activos intangíveis	649	(331)	-	-		(212)	106
Activos intangíveis em curso	-	-	36 533	-			36 533
	423 454	(382 661)	108 318	-	-	(33 977)	115 134

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

				2023
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data
Garantia - Companhia de Seguros de CaboVerde, S.A.R.L.	25%	100 000	412 131	31/12/2023
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10 000	166 269	31/12/2023
		110 000	578 400	

				2022
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data
Garantia - Companhia de Seguros de CaboVerde, S.A.R.L.	25%	100.000	366.249	31/12/2022
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	137.246	31/12/2022
		110.000	503.495	

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

Em 30 de abril de 2014, o Banco vendeu 20.000 ações, representativas de 10% do capital social da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. (Garantia), pelo montante de mCve. 123.497, passando a deter uma percentagem de participação no capital de 25%, tendo a operação gerado uma mais-valia de mCve. 66.884.

Em 8 de maio de 2014, a Garantia vendeu à Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) 89.504 ações representativas de 6,576% do capital social do Banco, pelo montante de mCve 313.635, reduzindo a sua participação no Banco de 12,5% para 5,76%. A operação gerou uma redução do valor de balanço no montante de mCve. 22.376, a qual foi registada por contrapartida de Capital Próprio. Adicionalmente, a venda dessa participação originou uma mais-valia nas contas da Garantia que foi registada pelo Banco por contrapartida de Capital Próprio na proporção da sua participação na Garantia ascendendo a cerca de mCve. 56.000.
A participação cruzada é tomada em consideração na determinação do valor do investimento do Banco na Garantia.

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2023 e 2022 e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Garantia	SISP	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	336 528	117 649	454 179
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio	-	0	-
Resultados em associadas referente a exercicios anteriores	-	-	-
Resultados em associadas no exercicio	61 332	29 575	90 907
Dividendos recebidos	(31 611)	(9 980)	(41 591)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	366 249	137 246	503 495
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio	-	-	-
Resultados em associadas referente a exercicios anteriores	-	-	-
Resultados em associadas no exercicio	82 681	49 478	132 159
Dividendos recebidos	(36 799)	(20 455)	(57 254)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	412 131	166 269	578 400

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

O Banco encontra-se sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC).

No exercício de 2023 e de 2022, a Taxa de Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRPC) fixou-se em 22% e a taxa de incêndio em 2%, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Os saldos de ativos e passivos por impostos correntes e ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 eram os seguintes:

	2023	2022
Activos por impostos correntes		
IUR a recuperar	7 315	11 091
	7 315	11 091
Pagamento por contas	130 013	148 893
	137 327	159 984
Passivos por impostos correntes		
IUR	(237 983)	(123 934)
Outros	(53 891)	(53 891)
	(291 874)	(177 825)
Activos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	150 709	151 353
	150 709	151 353

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2023		
Movimentos nos Ativos por Imposto Diferido	Saldo em 31.12.2022	Movimentos 2023	Saldo em 31.12.2023
Imparidade de Crédito não hipotecario não aceite fiscalmente	38 212	(7 417)	30 795
Imparidade de Crédito hipotecario não aceite fiscalmente	42 302		42 302
Imparidade não aceite fiscalmente - Títulos	56 770	2 311	59 080
Imparidade não aceite fiscalmente - Bacstop e Overlay	14 070	4 462	18 532
	151 353	(644)	150 709

	2022		
Movimentos nos Ativos por Imposto Diferido	Saldo em 31.12.2021	Movimentos 2022	Saldo em 31.12.2022
Imparidade de Crédito não hipotecario não aceite fiscalmente	40 786	(2 574)	38 212
Imparidade de Crédito hipotecario não aceite fiscalmente	42 302		42 302
Imparidade não aceite fiscalmente - Títulos	-	56 770	56 770
Imparidade não aceite fiscalmente - Bacstop e Overlay	38 295	(24 224)	14 070
	121 382	29 971	151 353

Análise da recuperabilidade de ativos por impostos diferidos

Tendo por referência os requisitos definidos pela IAS12 – "Impostos sobre o rendimento", os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida da expetativa do Banco quanto à sua recuperabilidade futura, a qual assenta fundamentalmente (i) na determinação da sua capacidade de geração de lucros tributáveis suficientes e (ii) na interpretação efetuada do quadro legal a vigorar no período relevante da análise.

A expetativa de geração de lucros tributáveis futuros está suportada em projeções de rentabilidade preparadas que tem por base os seguintes pressupostos:

- Aumento do negócio com controlo do crédito em incumprimento e que sustenta a expetativa favorável do aumento do Resultado Liquido medio esperado para os próximos três anos a volta de 1.559 milhões de contos, relacionado com o aumento do produto bancário e o controlo das imparidades, associado á estratégia implementação de diminuição de custos operativos e manutenção das variações patrimoniais, dos acréscimos e deduções fiscais de 2023 extrapolado para os próximos três anos permitindo a recuperação dos impostos diferidos registados.

De notar que eventuais alterações nos pressupostos utilizados ou nas variáveis relevantes na determinação dos lucros tributáveis projetados poderiam conduzir a resultados e conclusões substancialmente diferentes.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2023 e 2022 pode ser demonstrada como se segue:

	2023		2022	
Resultado antes de impostos		2 163 276		1 873 042
Imposto apurado com base na taxa nominal	22,44%	485 439	22,44%	420 311
Benefícios fiscais:				
. Variação patrimonial negativo	0,00%		-1,08%	(20 165)
. Rendimento de obrigações admitidas à cotação	-2,03%	(43 863)	-1,82%	(34 025)
. Donativos/Estagiários/Formação/Outros	-0,21%	(4 569)	-0,23%	(4 353)
. Dividendos	-1,39%	(30 062)	-1,11%	(20 786)
. Rendimentos de Títulos de Dívida Pública	-6,02%	(130 228)	-7,21%	(134 982)
. Mais-valias contabilísticas	-0,24%	(5 285)	-2,10%	(39 333)
. Reversões Provisões Tributáveis	-0,84%	(18 169)	-2,30%	(43 098)
Encargos não aceites fiscalmente	1,67%	36 020	1,98%	37 172
Excesso estimativa imposto anos anteriores	0,00%		0,00%	
Imposto sobre o lucro do exercício	13,37%	289 285	8,58%	160 740
Variação patrimonial negativo (registado via Capital)	-0,23%	(4 913)	0,40%	7 539
Beneficio Fiscal s/retenção Lucros para Fundo Próprios	2,67%	57 686	1,60%	30 039
Tributaçao Autónoma	0,07%	1 471	0,04%	772
Imposto a pagar	10,77%	237 983	7,02%	123 934

Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2015 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC), o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à dedutibilidade de custos com imparidade para crédito e benefícios dos empregados, considerando que para efeitos fiscais seriam aceites as imparidades calculadas nos termos previstos na IFRS9, e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Nos termos da legislação que estava em vigor até 31 de dezembro de 2014, o Banco beneficiava de isenções relativas aos seguintes rendimentos:

- rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira;
- dividendos recebidos; e
- rendimento de obrigações, incluindo as de dívida pública, admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde, durante três anos a contar da sua entrada em funcionamento efetivo. Estes rendimentos, dependendo do ano de emissão, beneficiam ainda de taxas reduzidas de imposto.

Por este motivo a carga fiscal apresentada pelo Banco até ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi inferior à taxa normal de tributação.

Com a entrada em vigor do Código do IRPC no exercício de 2015, o Banco deixou de beneficiar de isenções sobre alguns rendimentos, com exceção do Títulos Consolidados de Mobilização Financeira e os títulos emitidos pelos municípios e pelo Tesouro quando colocados no mercado secundário, cujos rendimentos continuaram a ser isentos, por estes títulos terem sido obtidos antes de 31 de dezembro de 2014.

O Código do IRPC prevê que os prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores apurados no âmbito do IUR podem ser deduzidos nos sete exercícios seguintes, nos termos do regime.

Ativos por Impostos Correntes:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2022	Movimentos 2023			2023
		Regulariz. IRPC 2022	IRPC Fraccionado 2023	Credito IRPC de 2022	
Activos por impostos correntes					
- IUR a recuperar	11 091	(3 776)			7 315
- Pagamento por conta do exercício	148 893	(119 818)	100 937		130 013
	159 984	(123 594)	100 937	-	137 327

O montante de 11.091 contos é referente ao crédito de IRPC de 2021. No fecho das contas de 2022 foram deduzidos 3.776 contos, pelo que a data de 31-12-23 apresentava o saldo de 7.315 contos, que poderá ser deduzido no imposto a pagar de 2023.

O montante de 130.013 contos é referente ao total das 3 prestações dos pagamentos fracionados de 2023.

13. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição em 2023 e 2022:

	2023	2022
Outros activos		
Bens arrematados	2 303 588	2 490 192
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	1 809	1 734
Devedores e outras aplicações		
Devedores diversos		
. Estado	224 748	409 966
. Outras entidades	289 334	239 304
Bonificações a receber		
. Do Estado	645 756	733 736
. De outras entidades	5 653	5 594
Adiantamentos a fornecedores de activos fixos	6 948	1 219
Despesas com encargo diferido		
. Seguros	15 783	15 242
. Outros	9 412	10 432
	3 503 031	3 907 419
Imparidade de outros activos (Nota 16):		
. Imóveis recebidos em dação	(626 991)	(659 340)
. Outros activos	(128 595)	(122 646)
	(755 586)	(781 986)
	2 747 445	3 125 433

As bonificações a receber do Estado de Cabo Verde são relativas a crédito, sendo calculadas ao abrigo da legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados correspondem aos montantes reclamados pelo Banco desde o início de 2000. O reembolso destes montantes foi alvo de negociações com a Direção Geral do Tesouro, que já confirmou a totalidade dos saldos em dívida até a 31 de dezembro de 2016, no montante global de mCve 1.093.248. A 09 de agosto de 2017 foi assinado um Acordo entre o Ministério das Finanças e o BCA, no qual foi referido que o valor de CVE 1.093.247.797 deverá ser amortizado no prazo de 12 anos, contados a partir de 01.01.2018 e à taxa de juros de 4,375% ao ano. À data de 31 de dezembro de 2023 o montante a recuperar ascende a 645.756 contos.

Do montante de 224.748 contos da rubrica "Devedores Diversos – Estado", inclui o montante de

211.374 contos referente Impostos efetivamente pagos e não devidos ou garantidos, relativos as contribuições extraordinárias para o Sistema Privativo de Pensões do BCA com referência ao período 2005-2014, totalizando o valor de mCve 1.073.423. A 09 de agosto de 2017 foi assinado um Acordo entre o Ministério das Finanças e o BCA, no qual foi referido que o valor de CVE 1.073.423.609 deverá ser amortizado no prazo de 7 anos, contados a partir de 01.01.2018 e à taxa de juros de 3,5% ao ano. À data de 31 de dezembro de 2023 o montante a recuperar ascende a 211.374 contos.

O saldo da rubrica "Devedores e outras aplicações – Outras entidades" a data de 31 de Dezembro de 2023 é composto por 156.495 contos referentes a imóveis recebidos por reembolso de crédito mas que ainda não cumprem os critérios definidos na IFRS 5 para serem reclassificados para a rubrica de Bens arrematados, por 42.751 contos referente a devedores por falhas na gestão de procedimentos, 30.000 contos referente a valores por receber da venda de 2 imoveis recebidos em recuperação de credito, 36.080 cts referente ao valor dos imóveis da Tiver e do Terreno recebido da "A Promotora" que ainda não estão disponíveis para venda e por 24.008 contos referentes a outros devedores diversos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de bens arrematados apresenta a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Banco:

	2023			2022		
Ano de aquisição	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
anterior a 2012	20 787	(20 580)	207	22 474	(22 255)	219
2013	20 424	(10 424)	10 000	20 424	(10 424)	10 000
2014			-	37 533	(19 488)	18 045
2015	533 118	(140 956)	392 162	765 056	(201 196)	562 990
2016	16 920	(9 371)	7 549	16 920	(9 371)	7 549
2017			-	20 919	(7 665)	13 254
2018	466 921	(85 675)	381 246	499 194	(88 836)	410 357
2019	68 433	(7 966)	60 468	99 192	(32 162)	63 030
2020	51 407	(5 013)	46 394	80 321	(14 513)	97 638
2021	902 502	(247 136)	655 366	894 255	(247 136)	647 119
2022	23 596	(3 516)	20 080	33 904	(6 295)	27 609
2023	199 481	(96 356)	103 125			
	2 303 588	(626 991)	1 676 597	2 490 192	(659 340)	1 857 811

O Banco ao longo dos anos tem feito esforços acrescidos para venda ao mercado desses imoveis, porém face a especificidade do mercado imobiliário Cabo-verdiano sobretudo após a crise imobiliária ocorrida em 2008 e com efeitos internos a partir de 2011 tem condicionado essa atividade. Em 2020 foi criada uma área autónoma no banco dependente diretamente da CE denominada Gabinete Imobiliário para fazer a gestão e venda desses ativos, entretanto, o referido gabinete apenas entrou em funcionamento em Janeiro de 2022.

No exercício de 2023 o movimento ocorrido nos imóveis recuperados por reembolso de crédito pode ser apresentado como se segue:

	Saldo em 31.12.2022		Recuperações	Alienações	Ajustamt.	Perdas por imparidade	Transferência Imparidade Crédito	Regularização imparidade	Saldo em 31.12.2023	
	Valor bruto	Imparidade							Valor bruto	Imparidade
Terrenos	1 340 576	(287 125)	3 770	(229 795)	7 517		-	60 389	1 122 068	(226 736)
Edifícios habitacionais	615 280	(56 548)	121 526	(147 092)	-		(45 700)	47 339	589 713	(54 909)
Outros Edifícios	498 637	(285 966)	106 665	(20 385)	6 890		(64 995)	5 616	591 808	(345 345)
Viaturas	35 700	(29 700)	-	(35 700)	-		-	29 700	-	-
	2 490 192	(659 340)	231 961	(432 971)	14 406	-	(110 695)	143 043	2 303 589	(626 991)

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O valor contabilístico bruto destes imóveis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 ascende a mCve 2.303.589 e mCve 2.490.192, respetivamente.

No exercício de 2023, registaram-se 38.892 mCve de mais-valias líquidas na alienação de imóveis obtidos por recuperação de crédito (Nota 25).

14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Depósitos à ordem		
. De instituições de crédito no país	218 847	147 375
. De instituições de crédito no estrangeiro	22 833	22 432
Depósitos a prazo		
. De instituições de crédito no País	115 170	265 170
Juros a pagar	214	216
	357 064	435 194

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Depósitos de poupança		
. De emigrantes	3 229 233	3 197 975
. De residentes	969 882	1 073 388
	4 199 116	4 271 363
Outros depósitos à vista		
Depósitos à ordem		
. De residentes	28 031 674	27 020 379
. De emigrantes	13 301 137	12 561 729
. De não residentes	3 265 569	3 141 973
	44 598 380	42 724 080
Depósitos obrigatórios	56 534	69 929
	44 654 914	42 794 009
Outros depósitos a prazo		
Depósitos a prazo		
. De emigrantes	23 715 661	24 199 825
. De residentes	9 779 636	9 858 068
. De não residentes	737 144	840 060
	34 232 442	34 897 953
Outros recursos:		
Cheques e ordens a pagar	23 719	32 900
	83 110 190	81 996 224
Juros a pagar	173 625	195 113
	83 283 814	82 191 338

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos à ordem não são remunerados.

16. PROVISÕES E IMPARIDADES

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	2023									
	Saldos em 31.12.2022	Reforços	Reposições Recuperações	Custos com pessoal (Nota 27)	Utilizações	Desvio Atuarial	Transferencias	Outros (Nota 28)	Saldos em 31.12.2023	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade										
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	2 614 104	419 704	(511 483)	-	(3 526)	-	(153 978)	-	2 364 822	34 555
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 9)	37 671	-	-	-	-	-	-	-	37 671	
Imparidade de outros activos (Nota 13)	781 986	764	(13 850)	-	(167 291)	-	153 978		755 586	
	3 433 761	420 468	(525 334)	-	(170 817)	-	0	-	3 158 078	
Provisões										
Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 28)										
Assistência médica	276 645	-	-	(1 499)	(23 307)	(21 894)		12 281	242 226	
	276 645	-	-	(1 499)	(23 307)	(21 894)	-	12 281	242 226	
Processos Judiciais	10 521								10 521	
Extrapatrimonais	26 387	16 913	(25 915)						17 384	
Outras Provisões	6 229								6 229	
Riscos Bancários Gerais	7 279		(6 923)						355	
Crédito Documentário	13	2 501	(1 767)						748	
	327 074	19 414	(34 605)	(1 499)	(23 307)	(21 894)	-	12 281	277 463	
	3 760 835	439 882	(559 939)	(1 499)	(194 124)	(21 894)	0	12 281	3 435 542	

	2022									
	Saldos em 31.12.2021	Reforços	Reposições Recuperações	Custos com pessoal (Nota 27)	Utilizações	Desvio Atuarial	Transferencias	Outros (Nota 28)	Saldos em 31.12.2022	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade										
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	2 841 404	579 008	(540 760)	-	(211 630)	-	(53 918)	-	2 614 105	32 985
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 9)	37 671	-	-	-	-	-	-	-	37 671	
Imparidade de outros activos (Nota 13)	639 429	173 996	(10 799)	-	(74 558)	-	53 918		781 986	
	3 518 504	753 004	(551 558)	-	(286 188)	-	-	-	3 433 761	
Provisões										
Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 29)										
Assistência médica	258 904	-	-	414	(26 327)	33 597		10 056	276 645	
	258 904	-	-	414	(26 327)	33 597	-	10 056	276 645	
Processos Judiciais	16 062	1 346	(3 782)	-	(3 104)	-	-	-	10 521	
Extrapatrimonais	12 807	24 389	(10 810)	-	-	-	-	-	26 387	
Outras Provisões	25 462		(19 233)	-	-	-	-	-	6 229	
Riscos Bancários Gerais	7 279	-	-	-	-	-	-	-	7 279	
Crédito Documentário	-	225	(212)	-	-	-	-	-	13	
	320 514	25 960	(34 037)	414	(29 432)	33 597	-	10 056	327 074	
	3 839 018	778 964	(585 595)	414	(315 620)	33 597	-	10 056	3 760 835	

Com peso de 24% do total das reversões ocorridas na imparidade associada ao crédito, as grandes resoluções de créditos com longos anos em incumprimento são as reversões que mais de destacam, com maior enfoque pela regularização por via da dação (13% | Top 03) e adjudicação (9% | uma entidade). Vale mencionar igualmente os casos de amortização natural/antecipada (peso de 1%) e revisão em baixa do nível de risco (peso de 5% | Top 10), com contributo relevante nas reversões de imparidade de crédito. Em sentido contrário, a justificar os reforços de imparidade, realçam-se os agravamentos do nível de risco, a concessão de novos créditos e maior utilização de crédito disponível em limite, com peso de ~15% no total dos reforços de imparidade de crédito.

17. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição em 2023 e 2022:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2023	2022
Credores		
Recursos - conta activa	102 720	120 505
Recursos - conta caução	644	5 290
Recursos - outros	9 302	3 831
Recursos - conta encerradas	162	153
Outras exigibilidades		
Retenção de impostos na fonte	29 058	35 196
Previdência social	13 891	13 738
Outros	49 771	26 318
Passivos por Locação	63 760	58 640
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal		
. Prémios de produtividade	52 922	25 859
. Férias não gozadas	-	-
Gastos gerais administrativos	22 543	21 150
Outros	389 000	197 066
Receitas com rendimento diferido		
Anuidades de cartões	31 922	29 737
Comissões de abertura de créditos em conta corrente	7 277	7 986
De garantias prestadas	4 311	3 953
Operações passivas a regularizar	(5 742)	85 936
Outras contas de regularização	208 933	390 322
	980 471	1 025 680

O aumento registado na rubrica "Encargos a pagar - Outros" é devido ao registo de investimentos que estavam em curso a data de 31-12-2023, cujas faturas foram recebidas apenas em 2024. O saldo da rubrica "Operações passivas regularizar" diminuiu em relação a 2022 devido ao saldo da conta do Pré-Funding Visa, criado junto da casa mãe em 2021, reforçado semanalmente pelo BCA, para que a VISA possa descontar os movimentos diários que os clientes fazem através de cartões VISA. A rubrica "Outras contas de regularização" inclui as compensações interbancárias efetuadas no último dia do ano de 2023, que são regularizadas no mês seguinte.

18. CAPITAL

O capital do Banco em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está representado por 1.324.765 de ações com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a estrutura acionista do Banco é a seguinte:

Entidade	2023 Número de acções	2023 %	2022 Número de acções	2022 %
Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Banco Interatlântico, S.A.R.L.	697 446	52,65%	697 446	52,65%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	89 504	6,76%	89 504	6,76%
INPS- Instituto Nacional de Previdência Social	166 078	12,54%	166 078	12,54%
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	76 322	5,76%	76 322	5,76%
Outros accionistas	295 415	22,30%	295 415	22,30%
	1 324 765	100,0%	1 324 765	100,0%

O capital social do Banco é representado por 1.324.765 (um milhão, trezentos e vinte e quatro mil e setecentos e sessenta e cinco) ações, nominativas e ao portador, com o valor nominal de 1.000$00 (mil escudos) cada, distribuído da seguinte forma: a) 525.000 (quinhentos e vinte e cinco mil) ações nominativas; b) 799.765 (setecentos e noventa e nove mil e setecentos e sessenta e cinco) ações ao portador.

A data de 31 de Dezembro de 2023, o capital social do BCA era de 1.318.648 mCve, sendo 1.324.765 mCve referente ao valor das ações ordinárias, -6.117 mCve referente ao custo com a emissão das ações e -125 mCve referente as ações próprias em carteira.

19. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCICIO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de reservas, resultados transitados e resultado do exercício têm a seguinte composição:

	2023	2022
Reservas de justo valor		
. Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
- De activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
Instrumentos de Capital (Nota 5)	44 677	44 434
Ajustamento risco de crédito de ativos financeiros ao justo valor através	-	10 841
através outro rendimento integral IFRS 9 (nota 5)		
	44 677	55 276
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	1 460 417	1 280 639
. Outras reservas:		
. Desvios actuariais de responsabilidades com pensões e assistência médica (Nota 28)	(231 418)	(248 399)
. Reservas por impostos diferidos - por desvios actuariais (Nota 12)	-	-
. Outras reservas	5 909 982	5 681 629
	5 678 564	5 433 230
. Resultados transitados	-	(41 314)
	7 183 657	6 727 831
Resultado do exercício	1 928 927	1 797 776
	9 112 584	8 525 607

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 62/VIII de 23 de abril, Artº 42), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

Resultados Transitados

A data de 31-12-2023 o Resultado transitado apresentava no global um saldo nulo.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

20. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	2 432 491	2 419 438
. Crédito ao exterior	17 660	34 203
. Crédito ao pessoal	43 680	43 210
. Crédito vencido	8 630	8 842
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)	775 806	762 522
. Títulos de intervenção monetária	15 321	7 276
. Títulos de regularização monetária	77	40
. Aplicações a muito curto prazo	57 271	8 583
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	122 986	19 740
Outros juros e rendimentos similares	2 499	-
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	105 635	98 514
	3 582 057	3 402 367

Juros de Crédito a Clientes com reflexo do crescimento da carteira de crédito normal por três anos consecutivos.
Restantes juros e rendimentos equiparados com evolução positiva, refletindo a conjuntura de recuperação da economia.

21. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Juros de depósitos de poupança		
. De emigrantes	31 008	37 230
. De residentes - Poupança Jovem	10 529	15 003
Juros de depósitos a prazo		
. De emigrantes	226 198	278 170
. De residentes	90 142	104 212
. De não residentes	2 318	4 018
. De outras instituições de crédito no país	846	756
De outras instituições de crédito no estrangeiro	-	-
Juros de Ativos em Locação	5 048	5 447
Outros juros e encargos similares	54	122
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	231	227
	366 374	445 185

22. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Dividendos:		
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1 299	1 299
. SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	277	277
. Visa International Service Association	230	147
	1 805	1 723

23. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2023	2022
Rendimentos com serviços e comissões		
Ordens de pagamento recebidas	93 249	95 735
Garantias e avales prestados	22 272	25 132
Comissões por ordens de pagamento emitidas	76 111	79 352
Anuidades da rede de ATM's (Vint4 e Visa)	71 635	67 975
Comissões Western Union	17 861	22 606
Cobrança de valores	10 316	11 523
Créditos documentários	6 284	404
Outros	231 086	195 542
	528 813	498 268
	-	-
Encargos com serviços e comissões		
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A.R.L.	(341)	(361)
Visa International Service Association	(54 268)	(39 853)
Comissões de correspondentes	(31 178)	(25 902)
Outros	(9 086)	(4 667)
	(94 873)	(70 783)

A data de 31-12-2023, o saldo da rubrica Outros rendimentos com serviços e comissões era maioritariamente composto por comissões de Gestão de Cartões Crédito e Debito, Contas Inativas e comissão sobre seguros angariados.

24. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023			2022		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	140 762	(8 245)	132 517	162 729	(31 551)	131 177
Resultados em notas e moedas	55 604	(16 900)	38 704	104 326	(37 662)	66 664
Ganhos em Ativos financeiros	13 284		13 284			
	196 366	(25 146)	184 504	267 054	(69 213)	197 841

A data de 31-12-2023, o saldo da rubrica "Ganhos em Ativos financeiros" era composto pelas mais-valias obtidas nas vendas das ações que o BCA detinha na SCT (8.380 cts) e da SITA (4.904 cts).

25. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2023	2022
Ganhos e perdas na alienação de imóveis recebidos em dação (Nota 13)	38 892	67 628
Ganhos e perdas na alienação de outros activos tangíveis (Nota 13)	10 050	123 732
	48 942	191 360

A variação na alienação de Ativos Fixos Tangíveis de 2023 decorre essencialmente da venda do Edifício Chã de Areia que originou uma mais-valia de 120.835 contos em 2022.

Relativamente aos imóveis recebidos em dação, foram originados em 2023 mais-valias decorrentes da alienação dos imóveis no valor de 39.806 contos e menos valias de 914 contos. Em termos líquidos foram gerados ganhos de 12.065 contos com a venda de terrenos, 23.197 contos de edifícios habitacionais e 3.631 contos em Outros edifícios.

26. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2023	2022
Outros rendimentos de exploração		
Prestação de serviços diversos		
. Taxa de serviço	10	25
. Outros	2 967	3 067
Reembolso de despesas		
. Correios	1 102	1 855
. Outros	29 559	45 089
Outros	16 405	25 092
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	140 696	176 858
	190 740	251 986
Outros gastos de exploração		
Outros impostos	(60 820)	(72 312)
Quotizações e donativos	(574)	(595)
Prejuízos por extravio, roubo ou falsificação de valores	(11 559)	(42 606)
Multas e outras penalidades legais		
Outros	(6 521)	(5 604)
	(79 473)	(121 117)
	111 267	130 869

A redução dos proveitos com a recuperação de créditos, juros e despesas de crédito vencido, aumento dos outros impostos e aumento dos prejuízos por extravio roubo ou falsificações, contribuíram para a redução da rubrica Outros resultados de exploração no valor de 19.601 contos.

27. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Remunerações de colaboradores	819 990	793 633
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	41 849	45 792
Prémios de produtividade	54 539	30 547
Encargos sociais		
. Pensões de reforma (Nota 29)	11 189	12 062
. Assistência médica	8 040	9 511
. Previdência social	112 117	106 029
. Outros	3 273	2 776
Outros custos com pessoal	19 189	34 147
	1 070 185	1 034 498

A rubrica "Encargos sociais – Assistência médica" inclui as despesas de saúde incorridas pelo Banco com os seus colaboradores no ativo e o custo relacionado com responsabilidades com saúde com colaboradores na idade da reforma (Nota 28).

Nos exercícios de 2023 e 2022, o Banco dispunha do seguinte quadro de colaboradores e administradores:

	2023	2022
Administradores	9	9
Directores	15	13
Chefias	87	94
Técnicos	217	203
Administrativos	51	66
Pessoal auxiliar	38	38
	417	423
Efectivos	353	348
A prazo	64	75
	417	**423**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os números apresentados acima incluem 64 e 75 colaboradores com contrato de trabalho a termo certo, respetivamente.

28. OUTROS BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

28.1 Assistência médica

A Provisões para Despesas tratamento no exterior abrange os colaboradores que pertencem ao Sistema Privativo de Segurança Social e os respetivos beneficiários. O número de participantes do estudo atuarial é de 666 em 2023 e 686 em 2022.

Para determinação das responsabilidades com saúde pós-emprego, o Banco obteve avaliações atuariais efetuadas por uma entidade especializada com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022. As hipóteses e bases técnicas utilizadas neste estudo foram as seguintes:

	2023	2022
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Taxa técnica	3,00%	3,00%
Taxa de inflação das despesas médicas	2,50%	3,00%

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No que respeita ao plano de assistência médica do Banco e com base nas avaliações atuariais referidas, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as responsabilidades com saúde relativas a despesas com assistência médica a conceder aos empregados do Banco e aos membros dos seus respetivos agregados familiares após a idade de reforma ascendem a mCve. 242.226 e mCve. 276.645, respetivamente (Nota 16).

O movimento no valor das responsabilidades com saúde, durante os exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**276 645**
Contribuições dos empregados	12 281
Custo registado pelo Banco	(1 499)
Despesas médicas pagas	(23 307)
Desvios actuariais	(21 894)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	**242 226**

No Estudo Atuarial de 2023, foram analisados dois cenários, o melhor caso (Best Case) e o pior caso (Worst Case) com os seguintes pressupostos e resultados:

Pressupostos para Análise de Sensibilidade

	Worst Case	Best Estimate	Best Case
TCF	2,80%	3,00%	3,50%
TIDM	2,50%	2,50%	2,50%

Quadro Resumo - Best Case

	Exterior	Doméstico	Total
RA	75 708 133	154 127 608	229 835 741
CN	519 214	1 127 047	1 646 260

Quadro Resumo - Worst Case

	Exterior	Doméstico	Total
RA	81 869 408	165 618 650	247 488 058
CN	574 720	1 238 177	1 812 897

28.2 Desvios atuariais

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios atuariais nos exercícios de 2023 e 2022 pode ser demonstrado como se segue:

	Restruturação	Saúde	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	(38 627)	248 400	209 773
Desvios actuariais no ano	-	(21 894)	(21 894)
Reserva IRPC s/ Desvios actuariais no ano	-	4 913	4 913
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	(38 627)	231 419	192 792

Os desvios atuariais acumulados em 31 de dezembro de 2023 encontram-se deduzidos na rubrica de "Outras reservas e resultados transitados".

29. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Conservacao e reparacao	167 818	140 628
Encargos com SISP	98 888	107 479
Agua, gas e electricidade	63 197	61 207
Consultores outros	61 562	37 543
Comunicacoes e despesas exped	50 263	44 843
Encargos com Cartões	46 324	55 029
Transportes	41 121	39 501
Seguranca e vigilancia	32 096	32 272
Publicidade e edicao publicaçã	25 545	7 622
Impressos e material consumo	24 266	18 634
Avaliadores externos	22 489	14 929
Formacao de pessoal	20 124	11 050
Avencas e honorarios	19 652	6 432
Auditores externos	18 452	18 033
Judiciais contencioso notariad	16 690	7 644
Limpeza	15 158	14 358
Deslocacoes, estadas represent	12 768	10 511
Combustiveis	10 408	10 684
Seguros	6 489	6 284
Rendas e alugueres	5 402	5 971
Consul project arquivo digital	4 856	13 419
Manutencao periodica cotacão	3 049	2 169
Consultoria projecto imparidad	2 859	2 859
Assistencia tecnica	2 778	3 699
Condominio	1 825	7 383
Controlo interno	1 419	1 608
Outros fornecimentos terceiros	941	646
Despesas com covid-19	-	4 536
Outros	7 197	8 253
	783 636	695 225

A rubrica "Conservação e reparação" teve um aumento de 27.190 contos, justificada essencialmente pelo aumento mCve 11.958 relacionado com manutenção de software, aumento mCve 4.444 de manutenção de imóveis, aumento mCve 4.100 de manutenção de máquinas e ferramentas e aumento de mCve 1.971 na manutenção de equipamentos de segurança.

Os "honorários dos auditores externos" totalizam mCve 18.452, sendo mCve. 8.662 relativo a auditoria estatutária e relatório de provisões mínimas regulamentares, mCve. 5.579 relativo ao

Apoio ao Conselho fiscal do BCA, no âmbito do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal, mCve. 2.333 Honorários adicionais procedimentos Auditoria - Entrada em vigor de ISA 315 e mCve. 1.750 relativo ao relatório de imparidade.

30. RESULTADOS POR AÇÃO

Resultados por ação básicos

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício/período.

	(milhares de escudos)	
	31.12.2023	31.12.2022
Resultado do Exercício	1 928 927	1 797 776
Número médio de acções ordinárias emitidas	1 324 765	1 324 765
Resultado por Acção	1,46	1,36

Resultado por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco.

Os resultados por ação diluídos não diferem dos resultados por ação básicos.

31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2023	2022
Passivos eventuais		
. Garantias e avales	1 855 879	2 281 420
. Créditos documentários abertos	90 276	3 473
	1 946 155	2 284 894
Depósito e guarda de valores	215 197 942	9 268 065
	217 144 097	11 552 959

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte, os quais são efetuados de modo consistente com os critérios da IFRS 8 e são apresentados de forma voluntária:

- Corporate Finance - inclui a atividade relacionada com a gestão títulos de Dívida Pública, obrigações de empresas nacionais, instrumentos de capital e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.
- Negociação e vendas – compreende a atividade relacionada com a gestão de aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito.
- Pagamento e liquidação – inclui a atividade relacionada com operações de crédito e débito.

- Banca comercial – inclui a atividade de captação de recursos junto de empresas. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, descontos de letras, bem como o crédito ao setor público.
- Banca de retalho – compreende a atividade bancária junto dos particulares. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito à habitação, e também os depósitos captados junto de particulares.
- Outros – Restantes atividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

De salientar que, para as rubricas em que não é possível obter informação diretamente do balancete contabilístico, é aplicado como pressuposto o peso da carteira de crédito e de depósitos, para a desagregação entre os segmentos "Banca Comercial" e "Banca de Retalho". Nos dois anos em análise (2023 e 2022) foram utilizados os mesmos pressupostos para o preenchimento do mapa.

	2023						
	Corporate Finance	Negociação e Vendas	Pagamento e Liquidação	Banca Comercial	Banca de Retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	775 806	198 155	-	934 799	1 673 296	-	3 582 057
Juros e encargos similares	-	(1 077)	-	(59 528)	(305 768)	-	(366 374)
MARGEM FINANCEIRA	775 806	197 078	-	875 271	1 367 528	-	3 215 683
Rendimentos de instrumentos de capital	1 805	-	-	-	-	-	1 805
Rendimentos com serviços e comissões	-	119 294	147 725	42 662	219 133	-	528 813
Encargos com serviços e comissões	-	(31 542)	(54 268)	-	(9 063)	-	(94 873)
Resultados de activos financeiros dispóniveis para venda	13 284	-	-	-	-	-	13 284
Resultados de reavaliação cambial	-	171 221	-	-	-	-	171 221
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	48 942	48 942
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	111 267	111 267
PRODUTO BANCÁRIO	790 895	456 050	93 457	917 932	1 577 598	160 210	3 996 143
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	(10 297)	-	-	37 298	64 778	35 892	127 671
	780 598	456 050	93 457	955 231	1 642 376	196 102	4 123 814
Outros custos e proveitos						(2 194 887)	(2 194 887)
Resultado líquido do exercício							**1 928 927**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	4 834 197	-	-	-	-	4 834 197
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	711 910	-	-	-	-	711 910
Activos financeiros disponíveis para venda	-	50 673	-	-	-	-	50 673
Aplicações em instituições de crédito	-	28 203 254	-	-	-	-	28 203 254
Crédito a clientes	19 744 715	-	-	13 320 694	23 134 699	-	56 200 109
Recursos de outras instituições de crédito	-	357 064	-	-	-	-	357 064
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	13 571 838	69 711 977	-	83 283 814

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2022						
	Corporate Finance	Negociação e Vendas	Pagamento e Liquidação	Banca Comercial	Banca de Retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	762.522	35.639	-	928.194	1.676.012	-	3.402.367
Juros e encargos similares	-	(982)	-	(72.385)	(371.817)	-	(445.185)
MARGEM FINANCEIRA	762.522	34.657	-	855.809	1.304.195	-	2.957.183
Rendimentos de instrumentos de capital	1.723	-	-	-	-	-	1.723
Rendimentos com serviços e comissões	-	120.681	137.771	39.079	200.736	-	498.268
Encargos com serviços e comissões	-	(26.263)	(39.853)	-	(4.667)	-	(70.783)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-
Resultados de reavaliação cambial	-	197.841	-	-	-	-	197.841
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	191.360	191.360
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	130.869	130.869
PRODUTO BANCÁRIO	764.245	326.916	97.918	894.888	1.500.265	322.229	3.906.461
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	(2.365)	-	-	(13.034)	(22.850)	(155.121)	(193.369)
	761.880	326.916	97.918	881.855	1.477.415	167.109	3.713.092
Outros custos e proveitos							(1.915.316)
Resultado líquido do exercício							1.797.776
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	3.879.621	-	-	-	-	3.879.621
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	881.487	-	-	-	-	881.487
Activos financeiros disponíveis para venda	-	104.123	-	-	-	-	104.123
Aplicações em instituições de crédito	-	28.816.889	-	-	-	-	28.816.889
Crédito a clientes	19.361.156	-	-	12.776.418	22.398.846	-	54.536.420
Recursos de outras instituições de crédito	-	435.194	-	-	-	-	435.194
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	13.393.521	68.797.817	-	82.191.338

A totalidade da atividade do Banco é desenvolvida na República de Cabo Verde.

33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco as empresas do Grupo CGD, o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, empresas associadas, os órgãos de gestão (Conselho de Administração) a Companhia de Seguros Garantia e a SISP. O BCA tem um administrador na gestão da SISP a representar o banco, pelo que considera ter influência significativa.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as demonstrações financeiras do Banco, incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2023							
	Grupo Caixa Geral de Depósitos				Banco Comercial			
	INPS	CGD	Banco Interatlântico	Promotora	BNU	de Investimentos SAR	CGD Paris	Associadas
Activos:								
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	436 909	-	-	411	-	3 412	-
Aplicações em instituições de crédito	-	3 775 050	-	-	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-	-	-	-
ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	13	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos	-	-	12	160	-	-	-	7 353
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-	(0)
Passivos:								
Recursos de outras instituições de crédito	-	(19 442)	(2 763)	-	-	(10)	-	(257 744)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(595 085)	-	-	(4 065)	-	-	-	(130 355)
Provisões para Benefícios aos Empregados	-	-	-	-	-	-	-	(95)
Outros passivos	(13 891)	-	-	-	-	-	-	(9 158)
Capital:								
Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-
Extrapatrimoniais:								
Garantias recebidas	-	55	-	-	-	-	-	-
Garantias prestadas	-	-	-	-	-	-	-	24 803
Rendimentos:								
Juros e rendimentos similares	-	121 879	-	-	-	-	-	-
Resultados Filiais excluídas Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos:								
Juros e encargos similares	-	-	-	-	-	-	-	(846)
Encargos com serviços e comissões	-	(5 360)	-	-	-	-	-	(341)
Gastos gerais administrativos	-	-	-	(1 825)	-	-	-	(98 888)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	-	-	-	0

	2022							
	Grupo Caixa Geral de Depósitos							
	INPS	CGD	Banco Interatlântico	Promotora	BNU	Banco Comercial de Investimentos SAR	CGD Paris	Associadas
Activos:								
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	411 365	-	-	461	-	5 697	-
Aplicações em instituições de crédito	-	4 344 427	-	-	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-	-	-	-
ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	40 100	-	-	-	-
Crédito a clientes	17	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos	-	-	12	160	-	-	-	3 353
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos:								
Recursos de outras instituições de crédito	-	(19 441)	(2 904)	-	-	(11)	-	(301 426)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(450 426)	-	-	(12 159)	-	-	-	(180 659)
Provisões para Benefícios aos Empregados	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	(13 738)	-	-	(339)	-	-	-	(371)
Capital:								
Reservas de Reavaliação	-	-	-	(10 841)	-	-	-	-
Extrapatrimoniais:								
Garantias recebidas	-	55	-	-	-	-	-	-
Garantias prestadas	-	-	-	-	-	-	-	25 908
Rendimentos:								
Juros e rendimentos similares	-	19 340	-	-	-	-	-	-
Resultados Filiais excluídas Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	90 907
Gastos:								
Juros e encargos similares	(8 860)	-	-	-	-	-	-	(756)
Encargos com serviços e comissões	-	(3 162)	-	-	-	-	-	(361)
Gastos gerais administrativos	-	-	-	(7 383)	-	-	-	(107 479)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	-	-	-	0

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2023, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Órgãos de Gestão do Banco ascenderam a mCve. 51.630 (mCve. 50.792 no exercício de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor do crédito concedido a membros dos Órgãos de Gestão do Banco ascendia a mCve. 25.967 e mCve. 34.703, respetivamente.

34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Banco

As atividades do BCA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco cambial, risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco do Banco é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido por escrito os principais princípios de gestão de risco globais, e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e as políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

Risco cambial

A Direção de Contabilidade e Gestão Financeira faz um acompanhamento diário das posições do Banco em moeda estrangeira, tendo sempre como objetivo a eliminação de prejuízos.

O câmbio dos Escudos de Cabo Verde face ao Euro encontra-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde, resultante de um acordo de convertibilidade entre Cabo Verde e Portugal, pelo que não é considerado pelo Banco de Cabo Verde para efeitos de posição cambial.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de risco inerentes à atividade do Banco.

Risco de mercado, liquidez e taxa de juro

O Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez é responsável pela implementação de métodos e técnicas para melhorar a qualidade de gestão de riscos inerentes ao balanço do Banco.

Risco de mercado

O setor financeiro em Cabo Verde ainda não possui um mercado de capitais desenvolvido e o mercado *over the counter* é inexistente, pelo que as alternativas de investimento em instrumentos financeiros resumem-se essencialmente a obrigações e ações.
O Banco tem uma carteira de ativos financeiros que possui alguma representatividade do ativo, mas que não foi constituída com o objetivo de negociação, mas sim de investimento.

Risco de liquidez e taxa de juro

O controlo de liquidez é assegurado pela Direção de Contabilidade e Gestão Financeira (DCG) que faz o acompanhamento dos saldos junto dos correspondentes e do Banco de Cabo Verde.

A DCG é a responsável por realizar operações nos mercados financeiros, colocação de ativos em moeda estrangeira e as operações necessárias para assegurar o refinanciamento do Banco, ou aplicação dos excedentes de liquidez, tendo uma gestão cuidadosa no sentido de evitar incumprimentos junto do Banco de Cabo Verde.

No setor bancário caboverdiano o Coeficiente de Disponibilidades Mínimas de Caixa é atualmente de 10% em 31.12.2023 (13% em 2019) pelo que em caso de dificuldades os bancos têm capacidade de responder às suas obrigações junto dos clientes.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso nº 8/2007, de 19 de novembro, do Banco de Cabo Verde, a DCG calcula os rácios de liquidez para cobertura de responsabilidades exigíveis no prazo de sete, trinta, noventa dias e um ano.

Adicionalmente, a Direção de Gestão de Risco produz ainda que pontualmente análises sobre a taxa de juro e sobre a estrutura de ativos e passivos, nomeadamente a carteira de crédito concedido a clientes com taxa de juro indexada.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2023								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4 834 197	-	-	-	-				4 834 197
Disponibilidades em outras instituições de crédito	711 910	-	-	-	-				711 910
Aplicações em instituições de crédito	25 716 723	617 000	1 646 000	200 000	23 531				28 203 254
Crédito a clientes (valores brutos)	3 194 502	393 888	1 164 077	1 560 732	10 051 117	14 165 543	13 036 737	14 998 334	58 564 931
	34 457 332	1 010 888	2 810 077	1 760 732	10 074 648	14 165 543	13 036 737	14 998 334	92 314 292
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédit	(336 832)	(20 232)							(357 064)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(48 515 757)	(8 130 808)	(7 223 007)	(19 414 243)	-				(83 283 814)
	(48 852 589)	(8 151 040)	(7 223 007)	(19 414 243)	-	-	-	-	(83 640 878)
Diferencial	(14 395 256)	(7 140 152)	(4 412 929)	(17 653 511)	10 074 648	14 165 543	13 036 737	14 998 334	8 673 413

	2022								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.879.621	-	-	-	-				3.879.621
Disponibilidades em outras instituições de crédito	881.487	-	-	-	-				881.487
Aplicações em instituições de crédito	24.243.125	1.102.797	699.492	2.648.077	123.399				28.816.889
Crédito a clientes (valores brutos)	4.142.710	706.548	678.953	738.884	6.837.559	15.893.392	14.033.154	14.119.325	57.150.525
	33.146.943	1.809.345	1.378.445	3.386.961	6.960.958	15.893.392	14.033.154	14.119.325	90.728.522
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédit	(414.962)	-	(20.232)						(435.194)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(46.750.870)	(8.607.131)	(7.232.431)	(19.600.906)	-				(82.191.338)
	(47.165.831)	(8.607.131)	(7.252.663)	(19.600.906)	-	-	-	-	(82.626.531)
Diferencial	(14.018.888)	(6.797.786)	(5.874.218)	(16.213.945)	6.960.958	15.893.392	14.033.154	14.119.325	8.101.991

Risco de crédito

O risco de crédito constitui um dos riscos mais relevantes da atividade do Banco e está intimamente associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes, designadamente grandes empresas, pequenas e médias empresas, promotores de pequenos negócios, particulares e instituições financeiras.

A Direção de Gestão de Risco (DGR) analisa o risco de crédito a empresas e particulares cujas responsabilidades acumuladas sejam superiores a mCve. 30.000.

É da competência do DRC- Direção de Risco Crédito emitir pareceres de risco sobre propostas elaboradas pela área comercial, os quais são enviados para apreciação da Comissão Executiva. Adicionalmente, a DGR efetua análises de evolução semestral da carteira de crédito do Banco, das classes de risco, do crédito à habitação, da evolução dos depósitos de clientes, de modo a compreender o seu comportamento.

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2023	2022
Aplicações em instituições de crédito	28 203 254	28 816 889
Crédito a clientes	56 200 109	54 536 421
	84 403 363	83 353 310
Garantias e avales	1 855 879	2 281 420
Créditos documentários abertos	90 276	3 473
	1 946 155	2 284 894
Exposição máxima	86 349 517	85 638 203

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2023			
	Classificação de acordo com o Modelo de imparidade			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Total
Empresas				
Crédito a empresas				
Vincendo	8 527 899	2 007 922	1 182 235	11 718 055
Vencido	2 605	3 346	1 021 751	1 027 702
	8 530 504	2 011 267	2 203 986	12 745 757
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	1 887 126	5 891	48 607	1 941 624
Vencido				
	1 887 126	5 891	48 607	1 941 624
Retalho				
Crédito à habitação				
Vincendo	15 768 363	892 152	492 691	17 153 206
Vencido	4 729	1 907	285 219	291 855
	15 773 092	894 059	777 910	17 445 062
Crédito ao consumo				
Vincendo	1 829 688	76 936	18 411	1 925 035
Vencido	756	828	14 941	16 525
	1 830 444	77 764	33 352	1 941 560
Pequenos negócios				
Vincendo	881 847	134 253	17 813	1 033 912
Vencido	246	246	54 415	54 907
	882 093	134 499	72 228	1 088 820
Outros créditos				
Vincendo	3 204 586	142 869	62 883	3 410 337
Vencido	2 578	8 309	30 163	41 050
	3 207 164	151 178	93 046	3 451 387
Garantias prestadas				
Vincendo	2 843	-	-	2 843
Sector Público				
Vincendo	2 107 661			2 107 661
Vencido	297		2	300
	2 107 958	-	2	2 107 961
Total crédito vincendo	34 210 013	3 260 022	1 822 640	39 292 674
Total crédito vencido	11 211	14 636	1 406 492	1 432 339
Total de crédito	**34 221 224**	**3 274 657**	**3 229 132**	**40 725 013**

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2022			
	Classificação de acordo com o Modelo de imparidade			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Total
Empresas				
Crédito a empresas				
Vincendo	7.564.852	2.398.382	1.061.100	11.024.334
Vencido	29.033	5.143	1.096.298	1.130.475
	7.593.886	2.403.525	2.157.397	12.154.808
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	2.179.747	27.011	72.425	2.279.182
Vencido				
	2.179.747	27.011	72.425	2.279.182
Retalho				
Crédito à habitação				
Vincendo	15.317.224	869.769	562.459	16.749.451
Vencido	4.960	1.204	289.152	295.316
	15.322.183	870.973	851.611	17.044.767
Crédito ao consumo				
Vincendo	1.997.304	88.246	10.881	2.096.431
Vencido	880	800	9.615	11.295
	1.998.183	89.046	20.496	2.107.726
Pequenos negócios				
Vincendo	945.253	162.066	21.197	1.128.517
Vencido	226	354	51.274	51.854
	945.480	162.420	72.471	1.180.371
Outros créditos				
Vincendo	2.644.659	129.781	70.134	2.844.574
Vencido	2.246	6.603	23.230	32.079
	2.646.905	136.385	93.364	2.876.653
Garantias prestadas				
Vincendo	4.024	-	-	4.024
Sector Público				
Vincendo	2.374.036	-	-	2.374.036
Vencido	198	-	2	200
	2.374.234	-	2	2.374.236
Total crédito vincendo	33.027.099	3.675.255	1.798.195	38.500.549
Total crédito vencido	37.543	14.105	1.469.571	1.521.219
Total de crédito	**33.064.642**	**3.689.359**	**3.267.766**	**40.021.767**

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- "Créditos com incumprimento"
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 31 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 31 dias e 90 dias;

- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria. Adicionalmente, inclui créditos reestruturados que estivessem classificados na posição "Créditos em default" na data de reestruturação e que ainda não tenham passado pelo período de quarentena. Conforme definido em normativo interno do BCA, o abate de créditos ao ativo só deve ocorrer quando, tendo sido exigido o vencimento da totalidade do crédito pela instituição e tendo sido desenvolvidos os esforços de cobrança considerados adequados, as expetativas da sua recuperação, num horizonte temporal razoável se demonstrem praticamente nulas. Portanto, a decisão de proceder-se ao abate é tomada pela Comissão Executiva do BCA, tendo em conta o remanescente não cobrado e após todas as diligências de cobrança. Este princípio encontra-se refletido na norma interna IS 10/2015 que determina as condições em que um crédito pode ser abatido ao ativo, assim como os procedimentos a serem seguidos no que concerne ao abate e ao seu registo.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 7, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

		2023				
		Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	Total
Sem vencido nem imparidade individual		**12 144 932**	**15 439 025**	**5 866 360**	**2 072 251**	**35 522 568**
Com vencido mas sem imparidade individual		**719 431**	**1 881 049**	**602 477**	**35 710**	**3 238 666**
	Inferior a 30 dias	346 094	1 245 397	414 184	35 707	2 041 383
	30 a 90 dias	83 615	67 009	38 661	-	189 285
	91 a 180 dias	85 856	15 516	9 682	-	111 054
	181 a 360 dias	31 974	28 726	18 259	-	78 960
	superior a 360 dias	171 892	524 400	121 690	2	817 985
Créditos com imparidade individual		**1 823 017**	**124 988**	**15 773**	**-**	**1 963 779**
	Inferior a 30 dias	646 708	123 153	14 908	-	784 769
	30 a 90 dias	36 226	-	1	-	36 227
	91 a 180 dias	20 471	1 835	-	-	22 305
	181 a 360 dias	14 627	-	-	-	14 627
	superior a 360 dias	1 104 985	-	864	-	1 105 850
Total		**14 687 381**	**17 445 062**	**6 484 610**	**2 107 961**	**40 725 013**

		2022				
		Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	Total
Sem vencido nem imparidade individual		**11.841.530**	**15.045.585**	**5.562.417**	**2.312.439**	**34.761.970**
Com vencido mas sem imparidade individual		**683.984**	**1.909.084**	**578.658**	**61.798**	**3.233.523**
	Inferior a 30 dias	394.204	1.221.543	412.680	61.795	2.090.223
	30 a 90 dias	101.491	33.510	33.069	-	168.071
	91 a 180 dias	16.569	21.465	14.467	-	52.501
	181 a 360 dias	18.527	62.190	21.560	-	102.277
	superior a 360 dias	153.193	570.376	96.881	2	820.452
Créditos com imparidade individual		**1.908.476**	**90.098**	**27.700**	**-**	**2.026.273**
	Inferior a 30 dias	159.443	90.098	26.835	-	276.376
	30 a 90 dias	2.767	-	-	-	2.767
	91 a 180 dias	4.510	-	-	-	4.510
	181 a 360 dias	631.551	-	-	-	631.551
	superior a 360 dias	1.110.205	-	864	-	1.111.069
Total		**14.433.990**	**17.044.767**	**6.168.774**	**2.374.236**	**40.021.767**

Como subcategoria do risco de crédito, conforme definido em normativo interno (OS n.º 34/2020), o risco concentração é o risco de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrente de concentração em i) grandes exposições, ii) setores industriais ou iii) geografias comuns. Este risco é mensalmente acompanhado no Risk Appetite statement (RAS) e através da métrica Exposure to single largest EG as % of Own Funds". Adicionalmente, e através do Relatório Integrado de Risco (RIR), é feito a monitorização das contrapartes relativo ao Setor Público, Banco Central e Outros Bancos, relativo a exposições superiores a 500 mil contos e ainda Empresas com exposições, igualmente, superiores a 500 mil contos.

Justo valor

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Banco, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia de justo valor prevista na IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor:

Valores de cotação de mercado (nível 1)

Nesta categoria são incluídos os Instrumentos Financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para estes instrumentos negociados em mercados líquidos.

A prioridade nos preços utilizados é dada aos observados nos mercados oficiais, nos casos em que exista mais do que um mercado oficial a opção recai sobre o mercado principal onde estes instrumentos financeiros são transacionados.

O Banco considera como preços de mercado os divulgados por entidades independentes, assumindo como pressuposto que as mesmas atuam no seu próprio interesse económico e que tais preços são representativos do mercado ativo, utilizando sempre que possível preços fornecidos por mais do que uma entidade (para um determinado ativo e/ou passivo).

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2)

Nesta categoria estão incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando *inputs* observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros). Inclui igualmente os instrumentos financeiros valorizados com base em bids indicativos fornecidos por contrapartes externas.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Neste nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(milhares de escudos)

		Justo valor		
	Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Justo valor total
31 de dezembro de 2023				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4 834 197	4 834 197	0	4 834 197
Disponibilidades em outras instituições de crédito	711 910	711 910	0	711 910
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral **a)**	50 673	0	50 673	50 673
Aplicações em instituições de crédito	28 203 254	28 203 254	0	28 203 254
Crédito a clientes	58 564 931	0	58 564 931	58 564 931
Outros Ativos	3 503 031	1 199 443	2 849 452	4 048 894
Ativos financeiros	**92 364 965**	**33 749 361**	**58 615 604**	**92 364 965**
Recursos de outras instituições de crédito	357 064	357 064	0	357 064
Recursos de clientes	83 283 814	83 283 814	0	83 283 814
Outros passivos	980 471	0	980 471	980 471
Passivos financeiros	**84 621 350**	**83 640 878**	**980 471**	**84 621 350**

(milhares de escudos)

		Justo valor		
	Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Justo valor total
31 de dezembro de 2022				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.879.621	3.879.621	0	3.879.621
Disponibilidades em outras instituições de crédito	881.487	881.487	0	881.487
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral a)	104.123	0	104.123	104.123
Aplicações em instituições de crédito	28.816.889	28.816.889	0	28.816.889
Crédito a clientes	57.150.525	0	57.150.525	57.150.525
Outros Ativos	3.907.419	1.417.227	2.971.554	4.388.781
Ativos financeiros	**90.832.646**	**33.577.998**	**57.254.648**	**90.832.646**
Recursos de outras instituições de crédito	435.194	435.194	0	435.194
Recursos de clientes	82.191.338	82.191.338	0	82.191.338
Outros passivos	1.025.680	0	1.025.680	1.025.680
Passivos financeiros	**83.652.211**	**82.626.531**	**1.025.680**	**83.652.211**

Em 2023, os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, foram registados tendo em consideração o estabelecido na Politica contabilística de reconhecimento inicial de imóveis recebidos em reembolso de crédito. De acordo com a referida política os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos serão valorizados, no seu reconhecimento inicial pelo menor entre o valor de arrematação e o valor do balanço líquido de imparidade do (s) crédito (s) concedido (s) objeto de recuperação que lhe estejam diretamente associado (s). Com a adoção deste procedimento pretende-se assegurar que não ocorrerão reversões de imparidade originalmente afetas ao crédito, as quais no âmbito do modelo de imparidades em uso no BCA conforme requisitos da IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" terão tido em consideração a existência deste colateral.

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito, Aplicações em instituições de crédito. Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Ativos Financeiros ao Justo Valor através de outro rendimento integral
Avaliação casuística através de modelo de desconto ou através de múltiplos. Custo histórico: preço

médio de aquisição.
Procedimentos: Avaliação casuística, tipicamente sem informação de mercado. No mínimo com periodicidade anual, até final de Novembro, a DGR/CGD, com apoio do BCA na recolha das informações sobre a empresa, apresenta uma proposta a CE sobre as valorizações dos ativos nestas condições.
Crédito a clientes
O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfolio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de outras instituições de crédito e Recursos de clientes e outros empréstimos
Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, resultante de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2023					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	3 331 444	1 584 668	773 465	(738 232)	(1 443 536)	(2 763 667)
Total activo sensível	3 331 444	1 584 668	773 465	(738 232)	(1 443 536)	(2 763 667)

	2022					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	3 263 033	1 552 805	758 075	(723 846)	(1 415 694)	(2 711 439)
Total activo sensível	3 263 033	1 552 805	758 075	(723 846)	(1 415 694)	(2 711 439)

O impacto resultante de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de ativos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição ao risco de taxa de juro.

No quadro seguinte são apresentados os efeitos projetados na margem financeira para os exercícios de 2023 e 2022, respetivamente, decorrente de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que afetam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projecção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2023	(783 825)	(391 912)	(195 956)	195 956	391 912	783 825
Exercício de 2022	(762 389)	(381 194)	(190 597)	190 597	381 194	762 389
Exercício de 2021	(698 304)	(349 152)	(174 576)	174 576	349 152	698 304

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os ativos e

passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo permaneceriam estáveis ao longo dos exercícios de 2023 e 2022, respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, tendo em conta as condições de mercado vigentes nas respetivas datas de renovação e o "spread" médio das operações em situação normal em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adotar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

O Risco Cambial é monitorizado através de análises diárias da posição cambial (VAR – value at risk), análise mensal da evolução da posição cambial, taxas de câmbio e resultados de reavaliação, principalmente do USD. Note-se que os resultados de reavaliação cambial representaram boa % da margem complementar do BCA, com impacto positivo na performance do banco, pelo que são ativamente analisadas e reportados com rigor, numa base diária na linha de negócio e mensalmente nos reportes da área de risco.

As métricas de monitorização e reporte da posição cambial, métricas de RAS-Risk Appetite Statement, nomeadamente VaR (Value-at-Risk) e Posição Aberta Total continuam garantindo a fiabilidade das estimativas das perdas potenciais. A carteira de moeda estrangeira tem reduzido consideravelmente devido à redução das posições detidas na moeda Euro e os indicadores mantêm-se baixos e muito confortável em relação aos níveis de tolerância definidos na guideline da posição cambial do BCA.

As posições cambiais raramente ultrapassaram os limites definidos para as diversas moedas que compõem a carteira, e quando ocorreram ultrapassagens, essas foram prontamente justificadas, corrigidas e reportadas à Administração, em estrita conformidade com as diretrizes estabelecidas no normativo interno. A eficácia das métricas de monitorização da posição cambial é comprovada pelo fato de que as estimativas das perdas potenciais se mantêm dentro dos níveis de tolerância estabelecidos no Risk Appetite Statement (RAS), garantindo assim uma gestão confiável e consistente do risco cambial.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2023				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4 180 617	575 334	44 105	34 140	4 834 197
Disponibilidades em outras instituições de crédito	105 299	400 287	182 214	24 110	711 910
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	46 471	4 202	50 673
Aplicações em instituições de crédito	24 404 673	2 980 882	817 700	-	28 203 254
Crédito a clientes (valores brutos)	57 988 850	576 081	0	-	58 564 931
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	578 400	-	-	-	578 400
Outros activos Liquidos	5 042 504	746			5 043 250
Imparidade acumulada	(2 364 822)	-	-	-	(2 364 822)
	89 935 522	4 533 330	1 090 489	62 452	95 621 793
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	307 481	38 761	10 822		357 064
Recursos de clientes e outros empréstimos	80 446 487	1 748 959	1 075 952	12 417	83 283 814
Outros passivos	1 529 881	19 316	19	593	1 549 808
	82 283 849	1 807 036	1 086 792	13 009	85 190 686
Exposição líquida	7 651 673	2 726 294	3 698	49 443	10 431 107

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2022				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.236.486	531.212	71.946	39.978	3.879.621
Disponibilidades em outras instituições de crédito	144.886	440.773	283.258	12.570	881.487
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	61.251	-	38.670	4.203	104.123
Aplicações em instituições de crédito	24.447.553	3.309.188	1.060.147	-	28.816.889
Crédito a clientes (valores brutos)	56.495.543	654.981	0	-	57.150.525
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	503.495	-	-	-	503.495
Outros activos Liquidos	5.278.587	617	-	-	5.279.204
Imparidade acumulada	(2.614.104)	-	-	-	(2.614.104)
	87.553.697	4.936.771	1.454.021	56.751	94.001.240
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	373.407	28.297	33.489	-	435.194
Recursos de clientes e outros empréstimos	79.443.631	1.316.124	1.417.221	14.361	82.191.338
Outros passivos	1.500.022	30.545	11	-	1.530.578
	81.317.060	1.374.967	1.450.721	14.361	84.157.109
Exposição líquida	6.236.637	3.561.805	3.300	42.389	9.844.130

35. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão do capital, no BCA, baseia-se nos seguintes princípios gerais:

- Cumprir as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde, órgão supervisor da atividade bancária no País;
- Gerar uma rentabilidade adequada, com criação de valor para o acionista, proporcionando-lhe uma remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento da atividade, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder às estratégias de crescimento do Banco;
- Assegurar a reputação da Instituição através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade.

A adequação do capital ao perfil de risco do Banco é acompanhada e controlada pela aplicação das leis que regulam o Sistema Financeiro em Cabo Verde, com destaque especial para o Aviso nº4/2007 do Banco de Cabo Verde, que estabelece as bases de cálculo do Rácio de Solvabilidade, tendo incorporado o Risco de Mercado e o Risco Operacional no cálculo desse rácio, para além de ter reformulado os procedimentos para a determinação da contribuição do Risco de Crédito.
De acordo com o Aviso nº4/2007, o Rácio de Solvabilidade é obtido da aplicação da seguinte fórmula:

[FP/(VAPRC+VAPRTC+VEAPRO)]x100

Em que:
FP – Valor dos Fundos Próprios, determinado conforme Aviso nº3/2007.
VAPRC – Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito.
VAPRTC – Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.
VEAPRO – Valor Equivalente em Ativos Ponderados pelo Risco Operacional.

O Rácio de Solvabilidade é calculado pela Direção Contabilidade e Gestão Financeira (DCG), mais concretamente pelo Gabinete de Contabilidade e Controlo (GCC) com o contributo do Gabinete de Gestão Financeira (GGF) que concerne à determinação do Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.

Os procedimentos para a determinação das variáveis que compõem esse Rácio estão definidos

no Aviso nº3/2007 (Fundos Próprios) e nos Anexos 1, 2 e 3 do Aviso nº4/2007 (Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito, Ativos Ponderados pelo Risco de Mercado e Ativos Ponderados pelo Risco Operacional).

O Aviso nº3/2007 define as componentes negativas e positivas para o cálculo dos Fundos Próprios, obtidos da soma dos Fundos Próprios de Base com os Fundos Próprios Complementares e respetivos ajustamentos, através de deduções definidas pelo Banco de Cabo Verde.

No quadro seguinte pode-se verificar a composição do Capital Regulamentar do Banco em 31 de dezembro de 2023:

BCA - FUNDOS PRÓPRIOS DE 2023		
Extraído da Instrução Técnica anexa à Carta Circular nº 235/2023		Valores em escudos
(1)	Capital realizado	1 318 647 814
(2)	Prémios de emissão de acções e outros títulos	
(3)	Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos	7 138 980 321
(4)	Resultados positivos transitados de exercícios anteriores	
(5)	Resultados positivos do último exercício	
(6)	Resultados positivos provisórios do exercício em curso	1 928 927 082
(7)	Desvios actuariais positivos - não reconhecidos em resultados ou reservas	
(8)	Interesses que não controlam(1)	
(9)	**TOTAL ELEMENTOS POSITIVOS**	10 386 555 217
(10)	Ativos intangíveis	194 800 954
(11)	Resultados negativos transitados de exercícios anteriores	
(12)	Resultados negativos do último exercício	
(13)	Resultados negativos provisórios do exercício em curso	
(14)	Insuficiência de provisões	
(15)	Reservas de reavaliação negativas	
(16)	Desvios actuariais negativos e custos com serviços passados - não reconhecidos em resultados ou reservas	
(17)	Acções próprias	125 000
(18)	Diferenças positivas de primeira consolidação (1)	
(19)	Diferenças positivas de reavaliação na primeira aplicação - método de equivalência patrimonial (1)	
(20)	**TOTAL ELEMENTOS NEGATIVOS**	194 925 954
(21)	**FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ELEGÍVEIS**	10 191 629 263
(22)	Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis	
(23)	Reservas de conversão cambial e reservas de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro	
(24)	Empréstimos subordinados e acções preferenciais remíveis:	-
(25)	- Valor dos Empréstimos subordinados e ações preferenciais remíveis	
(26)	- Valor a deduzir dos Empréstimos subordinados e ações preferenciais remíveis	
(27)	Outras reservas de reavaliação	22 338 531
(28)	Outros elementos	
(29)	**FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES**	22 338 531
(30)	**FUNDOS PRÓPRIOS ANTES DAS DEDUÇÕES**	10 213 967 794
(31)	Participações a deduzir:	-
(32)	- Participações superiores a 10 % do capital	
(33)	- Participações inferiores ou iguais a 10 % do capital	-
(34)	*i) Valor de participação inferior ou igual a 10% do capital*	212 740 295
(35)	Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio:	900 826 409
(36)	- Valor contabilístico dos ativos não financeiros recebidos em reembolso do crédito próprio	1 676 596 924
(37)	- Montante não sujeito a dedução (alínea c) do n.º 12 do Aviso n.º 3/2007)	775 770 515
(38)	Fundos próprios destinados a coberturas específicas (ponto 12 do n.º 10º do Aviso n.º 9/99, com alteração no Aviso n.º 7/2007)	
(39)	**FUNDOS PRÓPRIOS PARA CÁLCULO DE CONCENTRAÇÃO DE RISCO**	9 313 141 385
(40)	Parte que excede os limites de concentração de riscos (alínea d) do n.º 12 do Aviso n.º 3/2007)	-
(41)	- Insuficiência de liquidez (ponto 2 do n.º 15º do Aviso n.º 8/2007)	
(42)	- Rácio de Imobilizado (Aviso n.º 7/2015)	
(43)	- Participações das instituições de crédito em outras sociedades (Aviso n.º 03/99)	
(44)	- Limites à concentração de riscos de crédito e afins (Aviso n.º 7/2007)	
(45)	**FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS**	9 313 141 385

No quadro acima se pode constatar que o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório

dos dois grandes agregados referidos, nomeadamente os Fundos Próprios de Base e os Fundos Próprios Complementares, excluindo algumas deduções previstas pelo Banco de Cabo Verde.

Os Fundos Próprios de Base correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco, tendo por principais componentes o capital social, as reservas, os resultados transitados, o resultado líquido do exercício e os impactos de transição correspondentes aos encargos com os benefícios dos trabalhadores, resultantes da adoção das Normas Internacionais de Relatos Financeiro (NIRF), mais propriamente do NIC 19 - *Benefícios aos empregados*.

Aliás, a assimilação das referidas normas implicou a adoção de um regime transitório de apuramento dos Fundos Próprios de Base, buscando-se uma mudança harmoniosa das regras contabilísticas anteriores para as recentes, sem grande interferência nas regras prudenciais.

Os Fundos Próprios Complementares são constituídos, essencialmente, pelas Reservas de Reavaliação positivas ou negativas de alguns Ativos, e por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação prévia do Banco de Cabo Verde.

Uma das componentes positivas do valor dos Fundos Próprios é o Capital Social, cujo valor mínimo fixado pelo Governo, sob proposta do Banco de Cabo Verde através da Portaria nº19/2005 de 14 de março, é de 300 milhões de Escudos de cabo Verde. O total dos Fundos Próprios não pode ser, em nenhum momento, inferior ao capital mínimo.

Além de estipular que o valor dos Fundos Próprios deve ser superior ao capital social mínimo exigido por lei, o Aviso nº4/2007 estabelece também que deve ser observado, em permanência, uma relação adequada entre os Fundos Próprios e os elementos do ativo e extrapatrimoniais, ponderados em função dos respetivos riscos. Essa relação é definida pelo Rácio de Solvabilidade, cujo valor mínimo é de 12%. Como medida excecional e temporária, com o intuito de atenuar o impacto do novo Coronavírus – Covid19 na economia nacional e no sistema financeiro, o Aviso nº 2/2020 reduziu o valor mínimo do Rácio de Solvabilidade para 10%, até 31 de dezembro de 2021. O Aviso nº 2/2022 prorroga a utilização do valor mínimo do Rácio de Solvabilidade para 10%, até 30 de Setembro de 2022. Estabelece ainda que as instituições de Credito que a 1 de outubro de 2022 disponham de um rácio de solvabilidade inferior a 12%, devem adequar este rácio ao nível prescrito no nº 1 do Aviso nº 1/2017, nos seguintes termos:

a. 10,5% até 31 de dezembro de 2022;
b. 11,25% até 31 de dezembro de 2023; e
c. 12% até 31 de dezembro de 2024.

Conforme podemos verificar no quadro acima, o total dos Fundos Próprios do Banco, em 31 de dezembro de 2023, ascende a 9.313.141 milhares de Escudos de Cabo Verde, valor superior ao capital social mínimo legalmente exigido e suficiente para manter uma relação adequada com os elementos do Ativo e Extrapatrimoniais ponderados em função do risco, traduzindo um rácio de solvabilidade de 28,99%.

Os regulamentos do Banco de Cabo Verde, relativamente à adequação do capital, têm por base o Acordo de Basileia I, mas já estão em implementação, nomeadamente em resposta ao exigido pelo acionista CGD, algumas práticas introduzidas por Basileia II, como por exemplo a implementação de um sistema de autoavaliação e determinação de um nível de capital interno adequado ao perfil de risco.

No entanto, levando em consideração que a Autoridade de Supervisão tem pautado a sua atuação pela adoção das melhores práticas internacionais, é de se esperar, num futuro próximo, a assimilação das principais recomendações de Basileia II, aplicáveis à realidade do País.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Caixa Geral de Depósitos no dia 14 de março de 2024 informou ao mercado a seleção da Coris Holding, S.A, para adquirir as ações representativas de 59,81% do capital social do BCA.

A participação no BCA será alienada pelo preço global de 7.774,91 milhões de escudos cabo-verdianos, cerca de 70,511 milhões de euros (considerando a taxa de cambio EUR/CVE de 110,265). Estes valores estão sujeitos a ajustamentos decorrentes da variação patrimonial do BCA, respetivamente, entre a data de referência estabelecida nos acordos de venda direta e o último dia do mês anterior à respetiva data da sua efetiva alienação.

Na sequência da referida seleção, serão assinados os instrumentos contratuais, de acordo com o prazo estabelecido no Caderno de Encargos. A concretização da referida alienação está sujeita à verificação das habituais condições suspensivas, incluindo as regulatórias, e às formalidades de direito cabo-verdiano.

Até à conclusão do processo, a Caixa Geral de Depósitos mantém o seu total comprometimento com os colaboradores do Banco e os seus clientes, garantindo todo o apoio corporativo enquanto acionista do Banco Comercial do Atlântico.